

PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL

Francisco Pires Garcia

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura, na Área de Especialização em Arquitetura integrada

Orientação Científica:

Professor Doutor Pedro Dias Pimenta Rodrigues

Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

Júri

Presidente Professor Doutor Miguel Neves da Silva Santos Leite

Vogal Professor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues

Vogal Professor Daniel Maurício Santos de Jesus

DOCUMENTO DEFINITIVO

Lisboa, FA.Ulisboa, Outubro, 2024

PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL

Francisco Pires Garcia

Projeto Final de Mestrado
para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientação Científica

Professor Doutor Pedro Dias Pimenta Rodrigues

Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

Lisboa, FA.U.Lisboa, Outubro, 2024

*O ponto de partida da Arquitetura é
exatamente atenção, observação e espanto
diante das coisas que existem.*

As perguntas surgem porque há um desejo de compreensão da realidade, de conhecimento sobre arquitetura.

Para compreender a realidade, precisamos de observar com uma grande atenção o que está à nossa volta, e nessa tentativa de compreensão surgem-nos as perguntas!

RESUMO

Na cidade de Setúbal, permanecem fragmentos com corpo e espaço que tiveram nome, data, função e que agora se apresentam em fragmentos provocados pela sua temporalidade. Espaços citadinos abandonados, são um típico cenário de um lugar de degeneração, que nos envolve num estimulante mundo entre a insegurança e a liberdade.

A habitação não é apenas um local de encontro, é parte de uma cidade que se constrói a partir de uma solução urbana que juntamente com a sua infra-estrutura tece um tecido que dá significado à habitação enquanto a habitação ajuda a moldá-la.

Dentro deste contexto, o Projeto Final de Mestrado (PFM) visa explorar os desafios e oportunidades que a cidade de Setúbal proporciona para desenvolver ambientes construídos que respondam às necessidades da população e abordem as questões culturais e sociais em constante transformação.

Este PFM tem como objetivo principal usar o papel da arquitetura como agente de mudança social para a cidade de Setúbal, procurando casos de estudos significativos, teorias arquitetónicas relevantes e métodos de projeto inovadores, na área de habitação evolutiva e flexível enquanto ferramenta capaz de proporcionar soluções habitacionais mais adequadas.

De forma a resolver estes problemas estruturantes da cidade de Setúbal e desta frente ribeirinha, a proposta PFM passa potencialmente em desenvolver um bairro de habitações unifamiliares flexíveis e evolutivas a custos controlados para reintegração social. O programa desenvolve-se num conjunto de 75 habitações de dois pisos em banda, dividido em dois lotes, com pátios enquanto elemento arquitetónico que desempenham um papel crucial na definição da relação entre habitações interior e exterior.

PALAVRAS – CHAVE: Setúbal | Habitação flexível e evolutiva | Arquitetura na cidade | Reintegração social

ABSTRACT

The remains of bodies and space, once with a name, date and function in the city of Setúbal, are now fragments that result from the passage of time. The city's abandoned spaces are a typical scenario of degrading spaces, that shroud us in a stimulating world of both insecurity and freedom.

A house is more than a meeting place, it is part of a city assembled from an urban solution that weaves a fabric with its infrastructure, giving meaning to housing while housing helps to shape it.

In this context, this Master's Final Project (PFM) aims to explore the challenges and opportunities that the city of Setúbal offers, to propose a built environment that responds to the ever-changing cultural and social needs of the population.

The main objective of this PFM is to take the role of architecture as an agent of social change in the city of Setúbal. It looks at significant case studies, relevant architectural theories and innovative project design methods for incremental and flexible housing as a tool to provide better suited housing solutions.

As a means of resolving these structural problems of Setúbal and of its riverfront, the proposal here put forward is the development of a housing project of single-family dwellings that are flexible and incremental low-cost housing, for social integration. The programme proposes 75, two-storey rowhouses, divided in two lots. These lots have patios as an architectural element performing a key role in defining the relationship between houses, and their interior and exterior.

KEYWORDS: Setúbal | Flexible and evolutionary housing | Architecture in the city | Social reintegration

AGRADECIMENTOS

MUITO OBRIGADO:

Aos meus orientadores, Professor Doutor Pedro Dias Rodrigues e Professor Doutor José Luís Crespo, por todo o apoio e disponibilidade ao longo deste percurso importante da minha vida académica.

À mulher mais importante da minha vida, a minha querida MÃE por todo o apoio, carinho e força que tem dado ao longo da minha vida.

À Liliana Maria Barrote, pela paciência, ajuda e carinho ao longo de toda esta etapa.

A todos os meus familiares, irmãos e irmãs pela paciência na minha ausência em muitos encontros familiares.

Ao Professor José Manuel Carrêto e à Madalena Pinto Gonçalves, pelo grande incentivo que me deram para realizar o curso de arquitetura.

Aos meus colegas de curso, pela motivação, apoio e muita ajuda nos meus momentos difíceis, em especial ao Virgílio Garrido que será um exemplo para a vida de superação e à Doutoranda Joana Setle Lima, pelos muitos conselhos e ajuda prestada ao longo do curso.

A todos os professores com quem tive o prazer de aprender os seus ensinamentos durante todos estes anos de curso.

A todos os meus colegas do 1.º Ciclo e amigos do Colégio São Tomás, pela grande ajuda e incentivos diários para terminar esta etapa académica.

A todos um sincero OBRIGADO!

ÍNDICE GERAL

RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
AGRADECIMENTOS.....	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XI
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XIII
Capítulo I – <i>INTRODUÇÃO</i>	1
1.1 TEMA E PROBLEMÁTICAS	3
1.2 OBJETIVOS	4
1.3 QUESTÕES DE TRABALHO	5
1.4 METODOLOGIA	6
1.5 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	8
Capítulo II – <i>HABITAÇÃO NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL</i>	11
2.1 ARQUITETURA NA CIDADE	13
2.2 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E A SUA EVOLUÇÃO	18
2.4 REINTEGRAÇÃO SOCIAL.....	29
2.5 HABITAÇÃO EVOLUTIVA E FLEXÍVEL	40
2.6 HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS (HCC).....	46
Capítulo III – <i>FRENTE RIBEIRINHA, SETÚBAL</i>	51
3.1 ENQUADRAMENTO GERAL.....	53
3.2 BREVE NOTA HISTÓRICA-URBANA	55
3.3 COMPOSIÇÃO SOCIAL E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS	60
3.4 HABITAÇÃO ENQUANTO COMPOSIÇÃO URBANA	62
Capítulo IV – <i>PROJETO</i>	65
4.1 ESTRATÉGIA URBANA.....	67
4.2 ESCALA URBANA.....	69
4.3 ESCALA ARQUITETÓNICA	72
Capítulo V – <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
BIBIOGRAFIA	82
ANEXOS	89

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 CENTRO CULTURAL DE BELÉM.	13
FIGURA 2 PARQUE DAS NAÇÕES, LISBOA APÓS A EXPO`98	14
FIGURA 3 PARQUE DAS NAÇÕES, LISBOA ANTES DA EXPO`98	14
FIGURA 4 CIDADE DE PARIS APÓS UMA REFORMULAÇÃO EM 1860.....	15
FIGURA 5 PLANO DE CERDÁ, CIDADE DE BARCELONA EM 1860	15
FIGURA 6 PARQUE DAS NAÇÕES, LISBOA ANO DE 2021 (AUTOR)	16
FIGURA 7 PARQUE DAS NAÇÕES, LISBOA ANO DE 1986 (AUTOR)	16
FIGURA 8 CIDADÃOS QUE VIVIAM DA AGRICULTURA	18
FIGURA 9 CLASSE OPERÁRIA APÓS A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	18
FIGURA 10 BAIRRO DA QUINTA DAS LARANJEIRAS (ATUAL BAIRRO DO ORIENTE) NOS ANOS 70.....	19
FIGURA 11 BAIRRO DO ARCO DO CEGO, LISBOA, 1935.....	19
FIGURA 12 VISTA GERAL SOBRE O BAIRRO DE ALVALADE, LISBOA (IMAGEM 2018)	20
FIGURA 13 BAIRRO DE ALVALADE, LISBOA ANO DE 2023 (AUTOR)	20
FIGURA 14 OLIVAIS SUL, LISBOA ANO DE 2023 (AUTOR)	21
FIGURA 15 OLIVAIS NORTE, LISBOA ANO DE 2023 (AUTOR)	21
FIGURA 16 HABITAÇÕES PLURIFAMILIARES, LISBOA EM 1994 (AUTOR)	22
FIGURA 17 HABITAÇÕES UNIFAMILIARES, LISBOA EM 1991 (AUTOR)	22
FIGURA 18 PROPRIEDADES BÁSICAS PARA CONSTRUÇÃO FAMILIAR (AUTOR).....	22
FIGURA 19 FLUXO MIGRATÓRIO E OS CHAMADOS RETORNADOS APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974.....	25
FIGURA 20 O REPATRIAMENTO DOS MILITARES PORTUGUESES AO FIM DA GUERRA COLONIAL.....	25
FIGURA 21 BAIRROS AUTOPRODUZIDOS EM LISBOA	25
FIGURA 22 VISTA GERAL SOBRE O BAIRRO DA BELA VISTA EM SETÚBAL	28
FIGURA 23 EDIFÍCIO HABITACIONAL DEMOLIDO EM 1995, PARA REABILITAÇÃO URBANA DA ZONA ORIENTAL DE LISBOA	29
FIGURA 24 PISCINAS DO ORIENTE, LISBOA INAUGURADA EM 2005 (AUTOR)	30
FIGURA 25 EQUIPA DE RUGBY DA GALIZA ESTORIL, NO PROJETO DE REINTEGRAÇÃO	31
FIGURA 26 EQUIPA DE FUTEBOL DE JOVENS DO BAIRRO DO ORIENTE, LISBOA	31
FIGURA 27 VALDEMAR CORREIA	31
FIGURA 28 BERNARDO RAMOS	31
FIGURA 29 BAIRRO DA BELA VISTA EM SETÚBAL	34
FIGURA 30 BAIRRO DA BELA VISTA EM SETÚBAL	34
FIGURA 31 OCUPAÇÃO NOS ESPAÇOS COMUNS A CIRCULAÇÃO, BAIRRO DO ORIENTE, 2023 (AUTOR).35	
FIGURA 32 ATOS DE VANDALISMO EM ESPAÇOS COMUNS, BAIRRO DO ORIENTE, 2023 (AUTOR).....	35
FIGURA 33 APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE CANAIS TELEVISIVOS, BAIRRO DO ORIENTE, 2023 (AUTOR)....	35
FIGURA 34 IMAGENS DE UM BAIRRO SOCIAL, PROFUNDAMENTE DEGRADADO COM FALTA DE APOIOS LOCAIS, LOURES, 2024 (AUTOR)	36
FIGURA 35 QUINTA DA FONTE, LOURES 2024, IMAGENS DE UM BAIRRO SOCIAL COMPLETAMENTE ISOLADO (AUTOR).....	38
FIGURA 36 ESTRUTURAS DAS HABITAÇÕES VILLA VERDE (CHILE 2010).....	40
FIGURA 37 HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS VILLA VERDE (CHILE 2010)	40
FIGURA 38 IMAGEM REPRESENTATIVA DE UMA PROPOSTA DE HABITAÇÃO EVOLUTIVA	41
FIGURA 39 PLANTA TIPO DA HABITAÇÃO EVOLUTIVA	41
FIGURA 40 PLANTA DE HABITAÇÃO COM A EXPANSÃO VERTICAL.....	42
FIGURA 41 PLANTA DE HABITAÇÃO COM A EXPANSÃO HORIZONTAL.....	42
FIGURA 42 PLANTA DE HABITAÇÃO COM A EXPANSÃO VERTICAL E HORIZONTAL.....	42
FIGURA 43 DESENHO EXPLICATIVO DE OPÇÕES DE EVOLUÇÃO POR EXTENSÃO.....	43
FIGURA 44 DIFERENTES APROPRIAÇÕES DO MESMO ESPAÇO, UTILIZANDO A FLEXIBILIDADE NA HABITAÇÃO	44
FIGURA 45 EDIFÍCIO HABITACIONAL DEVOLUTO, LISBOA, 2024 (AUTOR)	47
FIGURA 46 EDIFÍCIO HABITACIONAL DEVOLUTO, LISBOA, 2024 (AUTOR)	47

FIGURA 47 EDIFÍCIO HABITACIONAL DEVOLUTO, LISBOA, 2024 (AUTOR)	47
FIGURA 48 PRAIA DAS FONTAINHAS EM 1928	49
FIGURA 49 PORTO DE SETÚBAL E MURALHA MEDIEVAL, 1634.....	49
FIGURA 50 LEGENDA:	53
FIGURA 51 ORTOFOTOMAPA DE ENQUADRAMENTO DA CIDADE DE SETÚBAL, RODEADO PELA ENCOSTA DA SERRA DA ARRÁBIDA E A SUL LIMITADO PELO RIO SADO.....	54
FIGURA 52 ORTOFOTOMAPA DE ENQUADRAMENTO DO LOCAL DE INTERVENÇÃO	54
FIGURA 53 EXPANSÃO DA CIDADE DE SETÚBAL E SEU POVOAMENTO AO LONGO DOS SÉCULOS.....	57
FIGURA 54 SETÚBAL 1834	57
FIGURA 55 SETÚBAL 1944	58
FIGURA 56 SETÚBAL 1955	58
FIGURA 57 SETÚBAL 1962	59
FIGURA 58 PROCESSO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE SETÚBAL.....	60
FIGURA 59 GRÁFICO REFERENTE À FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA CIDADE DE SETÚBAL.....	61
FIGURA 60 ESTRUTURAS ARQUITETÓNICAS DAS HABITAÇÕES E RUAS TRADICIONAIS DA ZONA MAIS ANTIGA DE SETÚBAL	62
FIGURA 61 FRENTE RIBEIRINHA DE SETÚBAL, 1928	63
FIGURA 62 HABITAÇÕES DE INICIATIVA PRIVADA, SETÚBAL, 2021 (AUTOR)	64
FIGURA 63 ESPAÇO VERDE CENTRAL DA AV. LUÍSA TODI, SETÚBAL, 2021 (AUTOR)	64
FIGURA 64 A NOVA FRENTE ATUAL RIBEIRINHA DA CIDADE DE SETÚBAL	64
FIGURA 65 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO/ PROPOSTA URBANA/ ESC. 1:1000 (AUTOR).....	68
FIGURA 66 COMPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE SETÚBAL, 2024 (AUTOR)	69
FIGURA 67 AV. LUÍSA TODI, SETÚBAL, 2021 (AUTOR)	70
FIGURA 68 INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS NA FRENTE RIBEIRINHA, SETÚBAL, 2021 (AUTOR).....	70
FIGURA 69 ESPAÇOS VERDES DA CIDADE/ ESC. 1:5000 (AUTOR).....	71
FIGURA 70 LEVANTAMENTO DAS REDES VIÁRIAS NA ÁREA ENVOLVENTE E NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO (AUTOR).....	71
FIGURA 71 DESENHOS ESQUEMÁTICOS DE ESTUDO PARA HABITAÇÃO EVOLUTIVA (AUTOR).....	72
FIGURA 72 PLANTA DE HABITAÇÃO INICIAL, COM A EVOLUÇÃO DE MAIS UM MÓDULO, ESPAÇO DE DORMIDA (AUTOR)	73
FIGURA 73 PLANTA DE HABITAÇÃO T1 MAIS T2 (AUTOR).....	73
FIGURA 74 PLANTA DOS PÁTIOS SEMI-PRIVADOS MAS COMUNS AOS MORADORES (AUTOR)	74
FIGURA 75 HABITAÇÕES QUE CARACTERIZAVAM AS ILHAS NO PORTO.....	75
FIGURA 76 HABITAÇÕES DO BAIRRO DA BOUÇA NO PORTO	76
FIGURA 77 HABITAÇÕES VILLA VERDE NO CHILE, 2010.....	77
FIGURA 78 PLANTA DA HABITAÇÃO VILLA VERDE NO CHILE, 2010.....	78

ABREVIATURAS E SIGLAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

HLM – Habitações de Aluguer Moderado

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

INH – Instituto Nacional de Habitação

NGPH – Nova Geração de Políticas de Habitação

PDM – Plano Diretor Municipal

PER – Programa Especial de Realojamento

PFM – Projeto Final de Mestrado

PPR – Plano de Recuperação e Resiliência

RCCTE – Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios

SEH – Secretaria de Estado da Habitação

SWOT – (Strengths, Opportunities, Weaknesses and Threats)

UE – União Europeia

Capítulo I – INTRODUÇÃO

“Todo o grande arquiteto é necessariamente um grande poeta. Ele deve ser um grande intérprete original do seu tempo, do seu dia, da sua idade.”

Frank Lloyd Wright¹

¹ Fonte: <https://www.frasesdobem.com.br/frases-de-arquitetura>

1.1| TEMA E PROBLEMÁTICAS

Setúbal é uma cidade costeira, junto ao Rio Sado. Podemos facilmente perceber que esta cidade, situada na região de Lisboa e Vale do Tejo, não é apenas mais uma cidade costeira, mas sim uma cidade com desafios arquitetónicos urbanos. Embora Setúbal se estenda ao longo da costa, existe a preservação que está nas raízes históricas que se revelam através de uma arquitetura tradicional, com ruas estreitas, becos e casas muito coloridas, que contam as memórias desta cidade.

A arquitetura é fundamental para o ser humano no que respeita à sua sobrevivência. O ser humano precisa de um lar, um abrigo ou um lugar seguro que ostenta a sua privacidade, felicidade e a sua dignidade.

Setúbal enfrenta vários desafios por causa da expansão urbana. A população e a procura por habitação, bem como a necessidade de desenvolver infraestruturas eficientes e sustentáveis, levantam questões sobre como preservar e equilibrar o património cultural (Bento, Pinho & Coutinho, 2019).

Na cidade de Setúbal, nos dias de hoje, as habitações não conseguem acompanhar ou satisfazer as necessidades sociais. Cada vez mais com a degradação do território, a cidade apresenta enormes problemas socioeconómicos (Barroso, 2021).

A habitação é vista como um direito fundamental, é um direito que persuade a condição do ser humano ter ou não uma vida digna. Quando abordamos um tema tão sensível como a habitação, especialmente habitação social, é importante compreender o papel que a arquitetura desempenha na vida do ser humano e nas comunidades.

A habitação deve partir de um programa devidamente estruturado com a participação das pessoas como parte integrante para ir ao encontro das suas necessidades, de modo a que essa mesma habitação desenvolva os espaços necessários para uma experiência mais adequada (Carreira, 2022).

A reabilitação urbana, sem exceção à regra, torna-se uma das formas de intervenção predominante, tanto ao nível dos edifícios, equipamentos, espaços públicos e as várias estruturas viárias. Além disso, a cidade enfrenta desafios relacionados à mobilidade, com congestionamentos de tráfego e a necessidade de promover meios de transportes mais sustentáveis, como o transporte público e a mobilidade ativa.

Após a análise à cidade de Setúbal, é de máxima importância a construção e requalificação das habitações, tendo em conta o melhoramento de habitabilidade dos seus habitantes, de modo a responder ao acréscimo, nos últimos anos, da população residente.

Todos estes critérios levam-nos a concluir que, nesta cidade, pretende-se desenvolver habitações adequadas, com aproveitamento de vazios urbanos e edificados devolutos, acompanhando o crescimento populacional.

1.2| OBJETIVOS

Nesta investigação de projeto, focada na frente ribeirinha de Setúbal, pretende-se tirar partido da sua localização central e pouco qualificada para potencializar a construção de novos edifícios habitacionais, de forma a transformar a frente ribeirinha da cidade de Setúbal.

Nesta proposta de projeto, irá ser feita uma análise com abordagem a alguns conceitos, nomeadamente: o “Desenvolvimento Urbano”, “A importância da Habitação”, o “Impacto da Arquitetura na Cidade” e a “Reintegração Social”.

Feita uma análise SWOT (Strengths, Opportunities, Weaknesses and Threats) na cidade de Setúbal, pretende-se melhorar a cidade. Primeiramente, a arquitetura que irá ao encontro de preservar e valorizar o rico património histórico, de forma a garantir a conservação dos edifícios tradicionais. Em segundo, irá abordar as necessidades da habitação, estimulando o desenvolvimento urbano.

A arquitetura habitacional como um dos principais objetivos deste PFM, os edifícios a desenvolver são habitações unifamiliares que são compostos com o menor número de pisos, que irá estabelecer uma relação com a envolvente, sem separações evidentes sobre o território.

A partir da leitura deste território, e a ocupação deste lote presentemente desocupado, entende-se que a opção por pequenos conjuntos habitacionais com carácter unifamiliares, permite três situações positivas: i) possibilidade de uma maior integração urbana, a partir da ocupação de espaços de menor dimensão em locais mais centrais das cidades; ii) promover, também, uma maior integração social através de espaços comunitários, áreas públicas partilhadas e convívio entre os moradores de realidades socioeconomicamente diferentes; iii) permitir, através de formas de evolução das tipologias, promover cenários de vida social mais ricos (Genésio, 2018).

Além da localização e dimensão do terreno, a forma urbana é identificada como tema fundamental no projeto para a criação de traçados claros e expressivos, que possam ser suporte consistente da própria diversidade e metabolismo das formas habitacionais projetadas.

Em última análise, os principais objetivos na cidade de Setúbal, procuram harmonizar o passado e o presente, a habitação social, a coesão social, a cidade e a natureza, a tradição e a inovação, com o objetivo de criar uma cidade urbana desenvolvida e equilibrada.

1.3| QUESTÕES DE TRABALHO

Na construção e desenvolvimento do trabalho PFM, existe um conjunto de questões práticas de forma a perceber a realidade atual da sociedade, das estruturas sociais e das infraestruturas (redes viárias, edifícios, espaços verdes, etc...). Assim, colocaram-se algumas questões que possam explicar o desenvolvimento do PFM.

Questões Sociais:

- Diferentes culturas (etnias ou raças) devem partilhar o mesmo lugar de forma a promover a sua inclusão?
- Quais os programas existentes de inclusão de pessoas que possam coabitar e promover um bem-estar social?
- Que características atendemos numa sociedade que foi alvo de polarização na habitação?
- Como devem trabalhar as estruturas sociais locais, de forma a associarem-se à população, numa condução de proximidade?

Questões Morfológicas, Tipológicas e Fenomenológicas:

- Qual a dimensão da palavra *funcionalidade* para o desenvolvimento de um plano urbano?
- De que forma vários edifícios habitacionais constituem uma continuidade no tecido urbano de uma cidade?
- Que tipologias foram desenvolvidas para a habitação social?
- Como promover a integração social nos projetos habitacionais para evitar a formação de guetos urbanos desagregados?
- De que forma pode o Parque Natural da Arrábida ser integrado como uns dos pontos fortes de projeto?
- Que impacto terá o projeto de habitações evolutivas e flexíveis junto da população?

1.4| METODOLOGIA

Esta metodologia é constituída por dois parâmetros muito importantes e essenciais para o desenvolvimento dos conceitos e materialização do projeto. A parte teórica que está concentrada numa investigação e levantamento do território, ao passo que a parte prática se foca na aplicação de conhecimentos adquiridos de forma racional, no sentido de desenvolver o projeto final de mestrado.

As duas partes foram desenvolvidas conjuntamente ao longo deste trabalho final de mestrado, tanto a nível de conceitos, como de temáticas construtivas, pesquisas bibliográficas, informação da Câmara Municipal de Setúbal, informação recolhida junto da população, dados climáticos, PDM e sucessivas visitas ao local para a compreensão do lugar.

No processo de elaboração do projeto final de mestrado, realizado em diferentes fases de trabalho, foi adotada uma metodologia onde o estudo e as recolhas de análises foram essenciais para a compreensão necessária do local, nas suas dimensões variadas.

Numa primeira fase, temos todo um método científico no reconhecimento do local de intervenção e do território. De forma visual para uma interpretação de leitura do território, observa-se as várias roturas, cheios e vazios, incisões, conexão entre terra e água, sobreposição, terrenos vazios e vacantes, linhas de água, verticalidades e redes viárias que o território apresenta, no sentido de poder clarificar o espaço físico e social de modo a compreender o verdadeiro significado do lugar.

No segundo passo, todo o processo se baseia nos desenvolvimentos teóricos e práticos da metodologia já referidos, procedendo a uma avaliação intensiva do local, sabendo todas as suas características morfológicas, procurando a sua história e a sua evolução temporal enquanto cidade, para uma definição de conceitos de forma a proceder à realização do projeto.

Num terceiro passo, depois de todo o processo de levantamento e observação do território, iniciou-se uma análise dos casos de estudo que fossem ao encontro das características e dos objetivos pretendidos para elaboração de um programa que se adequasse ao local de intervenção. Os principais casos de investigação definidos com as pretensões ao local, tornam-se importantes para a leitura das potencialidades de forma a materializar a proposta. Alguns casos também procuram explicar aspetos globais no contexto da envolvente, numa tentativa de intervenção na continuação do tecido urbano já existente.

O quarto passo, com a consolidação do reconhecimento do território de Setúbal, avançou-se principalmente para a parte prática com a elaboração de desenhos em folhas de esquiços, na tentativa de chegar às soluções que se adequam ao local, sem romper com a sua organização já existente, mas ao mesmo tempo valorizar a cidade e a frente ribeirinha com uma intervenção à escala urbana que venha ao encontro das necessidades da população, principalmente para os mais carenciados. Deste modo, o projeto é elaborado por uma proposta final, “(...) cuja definição é realizada através da exploração e desenvolvimento de várias escalas. Desde uma escala de contexto urbano, referente à organização da área de intervenção e relação com a respetiva envolvente (...)” (Pimpão,

2020, p.6). Perante todos estes instrumentos realizaram-se maquetes nas variadas escalas, de forma a clarificar a melhor proposta de intervenção para o local.

1.5| ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

O trabalho está estruturado por dois parâmetros fundamentais para a realização do PFM. A parte teórica leva-nos a compreender todo o universo do território a intervir, a parte prática leva-nos a aplicar conceitos e dirige-nos a um estímulo de representações de *tentativa e erro*, de forma a chegar ao resultado final do projeto.

Capítulo I – Introdução – Procura-se clarificar a apresentação do tema com as problemáticas seguindo depois o objetivo da proposta. Depois de compreender os conceitos, vêm as principais motivações pelas questões de partida, e a compreensão de forma racional de como abordar as questões para a melhor estratégia a aplicar ao projeto. Este capítulo também é composto pela estrutura e organização. Quanto à metodologia, há uma relação de continuidade dos vários passos percorridos na obtenção de respostas da respetiva evolução da cidade, que deve ter:

(...) presente o sentido da continuidade temporal, encarando-se o presente apenas como um veículo de transmissão. Neste futuro, deveremos integrar os valores culturais do local, dos quais fazem parte a arquitetura com todas as influências tangíveis e intangíveis que estiveram na sua origem e a determinarem (Tomé, 2016, p.12).

Capítulo II – Habitação na Reintegração Social – Neste capítulo, assinala-se o contexto teórico na presença de seis temas. O primeiro diz respeito ao envolvimento do homem com a sua obra na cidade e a sua importância para o crescimento urbano nas vertentes da habitação, como sendo um direito à vida para a sua subsistência. O segundo fala-nos das políticas de habitação e a sua evolução de forma a perceber a transformação, quer do funcionamento dos mercados, quer, por essa via, das formas como se colocam as administrações públicas perante a atual crise de sobreprodução imobiliária. O terceiro corresponde ao realojamento e habitação como ação da inclusão, condição fundamental de percebermos a importância da vida do ser humano quando se estabelece no lugar, onde sentir-se-á acolhido e acarinhado, sem nenhuma distinção de discriminação ou preconceito. O quarto aborda a reintegração social, sendo esta uma reflexão no sentido de perceber que viver em sociedade com culturas diferenciadas permite a evolução do ser humano na relação da convivência e coesão a nível social. É fundamental consciencializarmos a nossa sensibilidade, de forma a atingir todas as pessoas, no sentido de promover a arte da vida, o talento, a criatividade, a interpretação e a compreensão das diferenças. (Varela & Palaré, 2022).

O quinto tema é a habitação evolutiva e flexível. Este conceito é a modernização no presente e no futuro para a habitação, de forma a introduzir mais espaço nas dinâmicas familiares. Serão apresentados alguns projetos como referência de modo a clarificar este conceito. O sexto e último tema corresponde ao tema de custos controlados na habitação. Nesta análise iremos compreender o financiamento para a construção e aquisição de uma habitação a custos controlados introduzindo exemplos para compreensão deste programa do Estado.

Capítulo III – Frente Ribeirinha, Setúbal – Neste capítulo, faz-se uma interpretação do retrato geral da cidade de Setúbal, a sua análise morfológica, fenomenológica, geométrica e tipológica na perceção de obter informações e respostas.

Com estas análises, pretende-se dar um suporte ao desenvolvimento de projeto mais enquadrado e adequado nas dinâmicas humanas e sociais num âmbito local.

Capítulo IV – Projeto – Neste capítulo, tornam-se mais evidentes as opções estratégicas a aplicar em todo o contexto urbano, nas diversas escalas arquitetónicas.

Todo o estudo realizado à cidade, confere o modo projetual a seguir com suporte de peças desenhadas e maquetes, numa tentativa de aproximação ao modelo arquitetónico desejado para a coesão territorial.

Capítulo V – Considerações Finais – Sendo este o último capítulo, o da conclusão de trabalho, é feita uma síntese de forma a abordar todos os conceitos propostos ao longo do processo PFM realizado conjuntamente com as referências de pesquisa, fotografias e componentes relacionadas com o desenvolvimento do projeto.

Capítulo II – *HABITAÇÃO NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL*

“(...) o homem constrói não apenas para criar um ambiente mais favorável à vida, mas também o faz conforme uma intencionalidade estética.”

Aldo Rossi, 2015, p.12

2.1| ARQUITETURA NA CIDADE

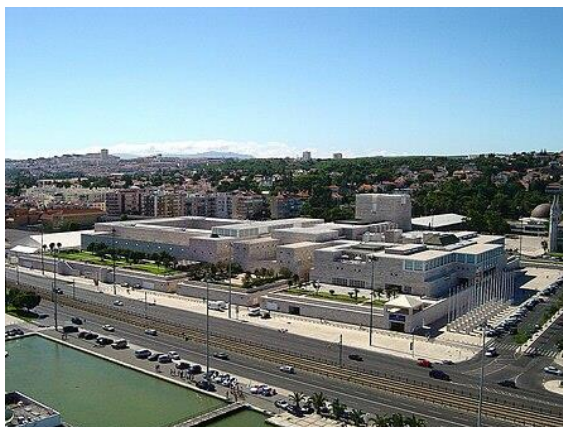
O assinalar desta relação entre cidade e arquitetura pode ser evidenciado como uma obra de arte no espaço urbano (Fig.1). Uma arquitetura que se afigura, acima de tudo, parte viva e presente constituinte de uma cidade, traça a condição entre lugar e não lugar de um espaço urbano expressivo e qualificado.

Figura |1 Centro Cultural de Belém.

O CCB, configura uma arquitetura preservada como uma obra de arte na cidade de Lisboa.

Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Cultural_de_Bel%C3%A9m



O Centro Cultural de Belém (CCB) é uma obra arquitetónica emblemática situada na área ribeirinha da cidade. Esta obra foi projetada pelo arquiteto português Manuel Salgado, em parceria com o arquiteto italiano Vittorio Gregotti, vindo a ser inaugurada em 1992. Tornou-se uma referência importante da arquitetura contemporânea na cidade de Lisboa e em Portugal.

O CCB destaca-se, com as suas grandes formas geométricas, acompanhando o percurso do Rio Tejo. A grande praça de granito no centro deste volume, liga os diferentes edifícios desta arquitetura, tornando este local muito convidativo para a permanência e transição. O CCB trouxe uma nova característica ao tecido urbano da cidade de Lisboa sem perder o diálogo com a cidade antiga.

A arquitetura na cidade é uma expressão viva da criatividade humana. Essencialmente, a arquitetura desempenha um papel fundamental na criação do ambiente construído porque faz os lugares onde a vida acontece e molda o ser humano. As cidades tornam-se palcos onde as pessoas colaboram entre si, para criarem espaços que refletem valores ao apelo da sociedade, como por exemplo as manifestações, concertos, espaços de vendas entre outros (Rossi, 2016).

A arquitetura como ambiente construído tenta sempre equilibrar a estética com a funcionalidade, incorporando inovações tecnológicas para criar ambientes urbanos sustentáveis e inspiradores.

Presenciou-se um processo de crescimento, com o objetivo de considerar o que se pode compreender por uma cidade contemporânea, tornando a arquitetura o principal instrumento da cidade edificada em constante evolução (Fig.2, Fig.3).



Figura |2 Parque das Nações, Lisboa após a EXPO`98



Figura |3 Parque das Nações, Lisboa antes da EXPO`98

Transformação da cidade de Lisboa na zona oriental

Fonte: <https://www.jf-parquedasnacoes.pt/pages/589>

A requalificação da zona oriental de Lisboa iniciou-se após terminar uma 1.ª fase da EXPO `98. A exposição mundial realizada em Lisboa em 1998 foi o motor para a expansão urbana e requalificação da zona oriental de Lisboa. O evento serviu como uma oportunidade para promover uma renovação urbana, numa área bastante degradada da frente ribeirinha do Tejo.

A frente de rio industrial, outrora, albergava várias comunidades carenciadas e bastante frágeis economicamente, muitas famílias viviam em “barracas” e em condições muito precárias, onde as crianças tinham um olhar diferente dos adultos. O olhar dessas crianças carregava pobreza, mas também muito alegria por ter uma vasta área de mato para brincar e um rio para mergulhar, ao invés dos adultos que desejavam melhores condições de habitabilidade.

Com o assinalar desta nova intervenção nesta zona, foram construídos novos bairros residenciais, equipamentos públicos, espaços verdes e toda uma infraestrutura necessária de conexões de forma a integrar e dar continuidade ao tecido urbano da cidade de Lisboa. Para essa sustentabilidade, é necessário que uma cidade seja simbólica e forte, com uma localização atrativa. Lisboa centrou-se num território com a necessidade de renovar, para um modelo com futuro, de modo a colmatar a coesão urbana.

Os edifícios na cidade têm a sua arquitetura nas variadas volumetrias, o crescimento rápido das cidades veio dar a um funcionalismo, ideia que os edifícios devem estar bem arrumados e enquadrados originando alinhamentos longitudinais e transversais para a criação de avenidas e ruas, de forma a promover uma cidade moderna onde toda a cultura desaparece deixando testemunhos, os seus edifícios históricos, onde permanecem pela sua preservação de forma a descrever que a cidade antiga não precisava se manter, mas sim um património como memória que deu origem à mudança (Rossi, 2016).

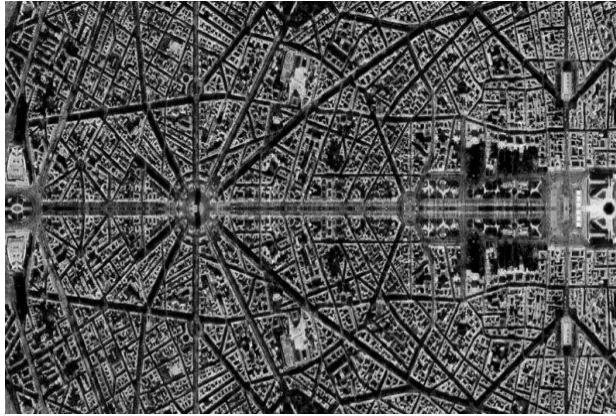


Figura |4 Cidade de Paris após uma reformulação em 1860

Fonte:

<https://www.pinterest.cl/pin/304344887296860340/>



Figura |5 Plano de Cerdá, Cidade de Barcelona em 1860

Fonte:

<https://inbec.com.br/blog/barcelona-conheca-plano-cerda-tecnologia-subterranea-coleta-lixo>

Plano de Cerdá na fig.5, constitui um plano de reforma de expansão da cidade de Barcelona em 1860 com uma malha ortogonal, na fig.4 a pedido de Napoleão III, Georges-Eugène Haussmann em 1860 fez uma reformulação para o centro da cidade de Paris com avenidas em torno do arco do triunfo.

Não é o facto de fazer uma cidade nova que irá resolver as questões sociais quanto às desigualdades, os edifícios têm as suas funções dentro do espaço urbano de forma a alcançar um equilíbrio e sustentabilidade, de modo a retirar o máximo partido do território. Na cidade atual a competitividade pelas melhores áreas a construir, as cidades vão evoluindo mediante a direção das novas frentes imobiliárias (Gonçalves, 2009). Esta procura é feita junto às frentes de rio, originando edifícios habitacionais mais caros, ao mesmo tempo tornam estes locais mais compactos no sentido de os serviços mais essenciais estarem próximos para diminuir o uso do transporte motorizado evitando os gases mais poluentes. Os projetos arquitetónicos podem ser motores de renovação urbana, revitalizando áreas degradadas e trazendo vida nova a bairros urbanos.

Face à competitividade urbana, Setúbal tem a necessidade de renovar as suas bases, com vista à prossecução de um modelo com futuro, de forma a alcançar a coesão urbana e social de uma cidade, uma cidade que terá de qualificar as suas áreas desqualificadas dando oportunidade à reabilitação e novos edifícios promovendo esta região numa atratividade para coesão social (Tomé, 2016):

Há uma correlação direta entre a transformação da sociedade e a modificação do Espaço Público Urbano, verificando-se que, à medida que a sociedade muda, muda também o desenho da cidade e, concretamente, do Espaço Público Urbano, tornando-se, portanto, fulcral compreender as variações das mudanças em curso (Barbosa, 2014, p.2).

A cidade e os seus Espaços Públicos são marcados por séculos de história, impõe-se a obrigação de reagir às novas exigências de mobilidade, aos constantes avanços tecnológicos e arquitetónicos. É, por isso, importante olharmos para os Espaços Públicos Urbanos (Fig.6, Fig.7) e considerarmos uma realidade em transformação (Barbosa, 2014).



Figura |6 Parque das Nações, Lisboa ano de 2021 (autor)



Figura |7 Parque das Nações, Lisboa ano de 1986 (autor)

Parque das Nações (zona oriental da cidade de Lisboa), o mesmo espaço público urbano marcado pela mudança.

A ideia de que os espaços públicos não constituem uma realidade inalterável, depende das problemáticas e dinâmicas construtivas da sociedade. Torna-se importante uma reflexão apropriada acerca dos espaços públicos urbanos procurando caracterizar particularidades nas transformações que possam influenciar novas dinâmicas, ambientes e espaços de convívio citadinos (Barbosa, 2014).

A importância do desenho urbano, deve contribuir também para os espaços verdes da cidade, para a qualidade ambiental e fatores que permitam as dinâmicas de relações entre o espaço, as pessoas e a arquitetura (Genésio, 2018). É a caminhar pela a cidade que se conhece a sua extremidade, como uma peça de vestuário.

Mediante métodos de manipulação, há formas explícitas quanto à apropriação de um edifício e o uso errado do seu espaço interior ou exterior. A cidade torna-se violenta, a segurança torna-se refém de si mesma, o espaço urbano expressa-se na arquitetura com medo pela sua degradação e o cidadão comum é confrontado com a convivência diária com uma armadura defensiva. A ostentação da cidade com direitos e lugares, tem vindo a aperfeiçoar cada vez mais os métodos de conhecimento do ser humano e as formas de relação com arquitetura (Genésio, 2018).

À medida que o ser humano se interessa mais pela a informação tecnológica, vai abdicando do espaço público, da relação entre pessoas, e adota um espaço privado minuciosamente controlado por si. O diálogo com a arquitetura, como o toque e o cheiro, passa a ser o teclado, instaurando um diálogo mudo, sem alma, sem tato, sem olfato e sem calor da presença de um processo arquitetónico.

No que se refere à funcionalidade na arquitetura, já referida anteriormente no crescimento rápido de uma cidade, é considerado um elemento nuclear na forma de projetar, ou seja, os espaços devem estar perfeitamente relacionados como preconizou Louis Sullivan no início do século XX, “a forma segue a função”. O significado desta frase centra-se na teoria de que o volume obedece à disposição de desenhos rigorosos, desenhos estes, que seguem o rigor racional priorizando a funcionalidade dos espaços (Rossi, 2016).

A ideia de funcionalidade pode ser compreendida como um fator importante para a construção de uma boa atmosfera na cidade. A qualidade de vida e o convívio familiar, garantem um funcionamento para a estabilidade de um lar, ou seja, “uma arquitetura funcional significa que ela está adequada aos usos de determinada edificação e colabora para que as tarefas nela realizadas aconteçam de maneira prática e eficaz. A funcionalidade é um princípio essencial na concepção de uma arquitetura.”².

Um bom projeto de arquitetura para ser funcional, é importante que o arquiteto saiba interpretar a obra que lhe foi confiada e o lugar considerado para a sua construção, de forma a que o objeto tenha a importância necessária no relacionamento entre o que é a funcionalidade, o lugar e o homem.

De forma a determinar a funcionalidade na arquitetura, não se remete somente para as habitações construídas, mas sim a todo um movimento arquitetônico. O homem passou a refugiar-se em espaços internos e externos (com a condição de equilíbrio emocional), que permite alcançar uma relação determinada com o próprio espaço.

Assim, as grandes cidades na sua morfologia, apresentam uma organização funcional no sentido de promover uma experiência estimulante para o ser humano, onde ativam os sentidos, quando se está em frente a um edifício interessante de forma a detalhar a riqueza da materialidade e da textura, quando se caminha lentamente no qual somos proporcionados a uma leitura de ritmos de fachadas diferentes com perspectivas verticais e horizontais relevantes (Gehl, 2010).

Esta organização morfológica de uma cidade é a resposta às necessidades constantes da sociedade, que procura melhores condições de habitabilidade, melhor ambiente e facilidade nas comunicações rodoviárias. É neste contexto que nos planos de uma cidade, a funcionalidade começa a ganhar grande relevo na sua existência (Gehl, 2010): “(...) A arquitetura surge, portanto, juntamente com as primeiras formas urbanas e, sendo inseparável da forma da civilização, constitui um fato permanente, universal e necessário, pois dá forma concreta à sociedade.”³

Segundo Rossi (2016), a arquitetura na cidade é um campo dinâmico que desempenha um papel importante na construção e transformação das cidades. A arquitetura na cidade, reflete a nossa cultura, a nossa história e a visão de futuro principalmente nos mais jovens, e é uma potência que define a nossa qualidade de vida.

² Fonte: <https://www.passeidireto.com/arquivo/95922157/06-funcionalidade>

⁴ Fonte: <https://www.passeidireto.com/arquivo/95922157/06-funcionalidade>

2.2| POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E A SUA EVOLUÇÃO

A habitação representa um tema difícil na sua aproximação. A importância de *habitar* para o ser humano, já vem há milhares de anos, se considerarmos o *homo sapiens* o mais semelhante à nossa espécie atual.

No que define as políticas de habitação, “como resposta a esta crise, o Estado assumiu um papel ativo na promoção de habitação, construindo de forma mais ou menos indireta, extensas áreas da cidade.” (Santos, 2015, p.61).

A maioria da população portuguesa viveu em ambientes rurais até à revolução industrial, quando as zonas urbanas se desenvolveram de forma acelerada, estes cidadãos que viviam da agricultura (Fig.8), trocaram os campos pelo trabalho urbano, passando de camponeses a operários (Fig.9). Os recém-chegados às grandes cidades na sua maioria, foram conduzidos para áreas mais degradadas, onde a pobreza, a fome e o analfabetismo deram uma desagregação geográfica as cidades. A falta de habitações pela crescente procura é um dos grandes problemas das áreas urbanas (Bento, Pinho, Coutinho, 2019; Agarez 2018).

Uma nova política habitacional criada pelo o Ministério do Trabalho, cujo o objetivo é edificar vários bairros de operários por todo o país em particular na cidade de Lisboa, apenas um seria concluído, o Bairro do Arco do Cego já na década dos anos 30 durante o Estado Novo (Agarez, 2018).

No Estado Novo, um regime autoritário, repressivo e nacionalista, é criado o Decreto-Lei n.º 23052, de 23 de setembro, cujo objetivo é resolver problemas habitacionais da população mais desfavorecida sendo estes das classes trabalhadoras, onde alguns patrões tinham forte influência junto das entidades públicas (Agarez, 2018). De outra forma devemos entender o que foram as políticas de habitação em Portugal, assim torna-se essencial olharmos para o que foi construído e identificarmos os pontos positivos e negativos como a sua morfologia, geografia e sociologia. Esta decisão possibilitou o aparecimento de vários bairros em todo o país, nomeadamente na cidade de Lisboa e na cidade do Porto.



Figura |8 Cidadãos que viviam da agricultura

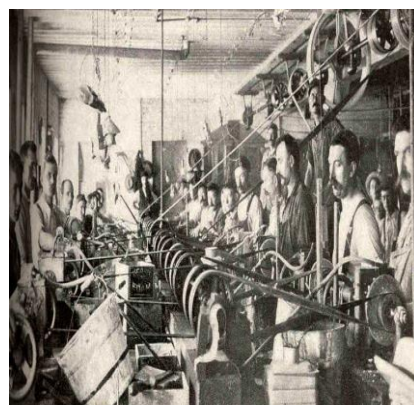


Figura |9 Classe operária após a revolução industrial

Fonte:
<https://diariodoalentejo.pt/pt/noticias/7893/os-campos-do-baixo-alentejo-na-decada-de-1950-revisitados.aspx>

Fonte:
<https://ensina.rtp.pt/explicador/o-surgimento-do-operariado-h78/>

Já nas duas últimas décadas do século XX, as profundas alterações sociais geravam novas procuras e necessidades perante a grande mudança no mercado habitacional. São apontados alguns fatores que possam ter influenciado os impactos na carência de habitações e transformações na estrutura demográfica: o crescente envelhecimento da população, o tipo de famílias e as suas dinâmicas, o fenómeno migratório e as dinâmicas socioculturais mais qualitativas, que representam grandes alterações à forma de vida com o fenómeno da procura habitacional (Guerra, 2011).

As políticas de habitação social em Portugal foram essenciais para mudar as paisagens das grandes cidades, locais com maior procura pela sua forte economia, essa mesma mudança foi derivada à eliminação dos bairros ilegais. Em grande parte, na cidade de Lisboa é possível observamos bairros que foram promovidos pela administração pública (Fig.10, Fig.11).



Figura |10 Bairro da Quinta das Laranjeiras (atual Bairro do Oriente) nos anos 70



Figura |11 Bairro do Arco do Cego, Lisboa, 1935

Fonte: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1413?lang=en>

As habitações sociais até aos anos 40 eram constituídas em habitações unifamiliares, após os anos 40 as habitações sociais foram construídas em habitações plurifamiliares, de forma a albergar significativamente o maior número de famílias.

Este período caracteriza-se por diferentes tipos de edifícios construídos, como na sua implantação, formando vários bairros no sistema estrutural, em altura, entre outros aspetos. Trata-se das construções que traduzem a composição das normas referente ao betão armado e da construção. É uma época marcada essencialmente por quatro vertentes urbanísticas fundamentais:

1. Projetos de urbanizações em grandes áreas, incluindo habitações unifamiliares e edifícios verticais;
2. Urbanizações mal planeadas urbanisticamente ao longo dos corredores de tráfego automóvel à saída de Lisboa;
3. Conjuntos habitacionais de interesse social apresentando construções baixa e média verticalidade;

4. Aparecimento de habitações clandestinas com habitações unifamiliares com aparência temporária e habitações temporárias com “barracas”.

Nos pontos 1 e 2, a altura dos edifícios, em média construídos, é acima dos nove pisos, com edifícios em banda retangulares formando quarteirões. Já os edifícios de interesse social com altura média entre quatro e seis pisos com ocupação em áreas importantes e relevantes da cidade.⁴

Há mais de uma década, a política habitacional mais substancial foram as habitações unifamiliares nas cidades com particularidades arquitetónicas e morfológicas com limitações em relação ao espaço exterior. Estes bairros eram construídos nas zonas mais periféricas dando um aspeto de ruralistas, tentando introduzir o que é aldeia na cidade (Oliveira, 2017).

Em 1940 a grande mudança das políticas de habitação e urbanas do Estado Novo, sofre uma transição do que se destaca as políticas de Casa de Rendas Económicas (Agarez, 2018), está mudança foi muito benéfica para o desenvolvimento urbano atual Bairro de Alvalade (Fig.12, Fig.13) em Lisboa, edifícios coletivos com a sua construção vertical até 4 pisos.



Figura |12 Vista geral sobre o Bairro de Alvalade, Lisboa (imagem 2018)



Figura |13 Bairro de Alvalade, Lisboa ano de 2023 (autor)

Fonte: <https://www.google.com/intl/pt-PT/earth/>

Já na década dos anos 60, nascem novas construções públicas ou semi-públicas nos Olivais Norte e Olivais Sul (Fig.14, Fig.15) trazendo uma nova imagem modernista à cidade de Lisboa sobre os princípios da Carta de Atenas. Nestes planos foram adotados modelos urbanos com edifícios mais verticais no sentido de promover uma população mais social (Oliveira, 2017).

Segundo Guerra (2011), as políticas de habitações, atualmente, são decorrentes de profundas transformações de contextos sociais, habitacionais, financeiros e políticos, ligados à complexidade dos vários fenómenos socioculturais. Considera-se que as

⁴ Fonte: http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DE/NESDE/divulgacao/Edif_post_1960.html

alterações da sociedade têm gerado grandes transformações nas dinâmicas habitacionais, de modo a alterar o papel do Estado para um novo “paradigma” de pensamento atual sobre as dinâmicas habitacionais e as formas de intervir nesse âmbito.



Figura |14 Olivais Sul, Lisboa ano de 2023 (autor)



Figura |15 Olivais Norte, Lisboa ano de 2023 (autor)

A construção destes bairros, tornam-se a nova imagem de edificado em Portugal na década de 60 nas políticas habitacionais.

Nos finais dos anos 80 início dos anos 90, houve um retrocesso no que respeita à construção de habitações sociais perante uma comunidade africana no processo de realojamento. Estas famílias foram realojadas em habitações unifamiliares em banda (Fig.17) que resultou de um protocolo celebrado em 1987 entre a Câmara de Lisboa, o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) (Carvalho, s.d.), interrompendo a transição que estava a ser efetuada para habitações plurifamiliares.

Com a participação de Portugal na candidatura para a organização da Expo '98, sua consequente atribuição e organização, foi necessário, em 1994, o realojamento de toda às comunidades que viviam na zona definida para o novo projeto. Foram transferidos para o bairro onde atualmente residem, o Bairro do Oriente (antigo Casal dos Machados) (Fig.16), juntamente com os Bairro do Relógio, Bairro São João de Brito, Azinhaga das Teresinhas e a Quinta da Montanha. Esta premissa garantiu que muitas famílias na sua maioria, pudessem permanecer junto à sua área de residência possibilitando uma continuidade nos seus empregos e escolas, prevenindo contornos de exclusão social.



Figura |16 Habitações plurifamiliares, Lisboa em 1994 (autor)



Figura |17 Habitações unifamiliares, Lisboa em 1991 (autor)

Processo de realojamento da comunidade africana, nas políticas de habitação social.

Atualmente, uma parte expressiva das políticas habitacionais assumem um posicionamento mais enquadrado, integrando-se nas políticas urbanas da cidade, acompanhadas de uma enorme crítica às ações anteriores que originaram fortes guetos socio-espaciais, “(...) acompanha esta alteração uma forte preocupação pela “crise da cidade”, traduzida sobretudo pela revolta protagonizada por jovens dos “bairros críticos”. (Guerra, 2011, p.2).

Das grandes alterações ao modo de vida e das condições socioeconómicas das populações, a mudança de paradigma no acesso ao mercado de habitação, foi precipitada pela crise económica a nível mundial. As questões da habitação desafiam, assim, a importância estratégica enquanto instrumento suscetível de configurarem uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH).

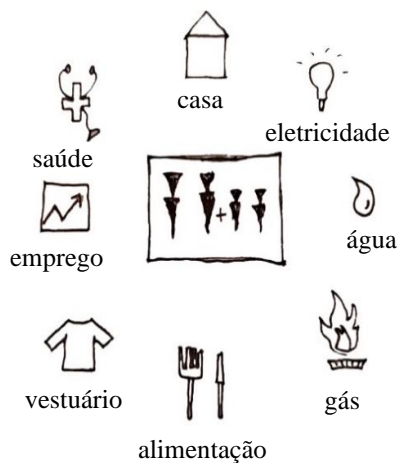


Figura |18 Propriedades Básicas para construção familiar (autor)

Perante o contexto de habitação “importa sublinhar que esta reflexão não pretende ter um carácter global e exaustivo quanto à NGPH, mas apenas chamar a atenção relativamente aos fatores críticos que se assumem como sensíveis para a sua implementação futura – especificamente no âmbito da relação entre ação pública central e local.” (Allegra & Colombo, 2019, p.1).

Segundo Allegra & Colombo (2019), numa perspetiva metodológica, este exercício baseia-se nos documentos políticos elaborados pela Secretaria de Estado da Habitação (SEH), pelo Instituto da Habitação Urbana (IHRU) e pela Assembleia da República.

Neste domínio, é essencial perceber se uma família com rendimentos baixos pode tornar-se um problema na capacidade de garantir a sustentabilidade que necessita para a sua existência e de que forma se integra na sociedade (Fig.18).

No que respeita às tipologias desenvolvidas para habitação social, o diagnóstico feito é de uma carência, essencialmente, nos grandes centros urbanos. O desenho e a implementação de um modelo adequado passam pela sua distribuição e adequação espacial, bem como temáticas dos dias atuais (Oliveira, 2017). “Atendendo à forma como os edifícios de habitação coletiva repetem e articulam (agregando) os diferentes fogos e ainda como fazem a sua distribuição e acesso, tanto vertical como horizontal, reconhece-se na maioria um sistema que os caracteriza e organiza” (Agarez, 2018, p.431).

Perante esta organização do edificado em banda linear, este sistema tem resultado em quarteirões abertos ou fechados, com acessos por escadas, elevadores ou galerias para circulação com distribuição esquerdo-direito, sendo uma das formas mais atuais nas décadas mais recentes para habitação privada ou habitação social. Na realidade, é um recurso praticado às duas soluções para promoção habitacional, alterando apenas as áreas úteis e os materiais construtivos e de acabamentos (Agarez, 2018).

As tipologias são desenhadas e organizadas, perante a organização do edifício, sendo ele em banda, quarteirão, quarteirão aberto, torre ou remate. Mas podemos identificar na intervenção urbana, que os edifícios em banda é o padrão mais utilizado: “Pode ser mais ou menos extensa, resultando da agregação de edifícios em esquerdo/direito ou da estruturação a partir de galerias de distribuição; pode constituir um remate numa preexistência ou simplesmente repetir-se em blocos perpendiculares à via estruturante (...)” (Agarez, 2018, p.430).

A habitação é um projeto de construção para as pessoas com diferentes níveis socioeconómicos. A habitação é entendida, como uma acolhedora experiência de conforto, aconchego, proteção e o reencontro consigo mesma.

Para os mais carenciados é uma prioridade ter acesso a habitação, tornando-se um objetivo a capacidade do ser humano. Contudo, na esfera política deve criar-se as condições adequadas para as pessoas que vivem em situações habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para encontrar uma solução habitacional condigna (Oliveira, 2017).

Confrontamo-nos todos os dias perante uma crise no olhar, no sentido de projetar a habitação para a sociedade, de forma que a adaptabilidade habitacional e arquitetónica possa representar um lugar onde possamos passar a maior parte do nosso tempo. No processo de projetar, também habita a crise da arquitetura. **O que é projetar?**

Projetar é um método de tentativa-erro que nos faz reagir no momento:

“É pelo projeto que uma intenção, necessidade, desejo, vem, hoje, a adquirir forma: primeira forma imaginada – no projeto – e, depois, forma real – na obra. É a existência de projeto que marca a diferença entre um processo erudito e um processo artesanal.” (Abreu, 2021, p.4)

O mais importante no edifício da habitação, não é a temporalidade ou a materialidade descrita, mas sim o conceito da ideia de proteção que vai perdurar na memória da sua existência. Segundo Abreu (2021), esta definição de habitação justifica a diferenciação de ferramentas e instrumentos que torna uma obra de arquitetura insubstituível, traduzindo-se no ser socioculturalmente responsável.

A arquitetura moderna possibilita ao homem uma nova configuração de habitação para que possa satisfazer as suas necessidades de aconchego, proteção, compreensão e paz, no sentido de preservar e potenciar a sua mão-de-obra. O ser humano carece de um local para se abrigar: “a tipologia de abrigo varia segundo a época histórica considerada, segundo as condições económico-materiais da sociedade. As condições de habitabilidade dependem, ainda, das exigências impostas pelos membros da sociedade, ou seja, do seu grau de organização política.” (Oliveira, 1982, p.52).

A evolução, a organização e a localização das habitações nos anos 90 do século XX deu-se de uma forma significativa por causa do crescimento da população. A sua organização foi através do espaço urbano que implicou muitas mudanças na geografia económica e social da cidade. O impacto nas cidades foi a mobilização de pessoas mais jovens à procura de melhorar a sua situação financeira, aumentando a sua economia e crescimento da natalidade populacional (Agarez, 2018).

No ano de 1990, surge o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE), aprovado pelo Decreto-Lei 40/90, de 6 de Fevereiro. “Tratou-se do primeiro mecanismo legal em Portugal que impôs requisitos aos novos projetos de edifícios e de grandes remodelações, de modo a acautelar as condições de conforto térmico nessas edificações, sem necessidades exageradas de energia quer no verão, quer no inverno.”⁵

A construção torna-se indispensável às sociedades desenvolvidas. Porém, atualmente vive-se uma fase de transição, onde o foco é cada vez mais a área de reabilitação urbana e não a da construção nova, pelo que é fundamental que se defina um plano estratégico para o património edificado, a fim de quantificar as intervenções, hierarquizar prioridades e dinamizar a reabilitação enquanto setor em expansão. O investimento em construção nova conduziu a um excesso de oferta e à não intervenção no património existente, levando à degradação de muitas infraestruturas (Costa, 2016).

⁵ Fonte: <https://dre.tretas.org/dre/196705/decreto-lei-80-2006-de-4-de-abril>

2.3| REALOJAMENTO E HABITAÇÃO COMO AÇÃO DA INCLUSÃO



Figura |19 Fluxo migratório e os chamados retornados após o 25 de abril de 1974

Fonte: <https://observador.pt/especiais/os-retornados-comecaram-chegar-ha-40-anos/>



Figura |20 O repatriamento dos militares portugueses ao fim da guerra colonial

Fonte: <https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/pombal-records-o-25-de-novembro-2541>



Figura |21 Bairros autoproduzidos em Lisboa

Fonte: <https://ephemerajpp.com/2017/04/09/bairros-de-lata-nos-arredores-de-lisboa-1974/>

Após o 25 de Abril de 1974, Portugal debate-se com um fluxo migratório bastante acentuado com o repatriamento (Fig.20) e os chamados “retornados” (Fig.19). O fim da guerra colonial em África potenciou um desafio político-social com grande instabilidade interna no país. O repatriamento dos portugueses das ex-colónias e os que tinham emigrado tiveram uma grande influência. A sua chegada perante as autoridades locais que não estavam preparados para os receber deu origem à falta de alojamento. (Agarez, 2018; Guerra, 2011)

Neste caso, em Portugal, iniciou-se um aumento de *Bairros Autoproduzidos* (Fig.21). Os ditos *Bairros Degradados* (barracas), são considerados potenciais bairros de alta marginalização pela sua desorganização. As regras de construção bastante fracas, originam guetos e labirintos que contracenam num mundo de insegurança.

“Como resposta ao forte desequilíbrio entre a oferta e a procura habitacional e a consequente intensificação das construções ilegais, em Portugal, ao longo dos anos, foram instituídos vários programas de realojamento em contexto social que, porém, demonstraram ser insuficientes e ineficazes.” (Pimpão, 2020, p.27).

Em Portugal, nos anos 90, foi implementado um Programa Especial de Realojamento (PER). Foi um programa público de políticas habitacionais, projetado com o objetivo de erradicar as barracas na AML e AMP, para realojar em habitações dignas de habitabilidade (Carvalho, s.d.).

Os bairros atualmente são vistos como:

Tijolos, aglomerados de gente
Que escondem sonhos
E olham em frente numa urbana explosão
Regem- se de certezas que lhes invadem o coração
Onde domina a pobreza
De vidas escondidas
Que desejam a integração!

Elaborado pelo autor

Dando continuidade ao programa, desempenhou-se um desenvolvimento nas zonas urbanas subjacentes, só em Lisboa foram construídos mais de 9000 alojamentos e uma série de intervenções habitacionais em edifícios degradados (Agarez, 2018).

Na contextualização deste programa, em França na década de 50, implementou-se um programa de habitação popular, Habitacions de Loyer Moderé (HLM), que eram financiados pelo Tesouro Nacional.

O sistema HLM foi criado em 1950 em resposta à crise imobiliária da França no pós-guerra. O baixo nível de construção durante e entre as duas guerras mundiais, o êxodo rural, que começou a ocorrer em França (dirigido principalmente à Île-de-France, região de Paris) e o baby boom, contribuíram para a construção estimado em quatro milhões de residências.⁶

Segundo Pimpão (2020), o realojamento dos moradores processou-se em duas fases de forma faseada. A primeira fase foi em 1988 e a segunda fase em 1992, sendo que os edifícios modernos de habitação onde foram colocadas as populações foram até 1995, permanecendo isolados de outras populações até serem integrados em novas zonas urbanizadas, devido ao processo de expansão urbana.

Atualmente na vivência dos bairros é perceptível o confronto de várias gerações e nações, que implica uma questão de sobrevivência por uma habitação social, onde se poderá pagar rendas a baixo custo, não praticado no mercado imobiliário.

De certa forma, vivermos com pessoas de nações e gerações diferentes é sabermos respeitar, aceitar e admirar o próximo porque:

Mais do que a física e degradante situação
É a pobreza envergonhada
Ou a ociosidade condenada
Em ruas de amargura
Que tem tanta gente calada!

Elaborado pelo autor

O realojamento insere-se na obrigação de uma habitação condigna conforme referido no ponto 2.2. Independentemente de qualquer geração ou nação, nos bairros mais problemáticos encontramos muitas barreiras e limites. Todo o ser humano tem emoções e sentimentos e expressa de forma diferente as suas manifestações de alegria ou tristeza. Perante tanta “(...) desigualdade são inevitáveis e devem ser tidas em conta, considerando

⁶ Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/HLM>

que o tratamento igual de todos pode resultar em desigualdade para aqueles que se encontram numa situação desfavorável.” (Seabra, 2016, p.2). Deste modo Seabra (2016), refere que garantir a igualdade de acesso não é o suficiente, mas a igualdade de oportunidades para todos ainda que esta exija um tratamento diferenciado.

Em todo o processo, a integração do cidadão no bairro, na sociedade em geral, é conhecida como um fenómeno que estabelece a coexistência de várias nações, que coabitam no mesmo espaço, num determinado território nacional. A integração é compreendida na necessidade de progredir, para além das atitudes de tolerância, para que possa haver uma coexistência harmoniosa no respeito das diferenças entre nações. Esses mesmos conceitos, referem-se na inclusão do idioma, religião, desenvolvimento artístico, economia até ao paradigma da discriminação racial (Seabra, 2016; Cabecinhas, 2007).

Antes de falar de *racismo*, devemos atentar numa distinção concetual importante: *racismo*, *discriminação* e *preconceito* não são, exatamente, a mesma coisa. *Preconceito* é um julgamento sem conhecimento de causa, ou seja, julgar algo ou alguém sem antes conhecer. *Discriminação* é o ato de diferenciar, de tratar pessoas de modo diferente por diversos motivos. Já o *racismo* é uma forma de preconceito ou discriminação motivada pela cor da pele ou origem étnica.⁷

Todo o cidadão deve sentir-se responsável na denúncia de qualquer ato de racismo, quando sofre ou presencia esta segregação de um ser humano. Estas desigualdades que decorrem são fruto da expansão e crescimento urbano que temos vindo a vivenciar ao longo das últimas décadas. A inclusão, como ação, deve-se promover para a purificação de uma prática isolada de um indivíduo ou grupos de indivíduos que queiram superiorizar-se em detrimento de outro ou outros (Cabecinhas, 2007).

Neste contexto, Setúbal integra um bairro social, a Bela Vista (Fig.22), bastante conhecida na criminalidade, vandalismo e racismo. O Bairro da Bela Vista localiza-se na zona leste da cidade de Setúbal. A sua construção foi na década dos anos 80 para realojar populações carenciadas que habitavam em barracas e habitações precárias. Este bairro é constituído na sua maioria por blocos habitacionais de baixo custo, disponibilizados pela Câmara Municipal de Setúbal (OA – Oficina de Arquitetos Lda., 2007).

Apesar de inicialmente olharmos para o realojamento daquelas pessoas, o bairro da Bela Vista passou a concentrar vários problemas sociais, como o desemprego, baixos níveis de escolaridade, delinquência e tráfico de droga. As infraestruturas e equipamentos públicos, como transportes, escolas, centro de saúde ou mesmo espaços verdes são insuficientes para a população residente que vive naquela área (Grosso, 2020).

As habitações apresentam constantemente más condições, com problemas de humidade, instalações elétricas e canalizações bastante danificados. A degradação das habitações são um grande obstáculo à melhoria das condições de vida da população.

O estigma de “bairro problemático” e o isolamento ao resto da cidade Setubalense, dificulta em muitas vezes, a integração e reabilitação social dos moradores da Bela vista. Dentro do bairro são necessárias políticas públicas que combatam efetivamente a exclusão socio-espacial (Grosso, 2020; Guerra, 1994).

⁷ Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/racismo.htm>

Terminar com esta imagem que a população setubalense, e a sociedade em geral, projetam sobre este bairro, torna-se uma expressão carregada e marginalizada de preconceitos do olhar incomum das pessoas que lá vivem, pelas fracas políticas desenvolvidas para a transformação das suas vidas.



Figura |22 Vista geral sobre o Bairro da Bela Vista em Setúbal

Fonte: <https://ephemerajpp.com/2017/04/09/bairros-de-lata-nos-arredores-de-lisboa-1974/>

As entidades locais e sociais da cidade de Setúbal, naquilo em que lhes é possível, têm vindo a desenvolver alguns programas de inclusão, como exemplo, o SIGA, que (...) tem uma duração de 3 anos e visa potenciar os territórios e a capacitação dos cidadãos e famílias neste ciclo de crescimento económico que se inicia, promovendo a equidade territorial, a igualdade de oportunidades e a inclusão social nas suas mais diversas dimensões (...)»⁸, na perspetiva de promover institucionalmente os cidadãos, na procura de soluções preventivas para as capacitar na sua formação e qualificação que possa permitir um racionalismo de maiores recursos para promover a inclusão.

⁸ Fonte: <http://www.cooperativaseies.org/index.php/projectamos-o-que/projetos-em-curso/109-projeto-siga>

2.4| REINTEGRAÇÃO SOCIAL

A reintegração social torna-se fundamental quando é aplicada. É um conceito que pode transformar a vida das pessoas e das próprias comunidades. Quando questionamos a reintegração social, quer nos bairros, quer em qualquer outra circunstância, percebe-se que estamos perante um desafio importante e ao mesmo tempo, deparamo-nos com uma oportunidade de transformar a nossa sociedade de forma positiva.

“No plano social, integração é o modo como indivíduo autónomos são incorporados num espaço social comum através dos seus relacionamentos, isto é, como são constituídos os laços e símbolos de pertença coletiva.” (Pires, 2012, p.56).

No processo de reintegração social, especialmente no que diz respeito a uma habitação digna como base para autoestima de um cidadão, também se tem de projetar espaços e edifícios, de forma a criar ambientes que promovam a inclusão e a participação ativa desses cidadãos mais vulneráveis, isso significa criar espaços seguros e acolhedores que respeitem a desigualdade e permitem que as pessoas se sintam parte de uma sociedade (Agarez, 2018).

A arquitetura desempenha um papel fundamental na reintegração de grupos marginalizados ao criar espaços que promovem dignidade, interação positiva e com perspectiva de futuro, que possa fornecer não apenas as necessidades básicas de um abrigo, mas também promover o bem-estar e a perceção de pertencer a um determinado lugar (Gehl, 2010; Agarez, 2018).

Além disso, a arquitetura, pode e deve envolver projetos que recuperem edifícios ou substituí-los por novos equipamentos em áreas urbanas degradadas, de forma a renovar esses espaços para fins comunitários de maneira a expandir o tecido social.



Figura |23 Edifício habitacional demolido em 1995, para reabilitação urbana da zona Oriental de Lisboa

Fonte: Sem fonte



Figura |24 Piscinas do Oriente, Lisboa inaugurada em 2005 (autor)

Edifício habitacional, substituído por um equipamento desportivo, no espaço urbano para fins comunitários, no sentido da reintegração social.

“Diversos estudos têm comprovado que a exclusão da sociedade provoca sentimentos negativos em indivíduos ou comunidades. Assim, será menos provável que existam relações pacíficas entre todos os membros das comunidades.” (Universia, 2020, s.p.). Caso existam dificuldades, seria mais aceitável que a sociedade em questão se esforçasse, com o interesse do benefício comum, isto é, uma forma da sociedade fazer a sua integração social aumentando a solidariedade entre todos os intervenientes da comunidade.

Configuram-se, principalmente nos bairros sociais, muitas ações de intervenção pelas instituições sociais de modo a reparar os vários danos que a população alvo têm vindo a sofrer. Grande parte dos moradores dos bairros sociais, vivem intensamente este movimento paradoxal de integração e exclusão, como na escolarização, formação profissional, no sistema habitacional e entre outros.

Os bairros sociais são um tema de grande relevância, trata-se de um paradigma bastante complexo que envolve comunidades vulneráveis. Muitas vezes referidos como conjuntos habitacionais de interesse social ou habitação social, tentam desempenhar um papel crucial e considerável nos dias de hoje nas nossas sociedades, promovendo organizações de associações de moradores em busca de melhores condições de vida, ser um campo de investigação e inovação a projetos sociais que possam beneficiar não apenas os próprios bairros e servir de modelo contra a discriminação social quando bem integrados, portanto se bem planeado os bairros sociais podem ser parte ativa podendo desempenhar alguns papéis importantes na sociedade. (Grosso, 2020; Cabecinhas, 2007; Guerra, 1994)



Figura |26 Equipa de futebol de jovens do Bairro do Oriente, Lisboa Fonte: V.C.



Figura |25 Equipa de rugby da Galiza Estoril, no projeto de reintegração Fonte: B.R.

A reintegração de jovens através de uma ferramenta que poderá oferecer oportunidades, o desporto.



Figura |27 Valdemar Correia Fonte: V.C.



Figura |28 Bernardo Ramos Fonte: B.R.

Dois agentes que batalham diariamente em prol de jovens que pretendem uma reintegração através do desporto.

Alguns destes jovens atravessam processos de reintegração social significativos, carregando muitas vezes desafios ou acontecimentos marcantes como experiências

traumáticas do passado, experiências de exclusão ou mesmo falta de oportunidades educativas. Muitos jovens, desde cedo, ocupam lugares de destaque na marginalização ou mesmo o lugar de pai ou de mãe na educação e proteção dos seus irmãos. No entanto, investir nestes jovens e apoiá-los através do desporto como ferramenta, torna-se uma estratégia de desenvolvimento e crescimento de futuro para uma sociedade mais equilibrada.

Estes jovens trazem consigo uma riqueza de experiências que podem partilhar e enriquecer o tecido social e impulsionar o progresso a uma sociedade de equidade. Além disso, os jovens têm o poder de serem os agentes de mudança dentro das suas comunidades de forma a construir um futuro melhor com oportunidades para a construção de uma sociedade mais justa e resiliente (Cabecinhas, 2007).

No que diz respeito aos agentes que fazem por desenvolver e promover a reintegração social de jovens através do desporto, é enriquecedor e ao mesmo tempo torna-se uma oportunidade fundamental de poderem mostrar e proporcionar valores e práticas essenciais para a sua reintegração na sociedade.

Segundo o testemunho de Valdemar Correia e Bernardo Ramos entrevistados no âmbito deste PFM, perante cinco questões que foram colocadas sobre a reintegração social dos jovens, torna-se importante a utilização do desporto como ferramenta de reintegração para estes jovens, no sentido de acreditarem nas suas capacidades e competências. Nestas comunidades muitas vezes afetadas por problemas de exclusão, discriminação e comportamentos desviantes, o fenómeno desportivo apresenta um enorme potencial para promover a coesão social, a educação e desenvolvimento pessoal dos jovens (Guerra, 1994).

Por outro lado, nestas comunidades, e para a maioria dos jovens, o abandono escolar, a falta de acesso ao ensino superior, famílias ausentes e desestruturadas e a falta de equipamentos sociais, mitigam estes grupos mais vulneráveis que carecem frequentemente de ajudas externas. Os maiores desafios nestes projetos desportivos em bairros sociais, reside em conquistar a confiança destes jovens considerados marginais, porque muitos deles carregam traumas, inseguranças, frutos de vivências de exclusão e abandono. Um dos maiores obstáculos nestas comunidades é ultrapassar estas barreiras invisíveis e demonstrar o interesse nas suas realidades e nas potencialidades, de forma a construir uma relação de mentoria duradoura.

Para potencializar de forma enquadrada a reintegração social destes jovens numa sociedade cada vez mais individualizada pelas tecnologias, é fundamental adotar estratégias que não sejam apenas competições entre si, que poderão configurar um confronto negativo, mas sim programas complementares como, o apoio ao estudo escolar, espaços informais que permitam atividades para educação não-formal, aconselhamento psicológico e formação profissional, de modo a capacitá-los com ferramentas no sentido de ficarem preparados para definir metas de vida positivas que possam concretizá-las.

É inquestionável a diferença entre os agentes desportivos e estes jovens, porque o panorama social ainda apresenta muitos obstáculos. Existirá sempre um grande fosso no que diz respeito às oportunidades e a um ambiente favorável justo para todos os que fazem

parte da sociedade (Pires, 2012). Cabe a todos os intervenientes tornar mais visível muitas vozes silenciosas, daqueles que estão mais expostos às condições vulneráveis de vida.

Dentro da reintegração social, com particularidade no realojamento nos bairros sociais, é um tema de grande relevância no campo da arquitetura e do planeamento urbano. Trata-se de um processo que envolve muitas comunidades de áreas degradadas com necessidades básicas, no sentido de melhorarem as suas condições familiares em situações de vulnerabilidade à procura da inclusão social através da habitação.

O problema do realojamento é um problema social e um problema de edifícios, porque as pessoas não são objetos que podemos colocá-las em gavetas e fechá-las. Esta prática vai cristalizando roturas nos vários bairros, configurando um campo fragmentado de complexidades às ações dos seus atores (Guerra, 1994).

Temos de nos consciencializar de que o realojamento de pessoas não seja apenas uma questão de mudar de morada. É um desafio que temos de considerar o envolvimento de novas habitações, se são de qualidade, as acessibilidades, o conforto, a educação, a oportunidade de emprego e o espaço de integração com a comunidade.

De facto, a habitação na Reintegração Social está incluída nos padrões das políticas sociais do Estado e dos Poderes Locais, que estabelecem como uma solução destinada aos cidadãos mais vulneráveis, permitindo-lhes o acesso por via de seleção a uma habitação que reúna as condições necessárias ao seu desenvolvimento e qualidade de vida (Grosso, 2020).

Setúbal, integra as cidades históricas de Portugal, com um rico património arquitetónico em grande parte construído após o terramoto de 1755 que destruiu toda a cidade. Esta cidade também apresenta alguns desafios sociais na sua localidade como a discriminação, marginalização, pobreza, desemprego, insegurança e desunião em algumas áreas periféricas.

Podemos ter políticas de integração social orientadas para as capacidades culturais, como respeito por diferentes religiões. São exemplo deste tipo de políticas, as políticas para integração de migrantes e imigrantes. As políticas sociais também estão relacionadas, uma vez que se focam na comunicação entre grupos distintos, construção de comunidades e reconhecer e aprender a valorizar a diferença. (Universia, 2020, s.p.).

O bairro da Bela Vista exemplifica a realidade de um bairro social e torna-se uma referência dos problemas de território periférico de Setúbal. Nesta área específica, a marginalização no bairro é um desafio que merece uma atenção crítica no contexto da arquitetura e do planeamento urbano na origem de espaços de difícil acesso no horário noturno. Este bairro enfrenta desafios significativos relacionados à desigualdade, com falta de infraestruturas adequadas e exclusão social, que é evidenciada pela grande concentração de população vulnerável com grandes carências socioeconómicas, onde muitos moradores enfrentam dificuldades no acesso a habitações dignas e em alguns casos, vivem em condições precárias (OA – Oficina de Arquitetos Lda., 2007; Grosso, 2020).



Figura |29 Bairro da Bela Vista em Setúbal



Figura |30 Bairro da Bela Vista em Setúbal

Fonte: <https://www.skyscrapercity.com/threads/set%C3%BAbal-bairro-da-bela-vista.317628/page-4>

Fotografias do Bairro da Bela Vista, perante a sua degradação arquitetónica marginalizada e falta de equipamento adequado para prática do desporto.

A falta de oportunidades económicas e educacionais em algumas zonas do bairro, contribui para uma desvantagem social na perspetiva de futuro para alguns residentes. A falta de espaços comunitários adequados e oportunidades de lazer afeta negativamente a qualidade de vida dos moradores para uma coesão social. A grande concentração populacional carenciada no mesmo bairro, traz grandes evidências que o próprio bairro irá contribuir para um ciclo de desvantagem social, porque esta deslocação de pessoas de bairros autoproduzidos e juntá-las no mesmo bairro com outras comunidades vulneráveis, não se está a resolver um problema, está-se agravar cada vez mais um problema social (Guerra, 1994).

Como título de exemplo seguindo o contexto histórico social do bairro da Bela Vista, temos o Bairro do Oriente (antigo Casal dos Machados), em Lisboa às portas do Parque das Nações. Como já referido no ponto 2.2, muitas famílias carenciadas da área de Lisboa, foram realojadas neste Bairro do Oriente, iniciativa que possibilitou na sua maioria manter os seus empregos e os seus filhos permanecerem nas escolas da sua área de residência.

Esta colocação de comunidades diferentes no mesmo bairro, torna-se uma estratégia complexa e desafiadora que se insere no contexto mais amplo da reintegração social. Este panorama visa criar relações mais inclusivas entre grupos variados de pessoas que podem conviver e partilhar experiências interculturais significativas, no entanto esta abordagem também traz consigo uma série de problemas a necessidade de compreensão e tolerância no que respeita a valorização de identidades culturais de cada grupo (Guerra, 1994; Grosso, 2020). No entanto neste bairro a concentração de tantas famílias vulneráveis em edifícios plurifamiliares provocou a marginalização e um estigma social ao bairro que afetou negativamente a autoestima dos moradores e dificultando a sua integração em comunidades amplas.

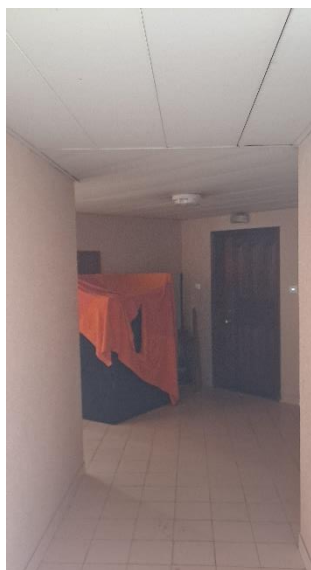


Figura |31 Ocupação nos espaços comuns a circulação, Bairro do Oriente, 2023 (autor)



Figura |32 Atos de vandalismo em espaços comuns, Bairro do Oriente, 2023 (autor)

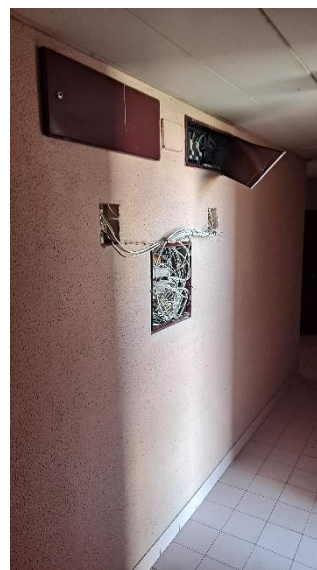


Figura |33 Apropriação indevida de canais televisivos, Bairro do Oriente, 2023 (autor)

A marginalização, o vandalismo e ocupação de espaços nos bairros sociais, torna-se de mais evidente um problema de reintegração de vários grupos vulneráveis no mesmo edifício.

Além disso a falta de material construtivo digno, foi um problema que resultou na qualidade de vida das famílias como:

- Janelas em caixilho de alumínio mal vedados
- Portas de entrada para as habitações em folhas de madeira bastante frágeis
- Pavimento em madeira (tacos ao fim de quatro anos de uso estavam soltos)
- Muitas infiltrações nas paredes

Os bairros sociais compostos por edifícios plurifamiliares, representam uma solução recorrente para o realojamento de populações economicamente carenciadas. Este modelo de construção permite concentrar uma elevada densidade populacional num determinado território limitado, maximizando a ocupação solo urbano disponível. Estes edifícios são projetados com acabamentos bastantes simples, originando vários problemas a curto e a longo prazo.

Como já referido anteriormente, a concentração de muitas famílias com baixos recursos económicos no mesmo espaço acaba por gerar uma série de problemas sociais, porque “(...) quando as pessoas são mais semelhantes entre si e menos autónomas, é mais provável que partilhem as mesmas conceções cognitivas e morais sobre o mundo (...)” (Pires, 2012, p.67). O sentimento de comunidade é reduzido e isso reflete na degradação dos espaços comuns, nos equipamentos e infraestruturas disponíveis que se tornam insuficientes para elevada ocupação. Além disso, a proximidade forçada entre agregados familiares tende a potenciar conflitos e tensões enfraquecendo o sentimento familiar (Pires, 2012). Nestes bairros a fraca organização coletiva dos moradores torna-se demais evidente a degradação do edifício por falta de responsabilidade a nível de condomínio.

Nestas áreas específicas, a degradação e segregação espacial de alguns bairros problemáticos, face à malha urbana das grandes cidades, são um problema identificado na sua maioria pelos moradores mais jovens, que entendem estar no canto da cidade. Este problema consolida um ciclo vicioso de marginalização, discriminação e “guetização”, forçando muitas vezes a presença das forças policiais com a necessidade de recolocar a ordem pública, forçando a inquietação dos moradores mais velhos.

BAIRRO QUINTA DO MOCHO

Este bairro situado no concelho de Loures, na Área Metropolitana de Lisboa, descreve muitos dos desafios referidos anteriormente que caracterizam os grandes bairros sociais.

Há 50 anos existiam no que é hoje o bairro da Quinta do Mocho em Loures, às portas de Lisboa, uns quantos arruamentos. Logo após o 25 de Abril fizeram-se alguns avanços no projeto de construção de um bairro social, para tudo ser interrompido depois de 1978. Durante os anos 80 e 90 do século XX, ainda com os prédios inacabados, aconteceu uma ocupação progressiva do que pouco mais era do que um estaleiro (Sarmento, 2020, s.p.).

A sua localização periférica e deficiente acessibilidade contribuíram para o isolamento físico e simbólico face ao tecido urbano envolvente. “Na Quinta do Mocho, os realojamentos fizeram-se já no novo milénio, com a construção de um “Novo Mocho” ali ao lado, com 93 edifícios, e um total de 680 fogos.” (Sarmento, 2020, s.p.).

A zona habitacional pública de muita fraca qualidade construtiva na sua materialidade, tem vindo a degradar na sua temporalidade por falta de manutenção. As carências sociais e a falta de zonas verdes agravam as dificuldades vividas pela população residente.

Figura |34 Imagens de um bairro social, profundamente degradado com falta de apoios locais, Loures, 2024 (autor)

O “Mocho Novo”, assim é chamado a paredes meias com uns condomínios de luxo, Terraços da Ponte. O “Mocho Novo” continua a ser um bairro social com profundas carências sociais e com poucas prosperidades perante um Estado social pobre.





BAIRRO QUINTA DA FONTE

Este bairro também situado no concelho de Loures na freguesia da Apelação na Área Metropolitana de Lisboa, descreve um caso paradigmático dos desafios sociais muitos referidos anteriormente que caracterizam os grandes bairros sociais. O bairro da Quinta da Fonte, bairro de realojamento na periferia de Lisboa, criado a partir de 1996 com mais de 700 fogos, rapidamente se transformou num enorme complexo habitacional degradado, concentrando elevados níveis de pobreza, insucesso escolar, criminalidade e exclusão (Manhique, 2021).

O seu projeto de planeamento urbano isolada e desconectada dos principais eixos viários e áreas comerciais, potenciou um forte desequilíbrio socio-espacial. A zona habitacional, dominada por torres e blocos de habitação pública de fraca qualidade construtiva, paralelamente a outros bairros referidos, tem vindo a degradar-se ano após ano (Manhique, 2021).



Figura |35 Quinta da Fonte, Loures 2024, imagens de um bairro social completamente isolado (autor)

O bairro da Quinta da Fonte, torna-se um espelho do isolamento populacional carenciada colocada na “gaveta”, longe dos olhares de quem nos visita. A chave residirá na capacidade coletiva de aproveitarem oportunidade de uma reintegração social.

Na última década, alguns programas de realojamento e de formação local têm tentado reverter este paradigma, mas os impactos são ainda demasiados limitados face à dimensão e complexidade do negativismo que afetam o bairro.

É evidente que um planejamento urbano mal projetado para estas comunidades carentes contribui negativamente para uma coesão social. Estas comunidades requerem uma sensibilidade cuidadosa, para poderem superar os desafios do seu dia-dia, para desenvolverem bons ambientes urbanos onde todos possam prosperar e contribuir para uma sociedade de forma a celebrarem as suas identidades culturais (Pires, 2012; Guerra, 1994).

É demais evidente que grandes conjuntos habitacionais plurifamiliares concebidos para realojamento de populações carentes, têm-se revelado um modelo falhado de promoção para habitação condigna. Esta grande concentração de famílias com rendimentos mais baixos em territórios com enormes carências, representam verdadeiramente guetos de pobreza e de exclusão social na malha urbana de grandes cidades. Estes bairros fatalmente promovem bastante a criminalidade e tensão social aprisionando na precariedade padrões de insucesso de geração em geração.

2.5| HABITAÇÃO EVOLUTIVA E FLEXÍVEL

Este conceito nos dias de hoje, leva à mudança no pensamento do ser humano na temática da inclusão. No decorrer do séc. XX, a habitação é vista como instrumento de investigação no que respeita a arquitetura, na introdução de novos conceitos como habitação evolutiva e flexível.

A construção tradicional das habitações está a sofrer transformações no seu processo construtivo, devido à mudança de pensamento por quem as projeta, “(...) na perspetiva do projeto, ter em consideração que este tipo de adaptabilidade resulta na sua complexidade, pois deverá ser conciliada a forma de responder às necessidades dos moradores, sem comprometer a delimitação para o espaço público e a coerência da estrutura urbana existente. (...)” (Carreira, 2022, p.59).

De forma a proceder este conceito de habitação evolutiva, a sua modernização na construção habitacional, é traduzida na utilização de novos materiais, tecnologias e técnicas construtivos (Fig.36 e Fig.37), no sentido de proporcionar um desempenho mais eficaz na estrutura e dinâmicas familiares.



Figura |36 Estruturas das habitações Villa Verde (Chile 2010)



Figura |37 Habitações construídas Villa Verde (Chile 2010)

Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-156685/habitacao-villa-verde-slash-elemental?ad_source=search&ad_medium=projects_tab

Habitações evolutivas desenvolvidas para apoio social aos trabalhadores de uma empresa florestal (Arauco) num processo de políticas habitacionais no Chile para estes terem as suas próprias habitações.

Este projeto de Villa Verde pelo escritório de arquitetura Elemental, é um dos exemplos do conceito de habitação evolutiva e das transformações nas habitações com tipologias inovadoras para o apoio social, esta filosofia assenta na premissa que os espaços domésticos devem ser capazes de se adaptar e transformar ao longo do tempo.

Com o surgimento destes novos conceitos na habitação, no que se refere à sua evolução por expansão vertical ou horizontal (Fig.38), esta característica é vista como inovadora no suporte das famílias que possam aumentar o seu agregado familiar. A ideia

prende-se com o desenvolvimento de soluções espaciais e dinâmicas multifuncionais, como alterações na composição do núcleo familiar e mudanças no estilo de vida.

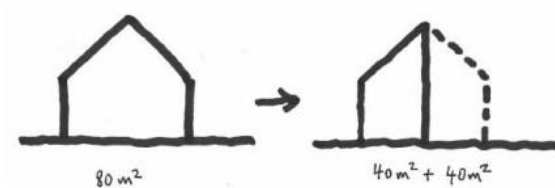


Figura |38 Imagem representativa de uma proposta de habitação evolutiva

(PIMPÃO, 2020, p.46)

Esta abordagem arquitetónica perante a visão de Carreira (2022), a evolução evolutiva para atingir estes objetivos devem ser determinados projetos bem estruturados, que permitem controlar o processo de conceção as possíveis expansões. A participação ativa dos moradores torna-se também um elemento-chave no que visa ao ciclo de vida e longevidade útil das construções, mitigando a necessidade de demolições prematuras e construções sucessivas sem controlo com possíveis impactos ambientais e económicos.

O desenvolvimento estrutural da habitação por extensão vertical ou horizontal (Fig. 42), torna-se possível se no início do projeto, considerarem o sobredimensionamento da estrutura na sua construção. Os acessos verticais devem ser projetados de forma a facilitar a evolução da habitação verticalmente para não comprometer a estrutura inicial. Já a extensão horizontal (Fig.41), considera espaços abertos suplementares que viabilizem uma melhor adaptação tanto a nível funcional como estético da própria fachada, mas também às futuras extensões. Desde o início da construção que devem existir condições necessárias para que tal possa acontecer (Carreira, 2022).

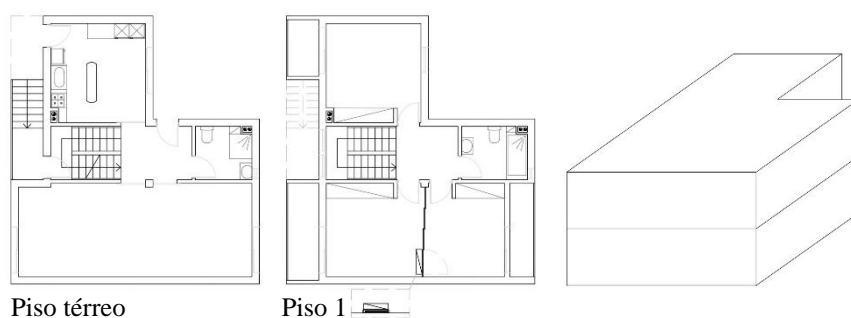


Figura |39 Planta tipo da habitação evolutiva (autor)

Planta unifamiliar no seu estado inicial de habitação com possibilidade de expansão no edificado a nível volumétrico vertical e horizontal.

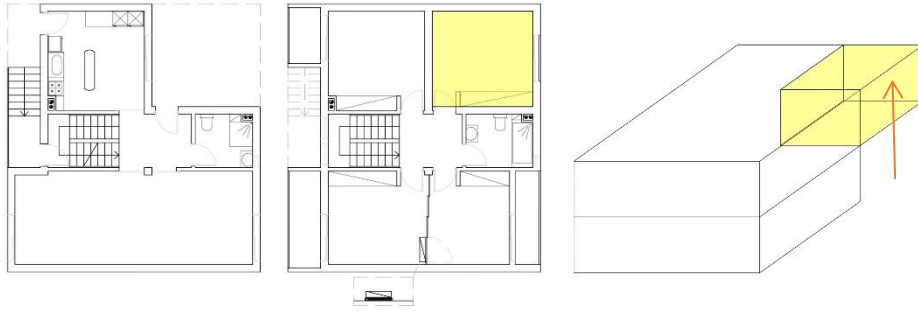
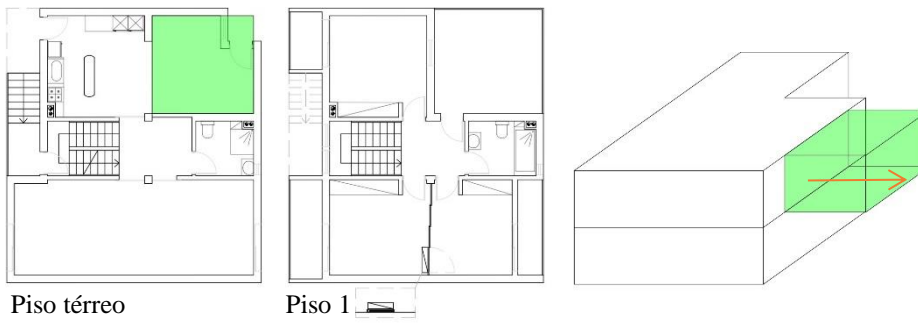


Figura |40 Planta de habitação com a expansão vertical (autor)

Com o aumento familiar torna-se possível aumentar no piso 1 mais um espaço de dormida.



Piso térreo

Piso 1

Figura |41 Planta de habitação com a expansão horizontal (autor)

Na seguinte planta a evolução por extensão horizontal no piso térreo, possibilita o aumento do espaço social.



Piso térreo

Piso 1

Figura |42 Planta de habitação com a expansão vertical e horizontal (autor)

Na seguinte planta a evolução por extensão vertical e horizontal no piso térreo e no piso 1, a uma transformação total no alçado da habitação.

Todo este pensamento em torno da habitação evolutiva possibilita alterar os limites do edificado, conforme a necessidade e situação económica da respetiva família (Fig.43). Neste método de projetar estas habitações, “a evolução por extensão pode concretizar-se por: articulações entre volumes “discretos” – núcleo inicial e extensões várias; variações volumétricas em espaços modulados; junções de volumes complementares ao núcleo inicial; e desenvolvimento posterior – encerramento, acabamento e ocupação – de estruturas realizadas quando da criação do núcleo inicial.” (Coelho & Cabrita, 2009, p. 222).



Figura |43 Desenho explicativo de opções de evolução por extensão

(PIMPÃO, 2020, p.47)

Noutra perspetiva, o aparecimento das novas construções e tecnologias aumenta a importância da habitação na relação entre o homem e o trabalho, como oportunidade de se trabalhar através de casa. Incluir a casa como espaço de trabalho, teve um aumento substancial e de grande importância durante a crise pandémica gerada pela COVID-19, vivida com mais intensidade em Portugal, no início do ano de 2020 até finais do ano de 2021. Esta crise veio consolidar o conceito do teletrabalho que prevê a utilização de equipamentos eletrónicos como computadores, telemóveis e outros programas de software, que possibilitam a um indivíduo trabalhar em qualquer lugar mantendo as suas funções, mesmo estando longe do seu local de trabalho.

Assim, com esta flexibilidade, o trabalhador mantém-se em atividade, desempenhando na prática as mesmas responsabilidades sem prejudicar a própria empresa.⁹

Um dos grandes problemas verificados durante a pandemia em Portugal, foi a falta de espaço de um modo geral na maioria das habitações, para que os mais jovens pudessem desenvolver o seu foro psicológico e realizar exercício físico, aliado às necessidades que os pais enfrentaram para que o ensino dos seus filhos pudesse continuar juntamente com as suas vidas profissionais. A falta de recursos necessários para os jovens mais vulneráveis, como o computador, principalmente para as aulas à distância, levou ao aumento de várias patologias no foro psicológico, como a nível da ansiedade, sintomas de tristeza, depressões e à falta de socialização com os outros. Todos estes indicadores estabelecem que uma boa estrutura familiar, aliada a uma habitação possível de estabelecer dinâmicas diferentes no seu interior e exterior, vincula situações de desenvolvimento como habilidades motoras, competências de entendimento do espaço e novos modelos de organização do espaço em ambiente familiar.

⁹ Fonte: <https://www.sage.com/pt-pt/blog/dicion%C3%A1rio-termos-empresariais/o-que-e-o-teletrabalho/>

Perante esta mobilidade de acontecimentos, surgiram questões relacionadas com a habitação, a capacidade de abrigar outros modos de vida que se verificaram durante a crise pandémica. Consta-se que a não funcionalidade e flexibilidade na habitação não foram capazes de oferecer as condições necessárias para o desempenho das atividades domésticas. Sublinha-se que a introdução da flexibilidade na habitação (Fig.44) dará uma funcionalidade e outras dinâmicas às necessidades humanas, encarando-as como agentes ativos na determinação das características físicas e funcionais das suas casas (Lopes, 2013).

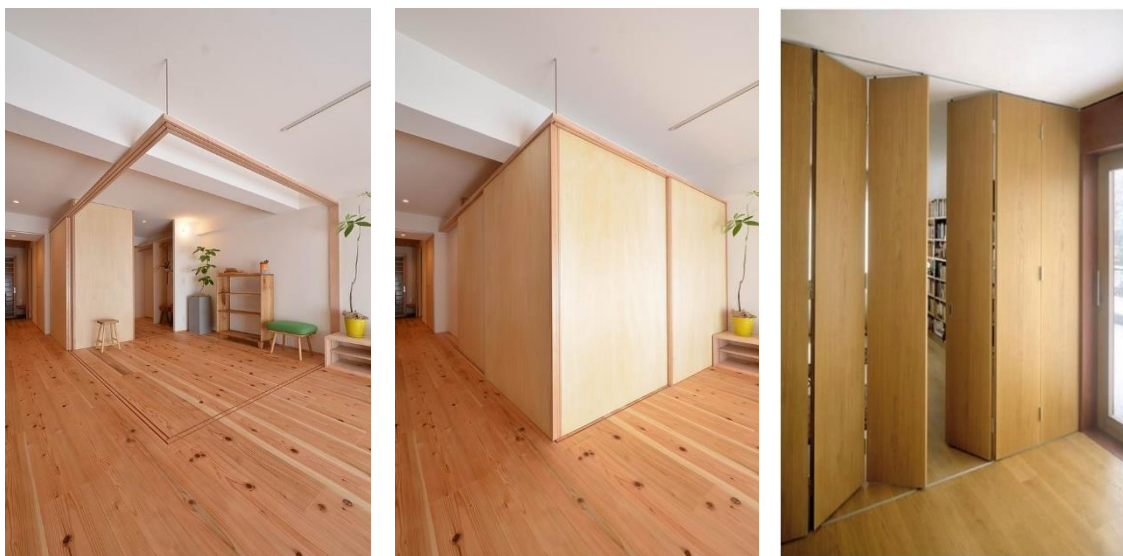


Figura |44 Diferentes apropriações do mesmo espaço, utilizando a flexibilidade na habitação

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/puertas-68746178975/>

Perante as características espaciais destacadas, a flexibilidade remete para a adaptação e capacidade da habitação realizar alterações de forma a potenciar os novos espaços, a sua ocupação durante o período de permanência ou a própria utilização. É uma disposição arquitetónica que resulta em projetos elaborados estrategicamente, tanto pela organização espacial, como pelo seu sistema construtivo.

Perante o conceito de flexibilidade, existem algumas formas de aplicação que estrategicamente podem se relacionar com a arquitetura adotada. A flexibilidade inicial é a escolha oferecida ao residente dessa mesma habitação no momento da elaboração do projeto. A flexibilidade contínua, possibilita ao morador realizar adaptações ao longo do período de uso (Pimpão, 2020).

A flexibilidade, aliado à evolução por expansão do fogo, torna-se uma ferramenta importante e bastante útil na arquitetura moderna, possibilita às famílias fazerem alterações durante a vida útil da habitação. Num mundo em constante mudança onde as necessidades humanas são cada vez maiores para esta versatilidade espacial, esta plasticidade construtiva e funcional, poderá inspirar o futuro da arquitetura moderna.

Cabe agora à arquitetura evolutiva e flexível, emergir como um caminho estimulante para um futuro mais promissor no sentido de acompanhar estas transformações na habitação como resposta às próximas gerações.

Assim, estas unidades de habitações sociais unifamiliares a custos controlados, estabelecem as configurações estruturais pretendidas para a localização escolhida na cidade de Setúbal, de forma a aguentar uma continuidade no tecido urbano minimizando o impacto ambiental.

2.6| HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS (HCC)

A habitação a custos controlados tem vindo aumentar, numa tentativa de reduzir a crise que atinge particularmente as populações de baixos rendimentos. (Vieira, 2011).

Em contextos de falta de recursos financeiros nas classes mais baixas e na sobrevalorização dos mercados imobiliários, é importante desenvolver novos modelos alternativos que possam promover o acesso à habitação digna para cidadãos cujo os seus recursos não possibilitam adquirir habitações de boa qualidade.

Num esforço para reverter o pouco interesse na promoção da habitação social, o Estado lança um novo programa habitacional de (HCC), ficando definido através da Portaria n.º 828/88, de 29 de dezembro de 1988:

De acordo com as palavras proferidas na portaria, a promoção de habitação a custos controlados surge no sentido de se afirmar como uma alternativa politicamente correta, tendo em conta a qualidade construtiva, bem como os preços compatíveis à estrutura dos rendimentos dos agregados familiares, constituindo-se, por isso, como uma vertente fundamental da política de habitação do Estado (Carvalho, 2021, p.91-92).

Independentemente das soluções apresentadas de projetos habitacionais, os programas de habitação de renda acessível, dependem muito do compromisso político e dos incentivos financeiros legislativos, no sentido de implementarem mecanismos como a cedência de terrenos públicos, linhas de crédito, subsídios diretos, isenções fiscais, entre outras medidas, que são fundamentais para viabilizar economicamente estes projetos e garantir soluções acessíveis para as famílias de baixos rendimentos (Carvalho, 2021).

O PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) constitui um instrumento fundamental para promover habitação e requalificar zonas urbanas degradadas ou disfuncionais, por outro lado os governantes tardam em tomar decisões para determinarem ações territoriais de forma a estabelecer os parâmetros de uso do programa no sentido de melhoramento das infraestruturas habitacionais e equipamentos que possam desenvolver economicamente os municípios (Carvalho, 2021).

A utilização de materiais locais para a construção de habitações ou outras construções, pode ser benéfico para a redução de custos a nível de transporte. Os materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental, podem ser importantes como uma solução mais acessível e sustentável.

“Apesar da atual portaria marcar o principal arranque do programa HCC, já na Portaria n.º 580/83, de 17 de maio de 1983 se abordavam os parâmetros do que viria a ser as HCC.” (Carvalho, 2021, p.92).

Outro vetor fundamental prende-se com a implementação de políticas públicas e programas de financiamento que garantam o acesso a crédito para a construção ou aquisição de habitações a famílias desfavorecidas (Carvalho, 2021).

Em paralelo, os mecanismos de planeamento urbano e de uso dos solos, devem ser vistos no sentido de potenciar a oferta de terrenos a baixos custos, dessa forma às construções de habitações a preços comportáveis são gerados próximos dos principais centros urbanos.

A grande procura por habitações mais acessíveis nos grandes centros urbanos, tem gerado enormes desafios para os respetivos poderes locais. Os centros urbanos enfrentam uma grande pressão imobiliária com preços das habitações e rendas a atingirem valores bastante elevados para o que se pode considerar uma renda familiar acessível, afastando assim famílias de menores recursos financeiros criando uma segregação social cada vez mais evidente. (Gonçalves, 2009).

Ignorar esta crise de acessibilidades nas habitações, representa um caminho incerto às populações ineficientes com rendimentos que não possam adquirir uma casa, por isso, desenvolver algumas estratégias inovadoras no sentido de viabilizar a oferta de habitações a preços acessíveis torna-se uma abordagem pela aposta em tipologias habitacionais de pequena escala, como unidades unifamiliares. Estas soluções permitem otimizar o uso do solo urbano escasso ou utilizar vazios urbanos, de forma a reduzir os custos de construção. A reabilitação de imóveis devoluto ou degradados nos centros históricos, pode igualmente constituir uma opção economicamente viável para promover a oferta de habitação acessível nestas zonas de maior procura. (Gonçalves, 2009).



Figura |45 Edifício habitacional devoluto, Lisboa, 2024 (autor)

Figura |45 Av. Gen. Roçadas, Lisboa



Figura |46 Edifício habitacional devoluto, Lisboa, 2024 (autor)

Figura |46 R. Dom F. Roupinho, Lisboa



Figura |47 Edifício habitacional devoluto, Lisboa, 2024 (autor)

Figura |47 Calçada de Santo André, Lisboa

Edifícios devoluto em zonas históricas de Lisboa, que podem ser reabilitados para habitação de baixo custo.

Conforme já referido no ponto 2.4, a habitação social em Portugal promovida até a década atual (1980), representou uma resposta imediata à falta de habitações enfrentada pelas classes com rendimentos mais baixos, com o principal objetivo de aumentar o maior número de habitações.

“Devido a isso, bem como aos recursos limitados por parte do Estado e à obtenção de uma maior margem de lucro por parte dos promotores privados, a qualidade das edificações quase sempre era remetida para segundo plano.” (Carvalho, 2021, p.96).

A verdadeira revolução que está acontecer no edificado habitacional no presente século, reside na nova geração de arquitetos que desafiam os paradigmas tradicionais, levando os mais velhos a desenvolver novas formas de projetar arquitetura.

Os novos conceitos modernistas de construção apresentam-se como alternativa interessante nos espaços urbanos. Estes arquitetos tiram partido de ideias como o uso flexível e multifuncional dos espaços, a partilha de áreas comuns ou a habitação evolutiva de modo a que estas habitações emergentes visam maximizar a eficiência espacial dos seus moradores.

Contudo um projeto a custos controlados para reintegração social, deve estabelecer regras logo a sua construção, rege-se de forma a gerir os recursos financeiros investidos pela autarquia ou mesmo por um investidor. Todo o desenvolvimento para um projeto de habitação evolutiva ou mesmo flexível consiste em algumas premissas muito importantes para que os seus espaços sejam funcionais e adequados ao agregado familiar, “entre as quais se destaca:

- A participação dos interessados;
- A coordenação dos desenvolvimentos e a adaptação das casas e respetivos locais;
- A adequação à evolução familiar;
- A satisfação mínima com as condições iniciais;
- A adaptabilidade dos espaços gradualmente criados e melhorados;
- A exploração das vantagens económicas da evolução e da autoconstrução;” (Coelho & Cabrita, 2009, p. 14).

Tal premissa permitiu a participação direta ou indireta de famílias e outros envolvidos, de forma a explorar pontos positivos e negativos na sua construção, de modo a gerir de forma transparente e exata os recursos financeiros investidos (Carreira, 2022).

A cidade de Setúbal, como principal centro urbano desta área metropolitana em expansão, Setúbal tornou-se um destino apelativo para uma população financeiramente com rendimentos mais baixos, em alternativa às elevadas rendas que são aplicadas em Lisboa.

Esta procura por habitações mais económicas, teve repercussões na cidade com o aumento dos preços das habitações e das rendas no centro histórico e zonas ribeirinhas. As reabilitações de imóveis devoluto para alojamentos locais e habitações de luxo, têm sido uma constante, não só nesta cidade Setubalense, mas também em outras cidades portuguesas, e em muitos casos perante relatos, os senhorios expulsam os moradores mais velhos e de menores recursos das suas casas para poderem lucrar com as novas

construções ou reabilitações (Idealista, 2018). Todo este cenário representa uma série ameaça à coesão social e ao equilíbrio demográfico da cidade.

Setúbal corre o risco de se tornar uma cidade vazia das suas tradições e dinâmicas que outrora foi um importante porto marítimo de trocas comerciais e com atividades piscatórias e salicultura. Torna-se, urgente implementar políticas públicas e desenvolver projetos que promovam uma efetiva oferta de habitações a preços acessíveis no centro urbano, para que esta população carregada de histórias não desapareçam e sejam os herdeiros dos seus antecessores.



Figura |49 Porto de Setúbal e muralha medieval, 1634 (TOMÉ, 2016, p.61).



Figura |48 Praia das Fontainhas em 1928

Fonte:
<https://memoriasdeadriano.blogspot.com/2007/05/setbal-de-antigamente.html>

Setúbal no séc. XVI, afirmou-se como um dos principais portos comerciais e centro económico do Reino de Portugal pela sua localização geográfica. Em paralelo, as atividades piscatórias e salicultura também contribuíram para o setor relevante na economia local.

Resolver a crise da habitação nesta cidade histórica, passa pelo projeto de unidades habitacionais unifamiliares a custos controlados junto à frente de rio que irá proporcionar qualidade de vida. Como já referido, o vasto património no centro urbano, os edifícios devolutos, oferecem oportunidades de intervenções, preservando as memórias arquitetónicas, as novas realidades e conceitos mais eficientes.

Nesta cidade, através de políticas públicas inovadoras e um efetivo planeamento a longo prazo para habitações quer sociais ou não sociais, é possível dar respostas ao flagelo da inacessibilidade habitacional no seu todo. O objetivo é abraçar esta missão, tendo como prioridade as populações com rendimentos mais baixos, para que tenham acesso a habitações dignas, de modo a promover cidades verdadeiramente equitativas.

Capítulo III – *FRENTE RIBEIRINHA, SETÚBAL*

“A arquitetura é mais do que um desenho bem planeado. É uma obra de arte em que toda a criatividade e paixão pela vida se encontram num planeamento.”¹⁰

Patrick Marchini

¹⁰ Fonte: <https://www.pensador.com/frase/MjQ1OTc3Mw/>

3.1| ENQUADRAMENTO GERAL

Setúbal é uma cidade portuguesa, com a sua localização na AML, cuja capital de distrito é Setúbal (Fig.50), banhado pelo estuário do Sado.



Figura |50 Legenda: Mapa de Portugal Fonte: <https://www.visitarportugal.pt/setubal>
Distrito de Setúbal
Concelho de Setúbal

A cidade de Setúbal situa-se na costa litoral ocidental de Portugal na margem direita do rio Sado orientado a sul, em sua volta é coberta pelas encostas da cordilheira da Serra da Arrábida (Fig.51).

O local de intervenção de projeto tem uma área aproximadamente de 34148,03m², encontra-se localizado a 38°31'18``N 8°53'45``W junto a zona ribeirinha (Fig.52). Esta área de implantação a nível de redes viárias, é delimitada a sul pela R. Doca Delpent, a norte pela R. Primeiro de Maio, a nascente pela R. Ocidental do Mercado e a poente pela R. Praia da Saúde.

Na envolvente ao lote escolhido, como implantação de projeto no que respeita ao edificado existente, é delimitado a norte por edifícios habitacionais até três pisos e contém um jardim de infância com um piso, a poente encontra-se edifícios habitacionais na sua

maioria com três pisos, a nascente por edifícios habitacionais até sete pisos e a sul edifícios de comércio e desporto náutico.



Figura |51 Ortofotomapa de enquadramento da cidade de Setúbal, rodeado pela encosta da Serra da Arrábida e a sul limitado pelo Rio Sado

Fonte: Google earth.



Figura |52 Ortofotomapa de enquadramento do local de intervenção

Fonte: Google earth.

3.2| BREVE NOTA HISTÓRICA-URBANA DA CIDADE

A origem da cidade de Setúbal remonta ao período romano, quando um pequeno povo conhecido como Cetóbriga se desenvolveu nas margens do rio Sado. Este povo de uma forma estratégica, localizava-se na foz do rio pelas funções que desempenhavam como a portuária e a piscatória (Pimentel, 1877; Bento, Pinho & Coutinho, 2019).

Já nos finais do séc. I, contra o domínio dos cartagineses, os romanos chegam à Península Ibérica, permanecendo vários séculos. Os romanos colonizaram o território introduzindo novas culturas e estabeleceram estruturas viárias hierarquizadas formando um novo espaço urbano. Nesse mesmo séc. a povoação ganha maior importância perante o desenvolvimento urbano, através das ligações de Cetóbriga (Setúbal) a Olissipo (Lisboa) e a Emerita Augusta (Mérida), antiga capital da Lusitânia (Tomé, 2016; Bento et al., 2019).

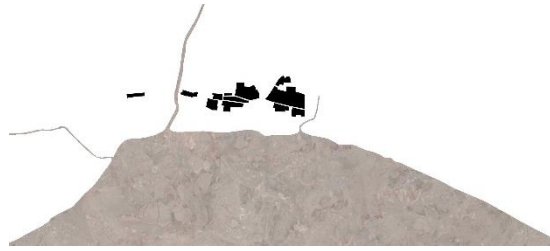
Após o início do período de decadência do Império Romano no séc. III, este povo teve um pequeno declínio durante os períodos visigóticos e muçulmanos. Com a reconquista Cristã da Península Ibérica, em 1165, deu-se um novo impulso da cidade de Setúbal com o seu registo atribuído ao seu povoamento em 1235, este povoamento beneficiou da posição ribeirinha e da reedificação das estruturas defensivas da vila para afirmar como um importante porto comercial e militar na Idade Média (Pimentel, 1877; Tomé, 2016).

O grande arranque de Setúbal iniciou-se no séc. XVI, com o início da expansão marítima das águas portuguesas. Com a instalação das Casas da Índia, permitiu que tornasse um dos principais portos comerciais recebendo cargas de especiarias, metais preciosos e outros produtos provenientes dos novos territórios ultramarinos (Tomé, 2016). De outra forma Setúbal:

Aproveitando os recursos estuarinos deste local, dedicaram-se à salga e preparação de peixe e exportação para regiões como a Itália e o norte de França, transformando esta área num complexo industrial piscícola, com a produção de preparados de peixe, e indústrias paralelas de apoio a esta, a salicultura e a cerâmica com fabrico de ânforas (Tomé, 2016, p.22).

Perante o intenso tráfego portuário, houve um crescimento significativo nesta vila, que impulsionou o desenvolvimento socioeconómico e demográfico de Setúbal, que adquiriu o estatuto de cidade em 1513 (Tomé, 2016).

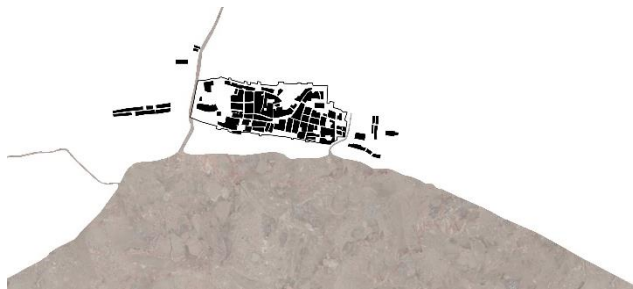
A orografia da cidade de então, não seria a que atualmente se nos apresenta, sendo possível através das atuais características topográficas identificar, a partir das curvas de nível na zona mais baixa da urbe, este desenho de crescimento (Fig.54), com sucessivos assoreamentos, até à geografia urbana atual, apenas subdividida pela Ribeira do Livramento (Tomé, 2016, p.23).



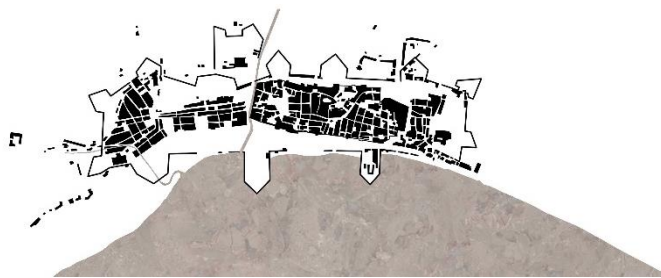
Séc. XII



Séc. XIV



Séc. XVI



Séc. XVIII



Séc. XIX



Figura |53 Expansão da cidade de Setúbal e seu povoamento ao longo dos séculos

(HILÁRIO, 2023, p.26)

Os séc. XVII e XVIII foram marcados por períodos de prosperidade e declínio derivados de atividades comerciais do império português. “Com terramoto de 1755 a Vila ficou devastada, igrejas, palácios, e habitações ruíram.” (Tomé, 2016, p. 29). O séc. XIX assistiu-se a mais etapas de expansão urbana da cidade para além da cerca medieval, em particular com o plano de Ressano Garcia.

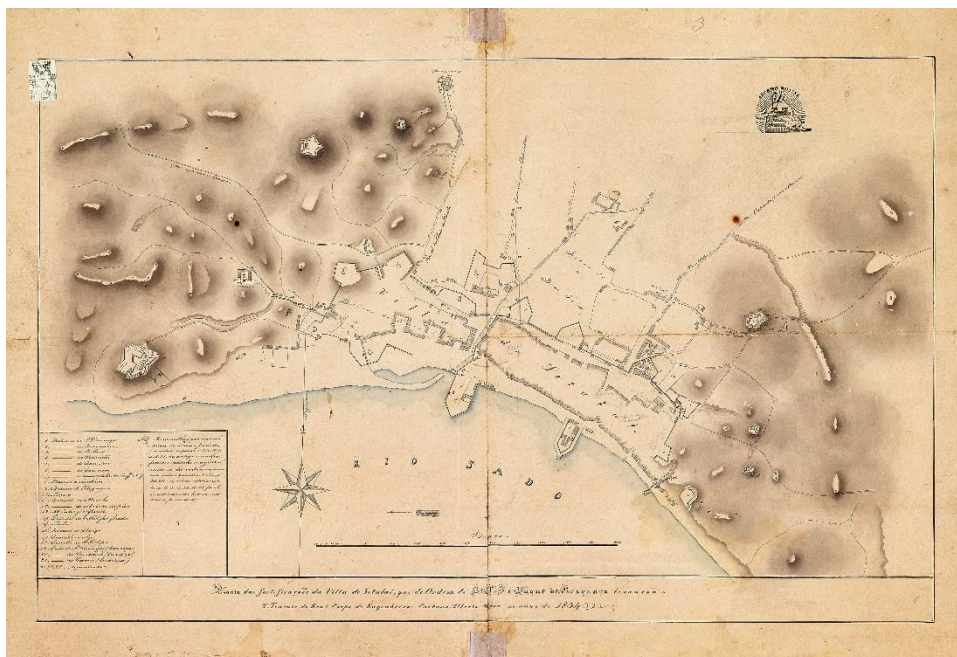


Figura |54 Setúbal 1834

(QUINTAS, 2003, p.106)

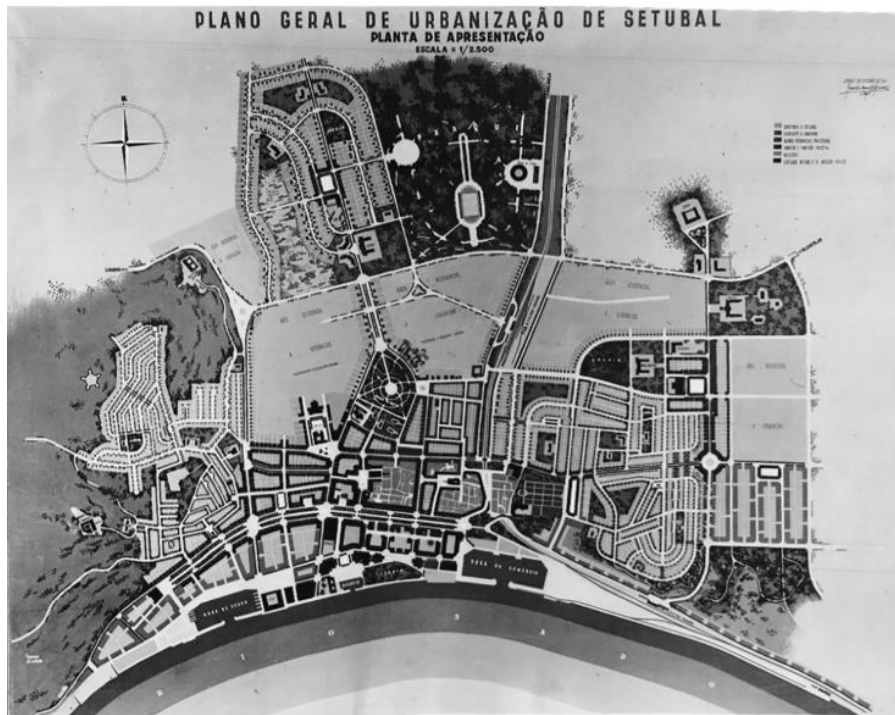


Figura |55 Setúbal 1944

(MALHEIRO, 2018, p.305)



Figura |56 Setúbal 1955

(MALHEIRO, 2018, p.329)



Figura |57 Setúbal 1962

(MALHEIRO, 2018, p.317)

O crescimento urbano no séc. XIX marcou um período importante de expansão territorial e transformação da cidade, trouxe um enorme desenvolvimento económico e social até então confinado à antiga cerca medieval, defendida pelas muralhas e pelo o castelo de São Filipe. Com o aumento populacional as novas exigências da sociedade industrial, deu-se o início de uma pressão demográfica, originando novos bairros residenciais periféricos (Tomé, 2016).

No início do séc. XX, as novas infraestruturas portuárias impulsionaram a indústria na cidade de Setúbal, que se tornou um importante porto marítimo para cimenteira, conserveira, metalúrgica e entre outros. Segundo Tomé, (2016) & Pereira, (2024) em torno destas zonas apareceram os primeiros bairros operários de habitação social, foram construídos vários núcleos de habitações unifamiliares simples, (...) podemos considerar que teria havido dois tipos de construção, a construção com estrutura em alvenaria de pedra irregular rebocada e cobertura com estrutura de madeira revestida a telha e a construção em madeira com revestimento de cobertura em colmo (Tomé, 2016, p.84).

As transformações económicas e a deslocalização industrial na última década do séc. XX deixaram profundas marcas no território, sendo encerradas muitas das antigas fábricas industriais dando origem à degradação do património na cidade de setúbal. Nas décadas mais recentes, Setúbal tem procurado políticas de requalificação do património construído, renovar os espaços públicos degradados e reabilitar as antigas áreas industriais para novos usos como residências ou espaços turísticos (Pereira, 2024).

3.3| COMPOSIÇÃO SOCIAL E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

Setúbal, no seu município nas últimas décadas, teve um crescimento populacional residente. O séc. XX no município, ficou marcado por profundos fluxos migratórios de entradas e saídas. Se nas primeiras décadas foram as oportunidades industriais a atrair mais populações, já no séc. XXI foram as oportunidades de uma classe média à procura de um custo de vida muito mais favorável, em particular habitação mais acessível (Lopes, 1997; Setúbal, 2020).

Dentro da composição social, muitos dos antigos bairros operários entraram no ciclo de envelhecimento pelas reduzidas taxas de natalidade, as populações mais jovens, tardam em sair de casa dos seus pais por falta de rendimentos financeiros, gerando um forte desequilíbrio etário. Este acontecimento torna-se visível nas zonas históricas industriais, esta perda de dinamismo económico torna este território com uma necessidade crescente de uma população mais jovem e mais independente (Lopes, 1997).

Nas zonas urbanas mais recentes e de expansão após a Av. Luísa Todi, a estrutura demográfica tem sido mais equilibrada, onde as populações de classe média fixaram-se em habitações modernas, são atraídos pelo comércio, serviços públicos e com valores mais comportáveis de se pagar numa renda mensal.

O crescimento da sua população residente no município de Setúbal (Fig.58) foi de em 8,4%, passando de 113.934 habitantes em 2001, para 123.519 habitantes em 2021.

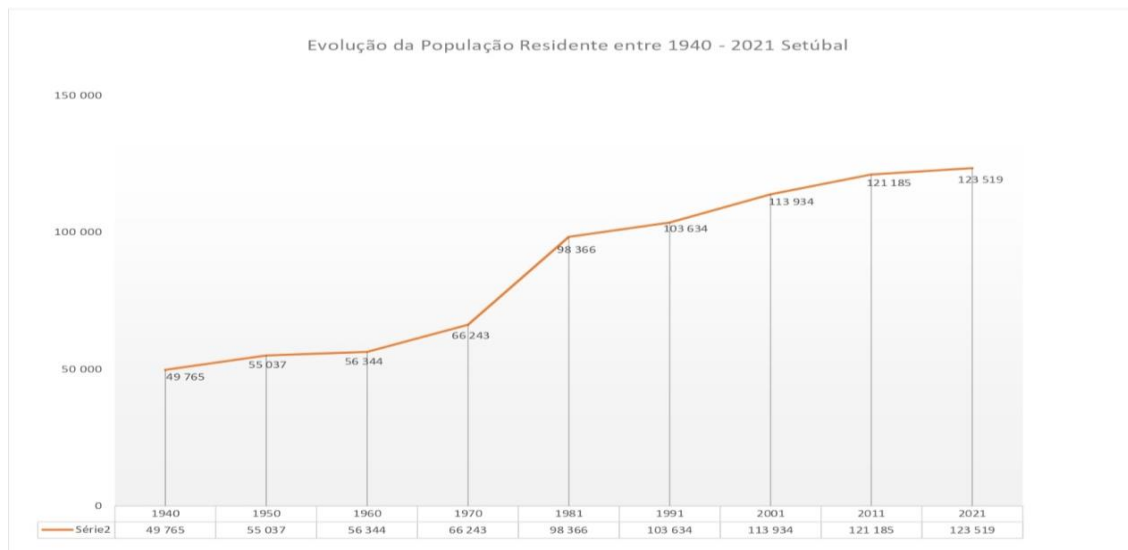


Figura |58 Processo de crescimento da população residente no município de Setúbal

Fonte:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

No registo dos Censos 2021, o número total da população residente por sexo e grupo etário, confirma-se para a cidade um fenómeno de uma população cada vez mais envelhecida na sua estrutura etária a partir dos 40 anos de idade (Fig.60) (Pimpão, 2020).

Com a procura de uma qualidade de vida mais favorável, a classe média e média-baixa não têm sido o suficiente para o aumento dos estratos etários mais jovens nesta cidade.

Outra realidade prende-se com algumas áreas de forte concentração de população imigrante e grupos étnicos de baixos rendimentos em determinados bairros, perpetuando padrões de segregação socio-espacial e exclusão. Outra característica demográfica que os Censos vieram realçar, prende-se com os níveis de qualificação entre as populações das várias freguesias do concelho (Lopes, 1997).

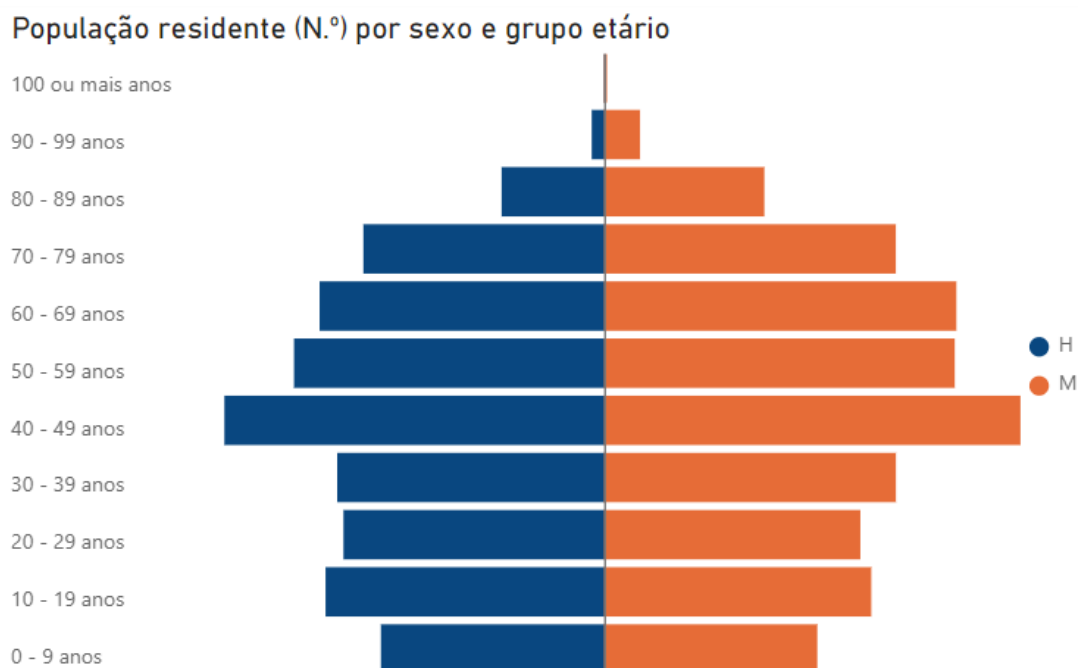


Figura |59 Gráfico referente à faixa etária da população residente na cidade de Setúbal

Fonte:
https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_populacao&xpid=CENSOS21

É possível concluir que, no município de Setúbal, a população residente tem vindo a aumentar, no entanto verifica-se um processo de envelhecimento que marca a evolução recente da cidade, que perante o gráfico, a maioria da população residente tem idade superior aos 60 anos, um valor bastante elevado para uma cidade que está em expansão. No entanto, denota-se que a maioria da população ativa na cidade de Setúbal está compreendida entre 40-49 anos.

Setúbal encontra-se num processo demográfico de aumento da sua população residente, os poderes locais tentam soluções de forma a fixar a população mais jovem e ativa num sentido para não provocar um declínio urbano.

3.4| HABITAÇÃO ENQUANTO COMPOSIÇÃO URBANA

A habitação representa um dos elementos estruturais mais relevantes na configuração e dinâmicas do tecido urbano da cidade de Setúbal, as suas diversidades tipológicas refletem as diferentes fases de expansão da cidade atravessadas ao longo dos séculos.

A estrutura urbana mais antiga, segundo Tomé (2016) e o aglomerado de casas tradicionais do séc. XIX, originavam ruas estreitas e becos como se fossem um labirinto que convivia entre palacetes, conventos e monumentos históricos.

Apesar do valor patrimonial, esta malha urbana encontra-se muito fragilizada pelo envelhecimento das construções e da sua população residente. Os poucos largos e às pequenas praças representam verdadeiramente o centro de convívio, reunindo atividades comerciais e fluxos pedonais.



Figura |60 Estruturas arquitetónicas das habitações e ruas tradicionais da zona mais antiga de Setúbal

Fonte: https://www.idealista.pt/geo/comprar-predios/museu-do-trabalho/com-tamanho-max_200/

As primeiras expansões para fora das muralhas introduziram habitações mais desenvolvidas com quarteirões, avenidas e arquiteturas de influência pombalina. “Esta nova situação permitiu a redefinição de hierarquias urbanas e reforçou as funcionalidades socio-urbanas dos seus espaços públicos” (Tomé, 2016, p.129). Perante este novo tecido urbano, Setúbal também reapareceu com uma nova paisagem urbana mais heterogénea, detendo um forte sentido de lugar e identidade, apesar do seu estado de conservação precário conjugando com o trânsito automóvel.

Das antigas portas da cidade, deixando para trás este rico património do séc. XIX, as décadas inaugurais do séc. XX assistiram-se ao desenvolvimento dos primeiros bairros sociais e de realojamento junto às áreas industriais ribeirinhas, sob influência do aumento e desenvolvimento do porto de Setúbal, sendo necessário para assegurar as atividades industriais e comerciais da cidade, foi projetado um novo porto, “iniciado em 1930, que incluía a regularização da margem numa extensão de 4km, a construção de três docas de

diferentes tamanhos e funções, pesca, recreio e comércio, uma lota, parcelas para albergar as unidades industriais e armazéns de apoio às atividades portuárias” (Pereira, 2024, p.37).

A imagem representa um aglomerado de habitações desenvolvidas na frente ribeirinha perto das áreas industriais.

Figura |61 Frente ribeirinha de Setúbal, 1928

(PEREIRA, 2024, p.29)



Com o seu desenvolvimento urbano, foram necessárias novas redes viárias com traçados claros para o crescimento da cidade, “em 1848, a zona nascente da Rua da Praia é mandada calçetar, entre a ponte do Livramento e o Quartel do Cais, dando origem ao troço inicial da Av. Luísa Todi (Fig.63)” (Pereira, 2024, p.37). Esta mesma Avenida na década dos anos 70, foi prolongada até a Saboaria dando origem a um novo percurso pedonal e arborizado expandindo o traçado automóvel de forma a construir um novo plano sobre o rio.

Dentro da cidade a infraestrutura viária desempenha um papel fundamental no funcionamento urbano que reflete de grande importância na economia e no turismo. O desenho da cidade prolonga-se a partir do Baluarte de N. Sra. Do Livramento até ao Baluarte de N. Sra. da Conceição, continuando na orientação da R. da Praia paralela ao rio, dando origem a novos quarteirões de malha ortogonal com grandes lotes de várias frentes projetadas para ruas principais e secundárias, que no séc. XX vieram a ser edificados com habitações criando uma nova frente a cidade, localizada na zona Nascente da atual AV. Luísa Todi (Tomé, 2016).

Com toda a sua expansão feita de aterros, a cidade de Setúbal atualmente representa uma “(...) frente tripartida (Fig.64), são claras as diferenças entre a área central expectante, mas com grande valor histórico e potencial de reconversão, e a restante frente, que apresenta uma estrutura mais consolidada e cuidada” (Pereira, 2024, p.39).

Nos últimos anos, tem-se assistido ao surgimento de novas urbanizações de iniciativa privada (Fig.62) direcionada para classe média e média alta, este surgimento veio proporcionar um enquadramento mais articulado entre habitações e o espaço público cada vez mais qualificado. Esta leitura da composição urbana espelha não só diferentes épocas, mas também realidades diferentes na população residente a nível socioeconómico.



Figura |63 Espaço verde central da Av. Luísa Todi, Setúbal, 2021 (autor)



Figura |62 Habitações de iniciativa privada, Setúbal, 2021 (autor)



Figura |64 A nova frente atual ribeirinha da cidade de Setúbal

(PEREIRA, 2024, p.39)

Capítulo IV – PROJETO

“Construir, criar e ser capaz de traduzir um desejo é uma arte!”¹¹

¹¹ Fonte: <https://www.frasesdobem.com.br/frases-de-arquitetura>

4.1| ESTRATÉGIA URBANA

Na continuidade do pensamento ao longo do capítulo I, para o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção urbana (ponto 1.1), relativa à problemática habitacional, pretenderam-se desenvolver, na frente ribeirinha, habitações unifamiliares.

Perante a investigação e análises realizadas à cidade de Setúbal e ao local de intervenção (anexo I), a requalificação da zona ribeirinha apresenta uma oportunidade para adotar uma estratégia de projeto com um bairro de habitações unifamiliares. Estas habitações, de menor escala, permitem criar um tecido urbano integrado aos espaços públicos existentes.

Atualmente, a zona ribeirinha de Setúbal encontra-se desconectada do tecido urbano consolidado, resultando numa frente de água subaproveitada e degradada. Esta situação torna-se mais evidente pela presença de grandes vazios urbanos, ocupações irregulares de habitações precárias, edifícios devolutos e barreiras físicas como a Av. Luísa Todi. Esta importante rede viária, que se representa como uma das principais artérias estruturantes da cidade, percorre vários bairros tradicionais, conectando o centro histórico à frente ribeirinha junto ao Rio Sado. O seu potencial de integração entre a malha urbana consolidada e a zona ribeirinha, acaba por se configurar numa cicatriz urbana dificultando uma continuação do tecido urbano. Já o vazio urbano torna-se um território de insegurança e exclusão social, visto que a população residente não irá usufruir de todos os recursos naturais paisagísticos e recreativos junto ao rio. Relativamente aos edifícios devolutos conforme referenciado no ponto 2.4, poderiam ser reabilitados para habitação, comércio ou serviços de forma a dar nova utilidade e uma nova vida aos passeios que rodeiam esses mesmos edifícios.

De forma a resolver estes problemas estruturantes da cidade de Setúbal e desta frente ribeirinha, a proposta PFM passa potencialmente em desenvolver um bairro de habitações unifamiliares flexíveis e evolutivas a custos controlados para reintegração social, que vai ao encontro do já referido nos pontos 2.2 e 2.4. Este conceito visa, não apenas promover habitações condignas às populações mais desfavorecidas, mas também desenvolver um tecido urbano socialmente integrado. Esta solução permite resolver algumas limitações à forma urbana, proporcionando melhor vista e melhor exposição solar às habitações.

O programa desenvolve-se num conjunto de 75 habitações de dois pisos em banda, dividido em dois lotes separados por uma via principal. Este conjunto de habitações são delimitados por pequenos muros em alvenaria, com acesso por portão que individualizam o espaço de jardim da fachada principal. Na fachada tardoz, esta por sua vez terá um longo pátio semi-privado. Esta estratégia de um pátio central no projeto, surge como resposta ao conceito de vizinhança que remete a um sentido de pertencer a um território e de convívio comunitário entre moradores. Mais do que uma simples proximidade de convivência, o sentido de vizinhança vai resgatar valores de partilha, solidariedade e práticas socioculturais (Fig. 65).



Figura |65 Planta de Implantação/ Proposta Urbana/ esc. 1:1000 (autor)

4.2| ESCALA URBANA

Setúbal apresenta uma sobreposição (anexo I) de diferentes escalas urbanas que remetem às diversas fases de ocupação e crescimento da cidade em relação ao rio. Após análise das características físicas e urbanas da área de intervenção, no centro histórico predomina uma escala mais intimista com pequenas construções, ruas estreitas e pequenas praças que resultam de uma ocupação típica das cidades ribeirinhas tradicionais dos séculos passados (Fig. 66).



Figura |66 Composição dos edifícios de habitação no centro histórico de Setúbal, 2024 (autor)

À medida que nos afastamos do núcleo mais histórico da cidade em direção ao rio, a escala urbana da cidade vai progressivamente aumentando e tornando a cidade mais imponente.

A Av. Luísa Todi (Fig.67), impõe uma escala urbana mais ampla. Este eixo viário estruturante da cidade, configura um espaço público aberto, mas nem sempre qualificado, sendo evidente que a falta de manutenção transforma negativamente o próprio espaço.

Esta avenida contrasta com as grandes instalações industriais e portuárias, que conferem um impacto visual na paisagem ao longo da costa da cidade. Esses edifícios configuram grandes massas rústicas e sóbrias (Fig. 68). Nas áreas mais periféricas da cidade, são encontrados núcleos de ocupações precárias autoconstruídas de menor escala. Essa variedade de escalas coexistentes constitui uma leitura complexa, que reflete as distintas fases do desenvolvimento urbano da cidade de Setúbal.



Figura |67 Av. Luísa Todi, Setúbal, 2021 (autor)

A Avenida Luísa Todi impõe uma escala urbana mais ampla e monumental. Este grande corredor é ladeado por edifícios mais altos.



Figura |68 Instalações industriais na frente ribeirinha, Setúbal, 2021 (autor)

Ao longo da zona ribeirinha da cidade, os grandes complexos industriais e portuários são heranças remanescentes da antiga atividade que ainda se encontra ativa, mas em menor produtividade.

Outras escalas presentes na cidade de Setúbal são os espaços verdes, (Fig. 69) que permitem aos cidadãos usufruírem destas áreas ajardinadas com o aproveitamento de praticarem atividades desportivas e de lazer proporcionando uma experiência mais distinta.

Já os conjuntos habitacionais desenvolvidos para o PFM apresentam uma integração no meio de áreas edificadas ocupando um espaço com edifícios devoluto que serão demolidos, tornando esta área fundamental para o desenvolvimento do tecido urbano.

Neste projeto de habitações de menor escala, foi essencial uma definição de como obter uma articulação entre as zonas edificadas e a zona de intervenção, para uma melhor relação de conexões viárias, espaços públicos e permeabilidade física e visual (Fig. 70).

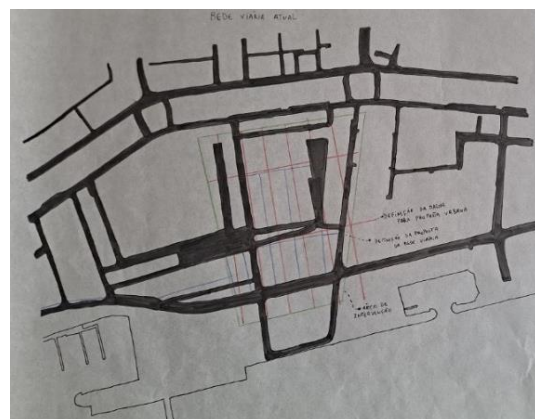


Figura |69 Espaços verdes da cidade/ esc. 1:5000 (autor)

Esta definição de planta da cidade, representa um levantamento dos espaços verdes existentes de forma a compreender a distribuição em toda a malha urbana, no sentido de planejar novas estratégias.

Esta proposta construtiva para uma ocupação de menor escala, vai ao encontro de preservar a visibilidade elementar da envolvente com a frente de rio sem nunca mitigar um impacto negativo à malha urbana. A solução adotada é essencial porque estabelece uma relação equilibrada entre a proposta e as áreas habitacionais.

Figura |70 levantamento das redes viárias na área envolvente e na área de intervenção do projeto (autor)



4.3| ESCALA ARQUITETÓNICA

No seguimento do raciocínio desenvolvido, e como já referido, Setúbal enfrenta desafios habitacionais que refletem nas suas mudanças demográficas, como as novas exigências socioeconômicas.

Neste contexto, as unidades habitacionais desenvolvidas na PFM (anexo II) apresentam uma solução arquitetónica inovadora para a inclusão social. As habitações evolutivas como descritas no capítulo 2.5, são projetadas para aumentarem a sua espacialidade, tanto verticalmente como horizontalmente e se transformarem ao longo do tempo, permitindo que os espaços se adaptem às necessidades dos seus ocupantes.

Este conceito torna-se fundamental na cidade de Setúbal, onde o crescimento urbano exige uma abordagem arquitetónica inovadora, resiliente e equilibrada com a sua paisagem.

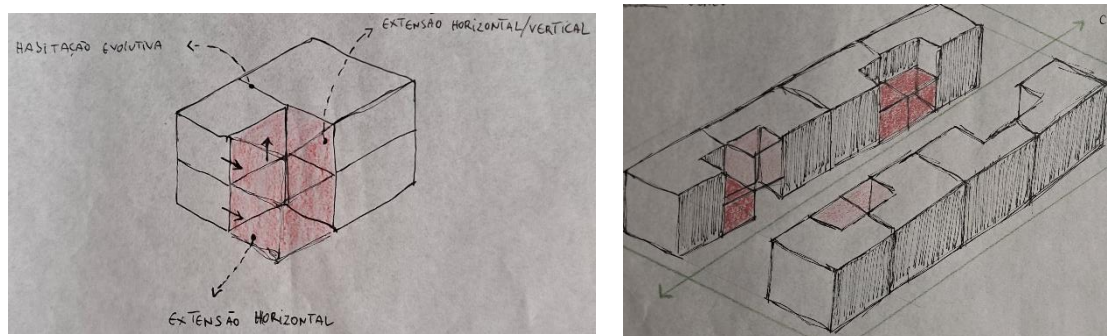


Figura |71 Desenhos esquemáticos de estudo para habitação evolutiva (autor)

Uma habitação inicialmente projetada para um casal com três filhos, pode ser aumentada de acordo com o crescimento familiar através de módulos. Vejamos este exemplo:

Habitação inicial (as duas plantas à esquerda piso terreo e piso 1), está projetada para um casal com três filhos. Com o crescimento familiar há a possibilidade de aumentar mais um espaço de dormida no piso 1 (planta à direita), aumentando a espacialidade habitacional sem grandes intervenções estruturantes.



Figura |72 Planta de habitação inicial, com a evolução de mais um módulo, espaço de dormida (autor)

No entanto, esta proposta de projeto, no piso térreo, é composta por um espaço de confeção, um espaço de socialização com dois acessos, permitindo de futuro a subdivisão de acordo com as necessidades dos moradores, um espaço de arrumos e i.s.. No piso 1, é composta por i.s., três espaços de dormida sendo que dois desses espaços têm uma parede móvel com painéis em madeira, o espaço de dormida mais isolado tem uma mezanine e os três espaços de dormida são complementados com três varandas, sendo uma em consola.

Tendo em conta as várias alternativas de evolução, a proposta de PFM apresenta habitações tradicionalmente de T3, T4 (Fig. 72) e T1 mais T2. Este último, a habitação no piso térreo é composta por um espaço de confeção, espaço de arrumos, i.s., espaço de socialização, um espaço de dormida e o acesso vertical é encerrado de forma à subdivisão entre pisos. O piso 1, é composto por um *open space*, uma mazanine, i.s., dois espaços de dormida, três varandas sendo uma em consola (Fig. 73) e o acesso à habitação é feita através do pátio semi-privado, mas comum aos moradores. Esta opção pode ser levada em conta para rentabilizar o espaço em benefício próprio, alugando o piso superior.

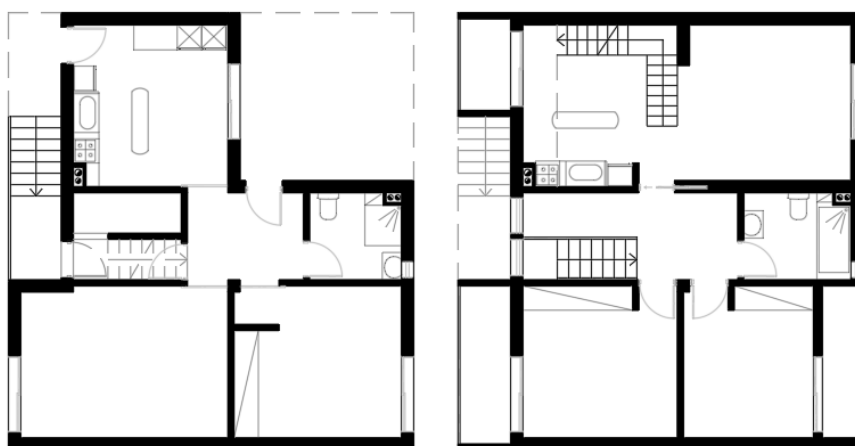


Figura |73 Planta de habitação T1 mais T2 (autor)

No que diz respeito aos pátios enquanto elemento arquitetónico, no PFM, desempenham um papel crucial na definição da relação entre habitações e a interação social entre os vizinhos (Fig. 74).

Historicamente os pátios têm sido utilizados em diversas culturas como espaços de convivência e de conexão entre o ambiente interno e externo (CONCEIÇÃO, 2015). Neste contexto urbano de proposta, os pátios funcionam como uma extensão das tipologias, proporcionando aos moradores espaços de lazer sem sair dos limites das suas habitações.

Sendo um projeto para reintegração social, os pátios vão desempenhar um papel fundamental como espaço de interação e de construção de comunidade, esta relação de vizinhança vai em conta ao que foram as Ilhas na cidade do Porto. As ilhas foram uma espécie de corredor estreito, com habitações de um e dois pisos em banda, com um pátio comum que configuravam fortes relações de vizinhança (Fig. 75) (CONCEIÇÃO, 2015).



Figura |74 Planta dos pátios semi-privados mas comuns aos moradores (autor)

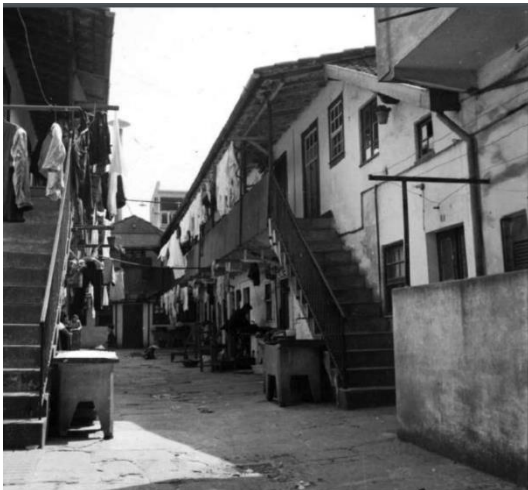


Figura |75 Habitações que caracterizavam as ilhas no Porto

(CONCEIÇÃO, 2015, p.28-30-32-52)

Uma vez que se trata de um projeto a custos controlados, os poderes locais de Setúbal irão desempenhar um papel fundamental na implementação e gestão dos custos, tendo um compromisso com a promoção e reintegração social. As autoridades municipais têm a responsabilidade de identificar as famílias que queiram uma habitação condigna para a sua sobrevivência e garantir o cumprimento das normas para adquirirem essa mesma habitação.

Além disso, estas entidades irão ser essenciais na atribuição de recursos financeiros e na supervisão da qualidade das construções e nos materiais construtivos, assegurando que os projetos tenham um desenvolvimento integrado sem desvios de valores.

Este conceito inovador de habitações evolutivas e flexíveis para a cidade de Setúbal, vai ao encontro do que foi realizado no Bairro da Bouça no Porto (Fig. 76). É uma referência de um projeto que inclui princípios semelhantes ao desenvolvido em Setúbal.

Projetado pelo o arquiteto Álvaro Siza Vieira, o Bairro da Bouça foi desenvolvido no contexto SAAL nos anos 70, um programa de governo que visava mitigar à crise habitacional da época. Siza Vieira abordou o projeto com a perspectiva de flexibilidade e crescimento ao longo do tempo. A conceção arquitetónica do Bairro da Bouça foi fundamentada na ideia de que a habitação deve responder às necessidades imediatas e futuras dos seus residentes. Esta abordagem permitiu que os seus residentes ocupassem unidades de tamanhos adequados às suas necessidades atuais, com a possibilidade de ampliação conforme as suas possibilidades financeiras (CAMPS, 2012).

O projeto desenvolvido para a cidade de Setúbal, de acordo com o Bairro da Bouça, inclui espaços verdes e espaços comunitários de forma a promover o convívio social para melhorar a qualidade de vida dos moradores, mas também para a criação de um tecido urbano mais resiliente.

O Bairro da Bouça é uma referência de projeto para habitações evolutivas, realçando que é possível combinar características arquitetónicas à funcionalidade. Este estudo de caso destaca a importância de um projeto urbano bem pensado e desenvolvido, em prol de comunidades mais carenciadas.



Figura |76 Habitações do Bairro da Bouça no Porto

(CAMPS, 2012, p.28-39-54-81)

Outro caso de referência para o trabalho de PFM é a Habitação Villa Verde em *Constitución* no Chile (Fig. 77). É um projeto do arquiteto Alejandro Aravena juntamente com o seu escritório Elemental. O projeto faz parte de uma iniciativa de reconstrução após o terremoto de 2010, que devastou por completo a região. Todo o processo de projeto, reflete um compromisso de soluções acessíveis e adaptáveis como referido anteriormente (MACHADO, 2016).

A construção deste projeto Villa Verde deu início entre 2010 e 2013, com a construção de meia casa. Esta construção proporciona aos residentes uma base estrutural robusta e econômica, permitindo que cada unidade seja projetada para permitir a sua expansão horizontal e vertical, facilitando o desenvolvimento da habitação conforme as necessidades das famílias (MACHADO, 2016).

O projeto demonstrou que a habitação evolutiva, pode impactar positivamente as pessoas quanto a comunidade em geral, o custo inicial reduzido das habitações facilitou o acesso a um maior número de famílias com rendimentos mais baixos. A habitação evolutiva, exemplificada pela Habitação Villa Verde, também oferece vantagens significativas em termos de integração de espaços comuns e a capacidade de criar novos ambientes urbanos, de forma a contribuir para o melhoramento das comunidades que ali vivem.

Este projeto de Villa Verde, foi fundamental como exemplo para a implementação do projeto de habitação evolutiva na cidade de Setúbal, pois demonstrou ser possível ter uma combinação de estrutura inicial robusta com a possibilidade de expansões futuras.



Figura |77 Habitações Villa Verde no Chile, 2010

Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-156685/habitacao-villa-verde-slash-elemental?ad_source=search&ad_medium=projects_tab



Figura 178 Planta da Habitação Villa Verde no Chile, 2010

São exemplos de plantas iniciais de habitação e depois às mesmas plantas com a evolução no piso térreo e no piso 1.

Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-156685/habitacao-villa-verde-slash-elemental?ad_source=search&ad_medium=projects_tab

Capítulo V – *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

“A finalidade da casa é a de proporcionar uma vida conveniente e confortável, e seria um erro valorizar demais um resultado exclusivamente decorativo.”¹²

Lina Bo Bardi

¹² Fonte: <https://www.frasesdobem.com.br/frases-de-arquitetura>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado final desta proposta, o PFM pretende resolver a problemática da habitação existente na cidade de Setúbal, projetando um bairro habitacional para a reintegração social.

O grande arranque de Setúbal iniciou-se no séc. XVI, com o início da expansão marítima das águas portuguesas. Com a instalação das Casas da Índia para armazenar às várias cargas descarregadas no porto de Setúbal, permitiu que a cidade tornasse um dos principais portos comerciais.

A cidade de Setúbal, ao longo dos séculos, expandiu-se significativamente para sul, alterando a sua linha de costa. Esta alteração contribuiu para a expansão urbana, alterando os limites da cidade, resultando no aparecimento de novos polos urbanos.

As deslocalizações industriais na cidade deixaram profundas marcas no território, sendo que a frente ribeirinha constituiu um grande vazio urbano, rompendo o tecido urbano com o resto da cidade. Nas décadas mais recentes, Setúbal tem procurado políticas de requalificação do património construído e renovar os espaços públicos degradados.

Atualmente, entre a zona antiga da cidade de Setúbal e a sua frente de rio, existe um território desconectado sem relação no seu tecido urbano. Esta área subaproveitada tem tendência a deteriorar-se na sua temporalidade, caso não haja intervenções arquitetónicas, de forma a potencializar e consolidar esta frente de rio, dando uma continuidade ao tecido urbano mais intimista da zona mais antiga.

Com a decadência deste território, a criação de um bairro com habitações unifamiliares evolutivas e flexíveis a custos controlados, permitirá revitalizar esta zona da cidade mais despida. A regeneração urbana na frente de rio, permitirá reforçar a relação de cidade com área mais antiga, no sentido de estimular novas dinâmicas e desenvolver um tecido urbano socialmente integrado.

Em suma, a proposta de um bairro habitacional para reintegração social tem como objetivo reconstruir a memória de uma cidade em que outrora a industrialização salientava como um conceito de vizinhança entre a população e contribuía para um suporte consistente à vivência de cada cidadão.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Pedro (2021). “*O que é projectar?*” (em *Arquitectura, Urbanismo e Design*). Análise fenomenológica tendo por a apropriada inserção dos Contributos da Teoria no Projeto.

AGAREZ, Ricardo (2018). *Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918 – 2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

ALLEGRA, Marco; **COLOMBO**, Alessandro (2019). *Cidades, comunidades e territórios. A governança das políticas em Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

BARBOSA, Maria (2014). *Espaço público urbano, em constante transformação*. Porto: Universidade do Porto.

BARROSO, Sérgio (2021). *Plano Estratégico de Setúbal Cidade do Conhecimento*. Lisboa: Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda

BENTO, António; **PINHO**, Inês; **COUTINHO**, Maria (2019). *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*. Lasa – Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão | Estuário.

CABECINHAS, Rosa (2007). *PRETO E BRANCO*. A naturalização da discriminação racial. 1º Edição.

CAMPS, Maria (2012). *Da obra projetada à obra vivida, sobre o conjunto habitacional da bouça*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade Arquitetura do Porto.

CARREIRA, Sandra (2022). *REALOJAMENTO IN SITU E REABILITAÇÃO URBANA Habitação Evolutiva no Bairro da Fraternidade na Cidade da Guarda*. Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura de Universidade de Lisboa.

CARVALHO, Francisco (SD). *Santa Maria dos Olivais: uma freguesia património de Lisboa*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Beira Interior.

CARVALHO, Vítor R. P. (2021). *HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS, Cornes / Vila Nova da Cerveira*. Mestrado integrado em arquitetura e urbanismo. Escola superior Gallaecia.

COELHO, António; **CABRITA**, António (2009). *Habitação evolutiva e adaptável*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Informação Técnica Arquitetura ITA9.

COELHO, Baptista; **COELHO**, Pedro (2009) Livros horizontes. *Habitação de Interesse Social em Portugal 1988 – 2005*. Lisboa.

CONCEIÇÃO, Isabel (2015). *Ilhas do Porto*. Levantamento e Caracterização. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

COSTA, Luís (2016). *Reabilitação do Pavilhão 24A do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa – Pólo Júlio de Matos*. Relatório de Estágio para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil – Área de especialização em Edificações. Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

GEHL, Jan (2010). *CIDADES PARA PESSOAS*. Editora Perspetiva.

GENÉSIO, Mariana (2018). *A relação entre o público e o privado na habitação plurifamiliar: a importância dos espaços de transição como fator de socialização*. Lisboa: Universidades Lusíadas.

GONÇALVES, Carlos (2009). *Expansão Urbana e Mercado Imobiliário*. A cidade das Caldas da Rainha como Laboratório. Dissertação à Faculdade de Letras de Lisboa, Departamento de Geografia.

GROSSO, Ana (2020). *Núcleo Museológico Urbano da Bela Vista*. Diagnóstico e Proposta para Elaboração de um Programa Museológico. Universidade Nova de Lisboa.

GUERRA, Isabel (1994). *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas*. Revista Sociedade e Território, 20.

GUERRA, Isabel (2011). *Cidades, comunidades e territórios. As políticas de habitação em Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

HILÁRIO, Sérgio G. M. (2023). *A memória do Livramento*. O hotel como experiência e valorização do património em Setúbal. Projeto Final elaborado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura – Especialização em arquitetura. Faculdade de Arquitetura de Universidade de Lisboa.

LOPES, André G. da S. B. (2013). *Flexibilidade no Espaço Habitado*. Complexo Habitacional Convento de Santo António dos Capuchos. Dissertação/Projeto para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura de Lisboa.

LOPES, Sandra C. R. S. (1997). *Os contratos sócio-demográficos da Península de Setúbal e os efeitos da nova ponte sobre o Tejo na dinâmica migratória e no perfil das populações dos concelhos de Montijo e de Alcochete*. Dissertação de Mestrado de Sociologia. Projeto Final para obtenção do Grau de Mestre em Demografia História e Social. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MACHADO, João C. F. (2016). *Revitalizar a Favela de Heliópolis*. São Paulo, Brasil. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade Arquitetura do Minho.

MALHEIRO, Joana (2018). *A cidade no estado novo: o desenho urbano na obra de João de António Aguiar*. Lisboa. Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.

MANHIQUE, Ana R. B. (2021). *Memória das Mulheres: o processo de realojamento do bairro da Quinta da Fonte, Loures*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa.

NOTO, Filipe; Silva, Helena (2019). *O quarteirão como tipo urbano*. Universidade de São Paulo: Brasil.

OA – Oficina de Arquitetura, Lda. (2007). *Relatório Diagnóstico Sintético do Bairro da Bela Vista*. Agenda 21 da Unidade Territorial Bairro da Bela Vista, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal.

OLIVEIRA, Graziela (1982). *A Importância da Habitação na Saúde e na Reprodução do Trabalhador*. Brasil: Universidade Federal da Paraíba, 1pp. ISBN: 23574-Texto do Artigo-76619-1-10-20120302.

OLIVEIRA, Maria B. M. (2017). *Espaço público em Áreas de Habitação social*. A conceção do espaço público como promotor de integração social no Bairro Serra da Luz, Odivelas. Projeto Final elaborado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura – Especialização em arquitetura. Faculdade de Arquitetura de Universidade de Lisboa.

PEREIRA, Marta S. (2024). *Entre Fragmentos*. Residência de estudantes enquanto elemento de integração, no baluarte, da frente ribeirinha de Setúbal. Projeto Final elaborado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura – Especialização em arquitetura. Faculdade de Arquitetura de Universidade de Lisboa.

PIMPÃO, Vera (2020). *(RE) HABITAR A MARGEM, Projeto flexível e evolutivo de realojamento do bairro segundo Torrão, Almada*. Projeto Final elaborado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura – Especialização em arquitetura. Faculdade de Arquitetura de Universidade de Lisboa.

PIRES, Rui Pena (2012). *O Problema da Integração*. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIV, 2012. Instituto Universitário de Lisboa.

QUINTAS, Maria (2003). *Porto de Setúbal*. Um actor de desenvolvimento: História de um passado com futuro. Setúbal: APSS

ROSSI, Aldo (2016). *A Arquitetura da Cidade*. Edição comemorativa dos 50 anos da primeira publicação, Edição 70.

SANTOS, Filipa (2015). *Entre habitação e cidade*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento – parte 1.

SEABRA, Filipa (2016). *Equidade e inclusão: sentidos e aproximações*. Minho: Universidade do Minho.

SETÚBAL, C. M. (2020). *Plano Diretor Municipal de Setúbal*. Estudos de Caracterização do Território Municipal. Relatório Síntese.

TOMÉ, Manuela (2016). *Topologia e Tipologia Arquitetónica séculos XIV – XIX, Memória e futuro da imagem urbana*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. Setúbal

VARELA, Teresa; **PALARÉ**, Odete (2022). *Que trajetória nas práticas criativas para uma cultura de cidadania?* Educação: Saberes em Movimento, Saberes que Movimentam Vol II. Capítulo 9.

VIEIRA, Hugo D. O. (2011). *Habitação a Custos Controlados*. Promoção Municipal _ 2 casos de estudo na cidade do Porto. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade Arquitetura do Porto.

WEBGRAFIA

40 frases de arquitetura que vão te deixar encantado pela arte (2014). *Frases de arquitetura para conhecer mais sobre a profissão*. <https://www.frasesdobem.com.br/frases-de-arquitetura> (acedido 17/02/2023 às 1h05).

Conceitos do Mundo. *Necessidades humanas*. <https://conceitosdomundo.pt/necessidades-humanas/> (acedido a 18/02/2023 às 19h52).

Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/dre/pesquisa> (acedido a 13/02/2023 às 23h35).

Google Earth. <https://earth.google.com/web/search/Set%3%babal/@38.5215536,-8.89574224,4.44743279a,584.63811691d,35y,0.12420166h,0t,0r/data=CigiJgokCdviRiFYkNAESqobD1NYkNAGfSL5SaCNSLAIa4KHy5UNyLA> (acedido 29/01/2022 às 13h44).

Google Earth. <https://earth.google.com/web/search/Set%3%babal/@38.5215536,-8.89574224,4.44743279a,584.63811691d,35y,0.12420166h,0t,0r/data=CigiJgokCdviRiFYkNAESqobD1NYkNAGfSL5SaCNSLAIa4KHy5UNyLA> (acedido 29/01/2022 às 13h44).

Habita! Associação pelo direito à habitação e à cidade. *Direito a Habitação: o que o 25 de Abril deixou por fazer*. <https://habita.info/direito-a-habitacao-o-que-o-25-de-abril-deixou-por-fazer/> (acedido a 14/02/2023 às 22h30).

Habita! Associação pelo direito à habitação e à cidade. *Direito a Habitação: o que o 25 de Abril deixou por fazer*. <https://habita.info/direito-a-habitacao-o-que-o-25-de-abril-deixou-por-fazer/> (acedido a 14/02/2023 às 22h30).

IDEALISTA, (2018). *Sabes o que é que os senhorios são capazes de fazer para expulsar inquilinos?* <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2018/08/16/37098-sabes-o-que-e-que-os-senhorios-sao-capazes-de-fazer-para-expulsar-inquilinos> (acedido a 16/03/2024 às 14h11)

Instituto Brasileiro de Coaching. *Quais são as necessidades básicas do ser humano?* Quais são as necessidades básicas do ser humano? - Portal (ibccoaching.com.br)

Instituto Nacional de Estatísticas (2021). https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS /https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_populacao&xpid=CENSOS21 (acedido 16/02/2023 às 16h00).

Laboratório Nacional de Engenharia Civil – Núcleo de Engenharia Sísmica e Dinâmica de Estruturas (2005). *Evolução das tipologias construtivas em Portugal*. http://wwext.inec.pt/LNEC/DE/NESDE/divulgacao/Edif_post_1960.html (acedido a 14/02/2023 às 1h09).

Loja do Condomínio. *Viver num condomínio tem regras*. <https://www ldc.pt/pt/noticias/viver-num-condominio-tem-regras/> (acedido 23/01/2022 às 18:14).

Ministério da Infraestruturas. *A hierarquia de necessidades de Maslow – O que é e como funciona*. <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/a-hierarquia-de-necessidades-de-maslow> (acedido a 18/02/2023 às 19h58).

Mundo Educação (2016). *Racismo*. <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/racismo.htm> (acedido 23/01/2022 às 13h13).

OpenEdition Journals. *CIDADES Comunidades e Territórios*. <https://journals.openedition.org/cidades/5728> (acedido a 14/02/2023 às 22h11).

Passeio Direto (2013). *A maior rede de estudos do Brasil*. <https://www.passeidireto.com/arquivo/95922157/06-funcionalidade> (acedido 17/12/2021 às 22h00).

Pensador (2005-2024). <https://www.pensador.com/frase/MjQ1OTc3Mw/> (acedido 08/06/2024).

PIMENTEL, Alberto (1877). *Memoria sobre a História de Administração do Município de Setúbal*. Da Academia Real das Ciências de Lisboa e do Instituto de Coimbra. <https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=XkJBAAAYAAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=hist%C3%B3ria+dos+Cet%C3%B3briga&ots=o4gjNybYkS&sig=u845KREilzQ8ykjtoB1RIOWKEkM#v=onepage&q=hist%C3%B3ria%20dos%20Cet%C3%B3briga&f=false> (acedido a 29/03/2024 às 15:00)

Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCT). Decreto-Lei 80/2006 de 4 de abril. <https://dre.tretas.org/dre/196705/decreto-lei-802006-de-4-de-abril> (acedido a 14/02/2023 às 1h39).

ResearchGate (2019). *FLEXIBILIDADE NA HABITAÇÃO SOCIAL: A PRÁTICA E A TEORIA EM BUSCA DA QUALIDADE ESPACIAL*. https://www.researchgate.net/publication/336812883_flexibilidade_na_habitacao_social_a_pratica_e_a_teorias_em_busca_da_qualidade_espacial (acedido a 20/02/2023 às 13h17).

Sage. *O que é o Teletrabalho*. <https://www.sage.com/pt-pt/blog/dicion%C3%A1rio-termos-empresariais/o-que-e-o-teletrabalho/> (acedido a 20/02/2023 às 12h40)

SARMENTO, João (2020). *PAZ, PÃO, ARTE URBANA, SAÚDE E EDUCAÇÃO*. Quinta do Mocho 2019. <https://www.passeio.pt/galeria/paz-pao-arte-urbana-saude-e-educacao/> (acedido a 09/03/2024 às 16:00)

SEIS questionar certezas, potencias novos possíveis (2013). *Projeto SIGA*. <http://www.cooperativaseies.org/index.php/projectamos-o-que/projetos-em-curso/109-projeto-siga> (acedido 17/02/2023 às 00h32).

SIC Notícias (2023). *Portugal é dos países da Europa com menor taxa de discriminação*. <https://sicnoticias.pt/pais/2023-10-30-Portugal-e-dos-paises-da-Europa-com-menor-taxa-de-discriminacao-1f1f3e0a> (acedido a 13/02/2024 às 12:40).

Slideshare a Scribd company (2015). *Arquitetura da cidade*. <https://pt.slideshare.net/AnaDomingues1/arquitetura-da-cidade> (acedido 18/02/2023 às 12h16).

Universia (2020). *O que é Integração Social*. <https://www.universia.net/pt/actualidad/orientacion-academica/o-que-e-integracao-social-1165568.html> (acedido a 21/02/2024 às 21h52).

Wikipedia the Free Encyclopedia. *HML*. <https://en.wikipedia.org/wiki/HLM> (acedido 23/01/2022 às 04:26).

ANEXOS

Anexos I – Análises.

Anexos II – Processos do desenvolvimento da proposta habitacional, urbana, redes viárias e dos espaços verdes.

Anexos III – Desenvolvimento Digital.

Anexos IV – Perguntas e Respostas.

Anexos V – Painéis da PFM.

Anexos VI – Maquetes da PFM.

Anexos I – Análises.

Frente Ribeirinha de Setúbal

Análise Redes



Frente Ribeirinha de Setúbal

Análise Sobreposição



Frente Ribeirinha de Setúbal

Análise Função-tipo



Frente Ribeirinha de Setúbal

Análise Roturas e Quebras



Frente Ribeirinha de Setúbal

Análise Espaços Verdes



Ponto de vista 1



Ponto de Vista 2



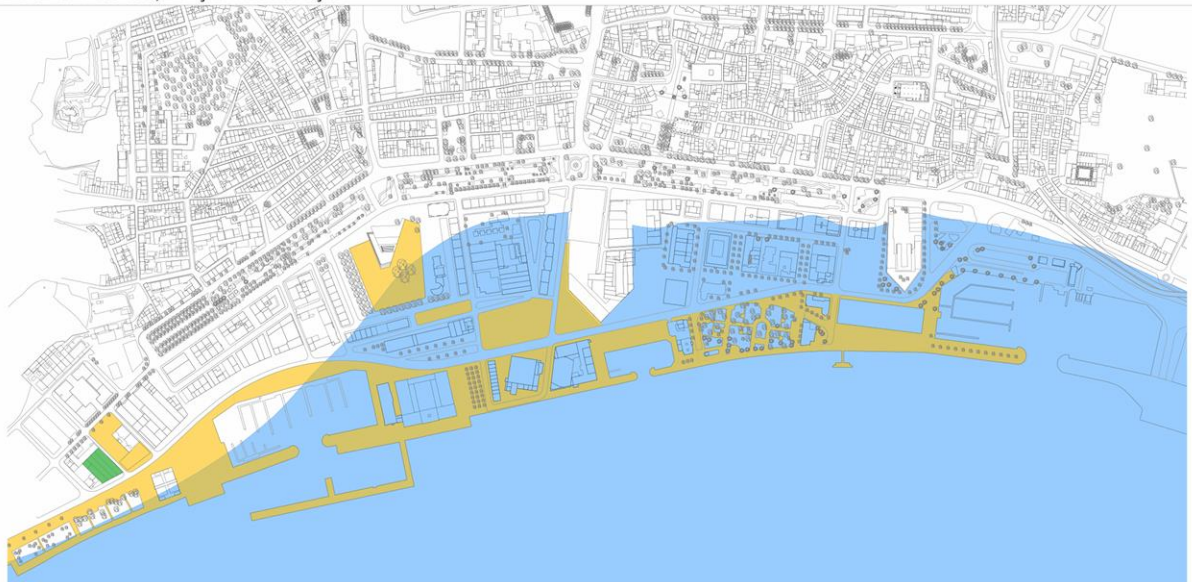
Ponto de Vista 3



Ponto de Vista 4

Frente Ribeirinha de Setúbal

Análise Incisões, Adição e Subtração



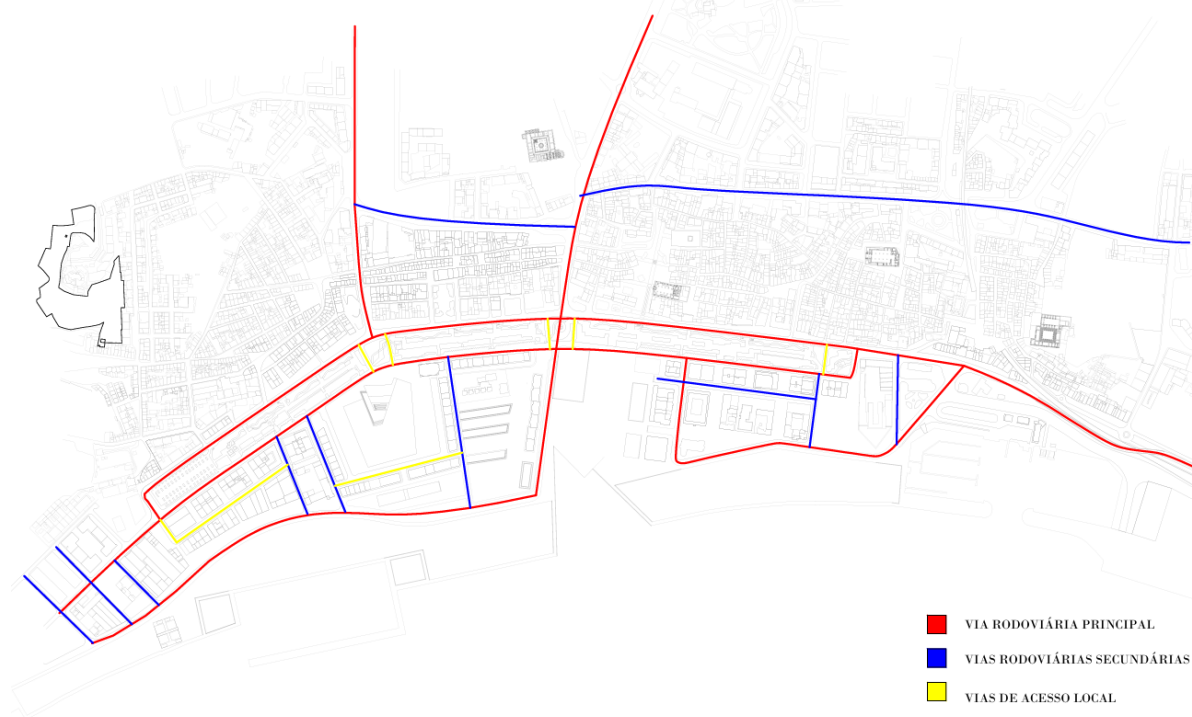
Planta 1/5000

Adição/Subtração

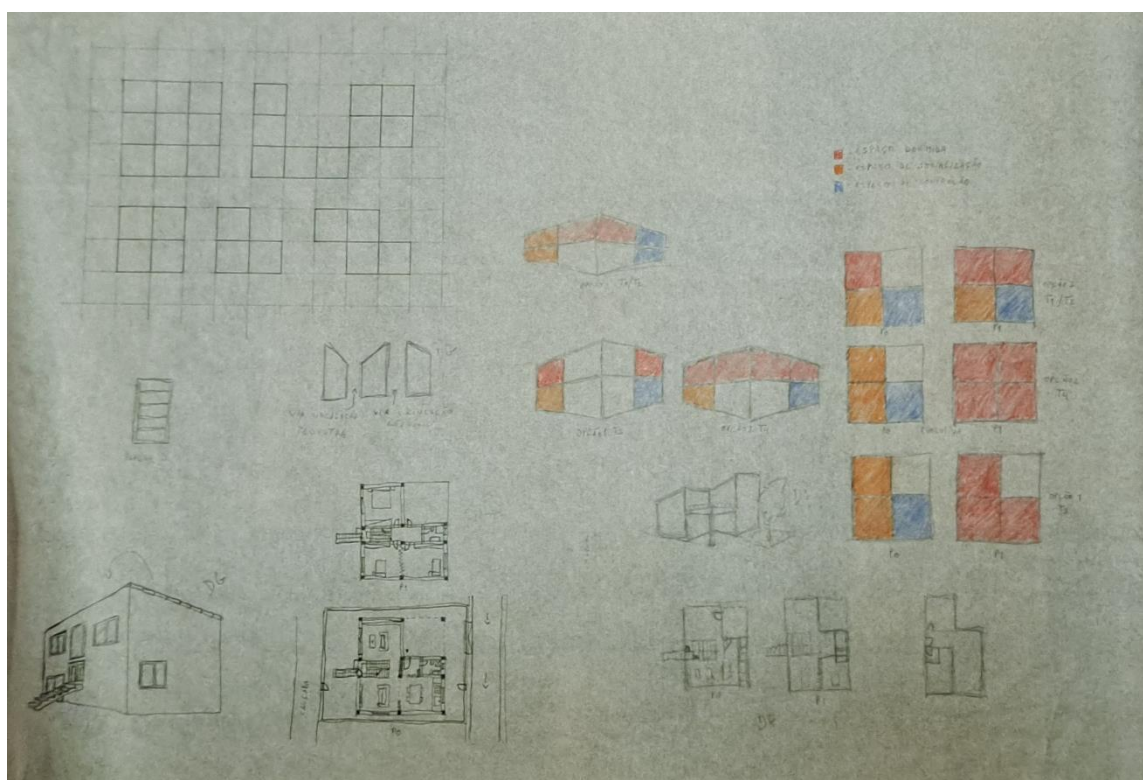
Incisões

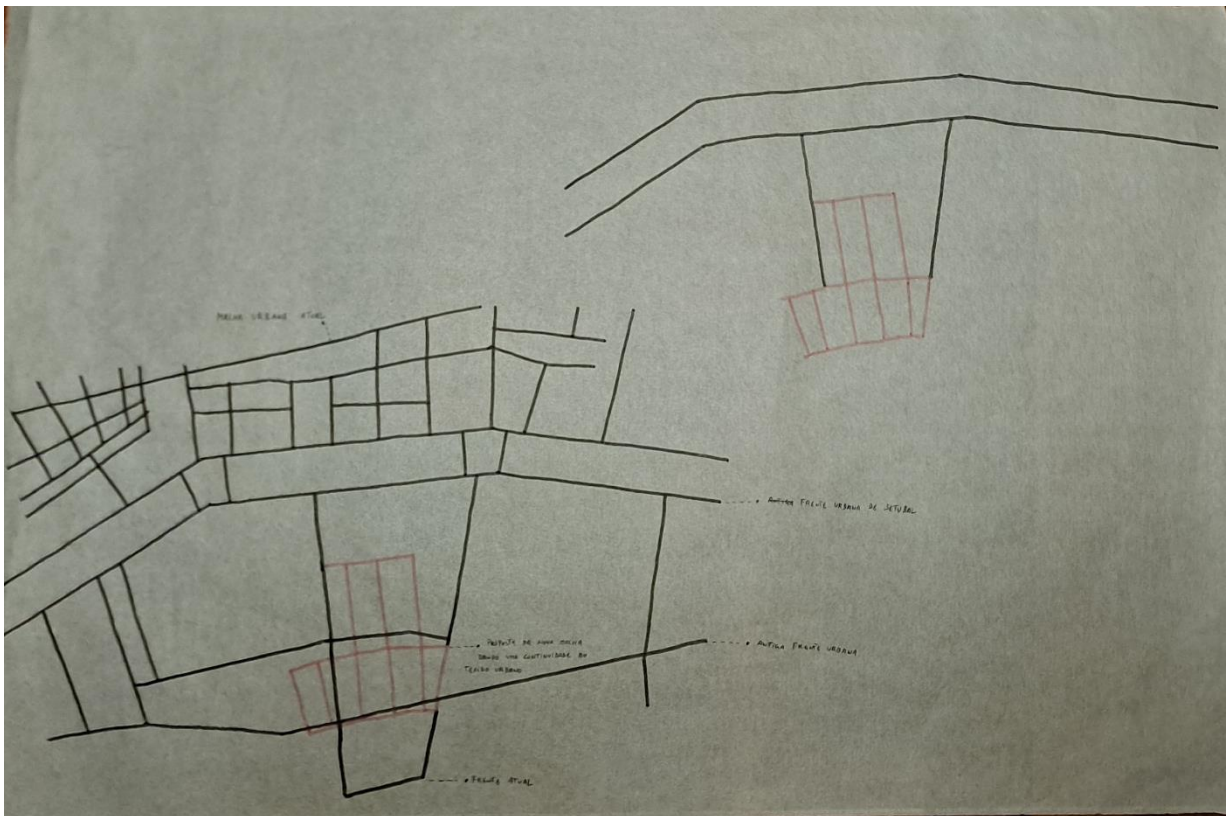
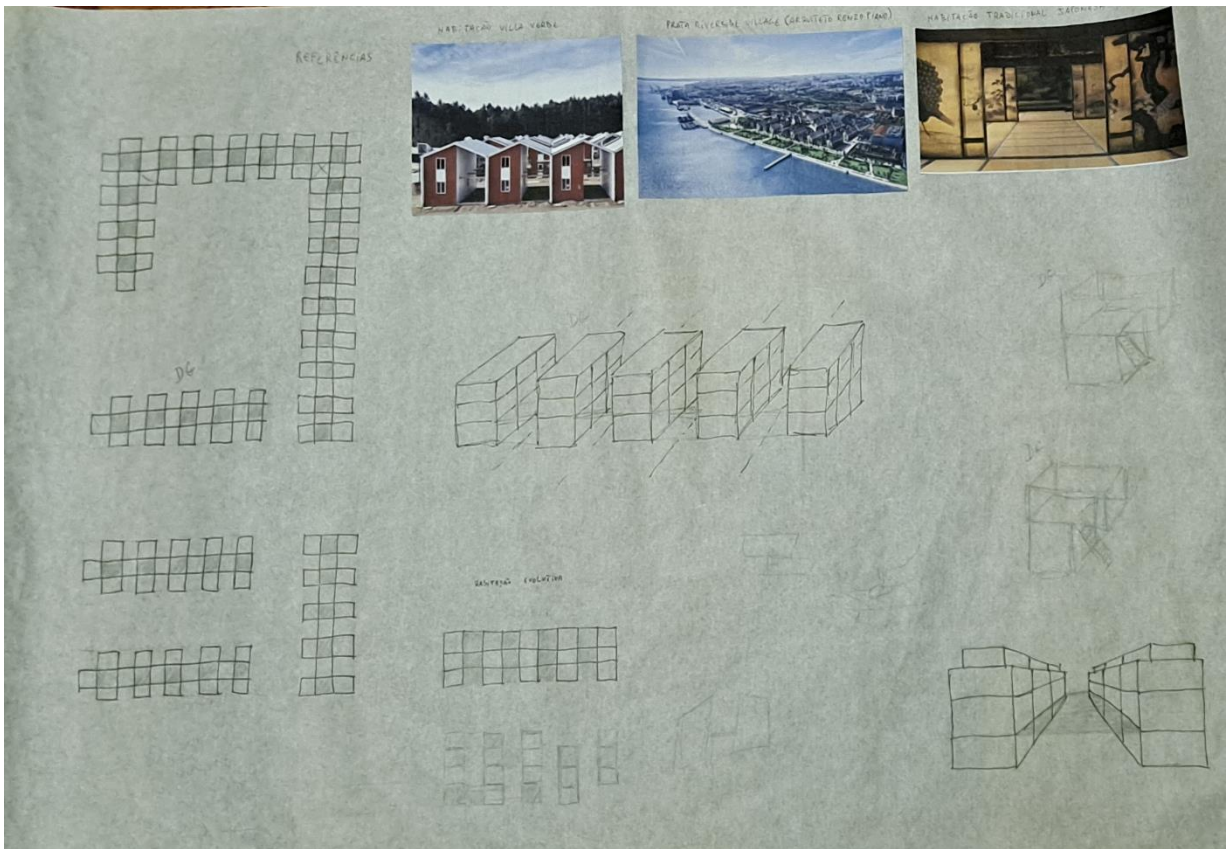
Área de Intervenção

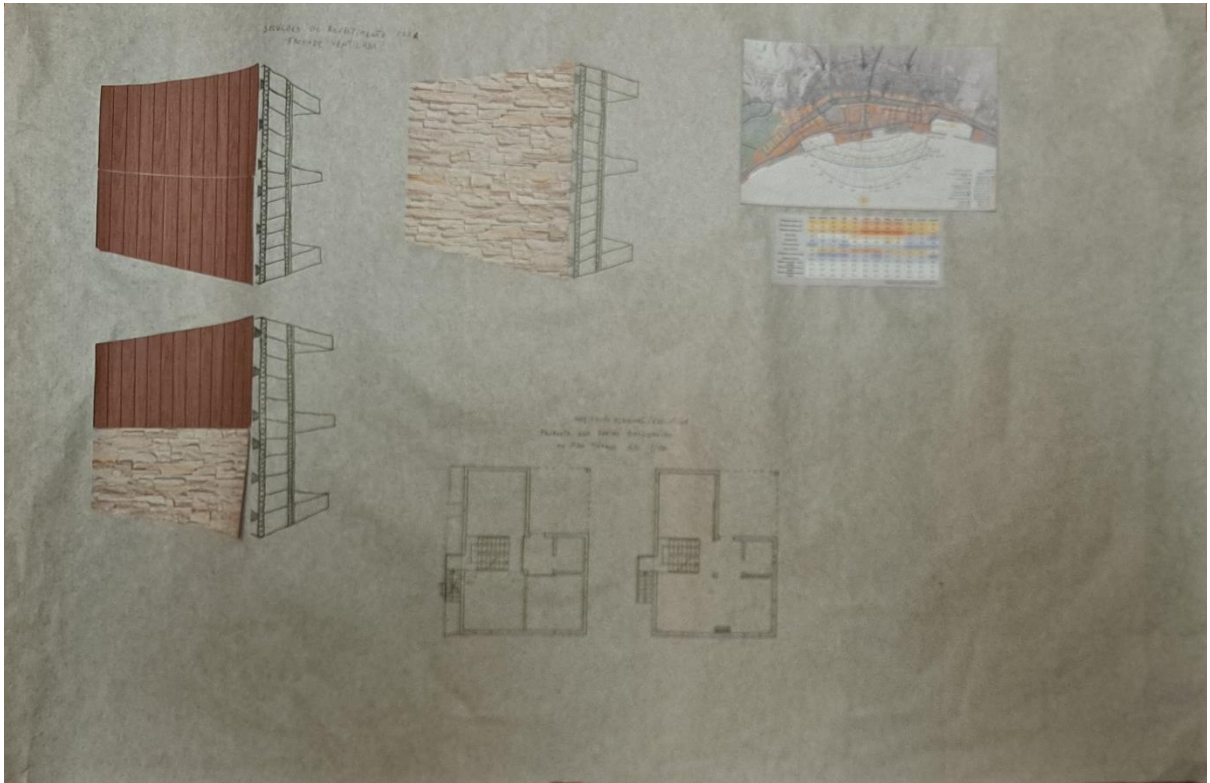
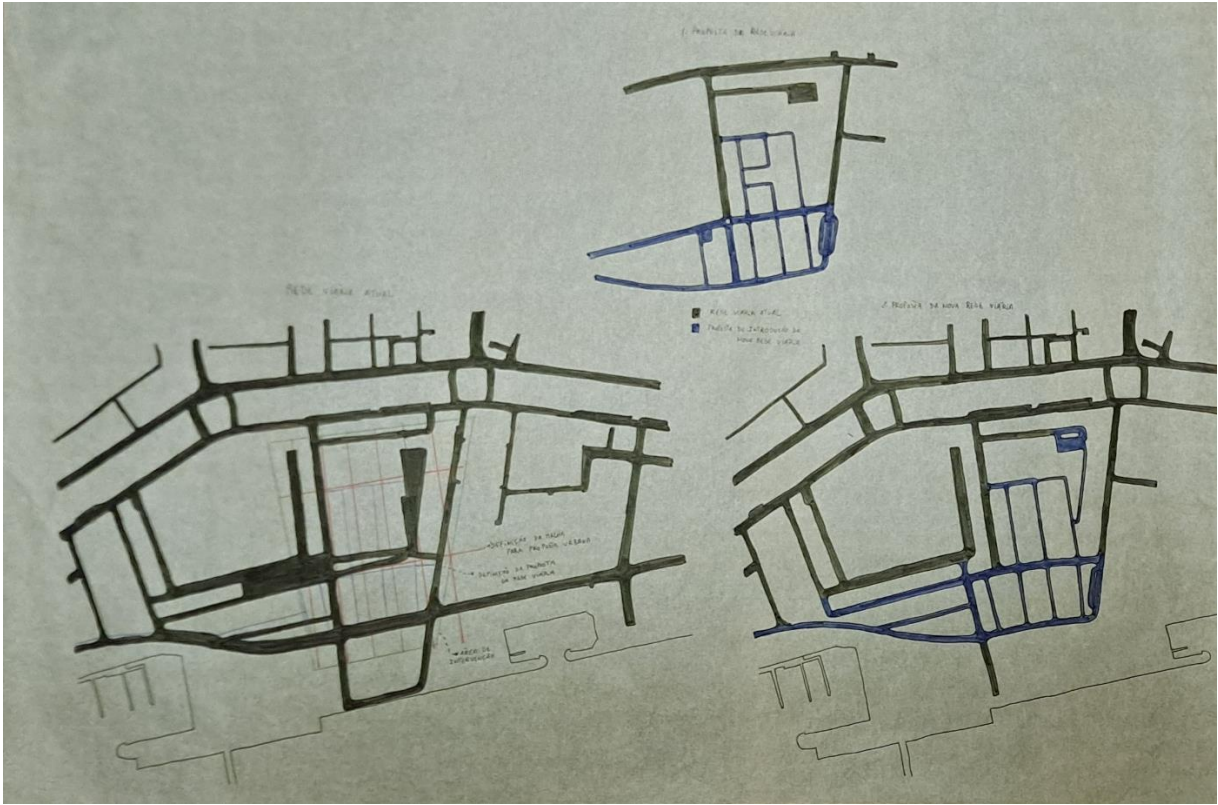
HIERARQUIZAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DAS VIAS

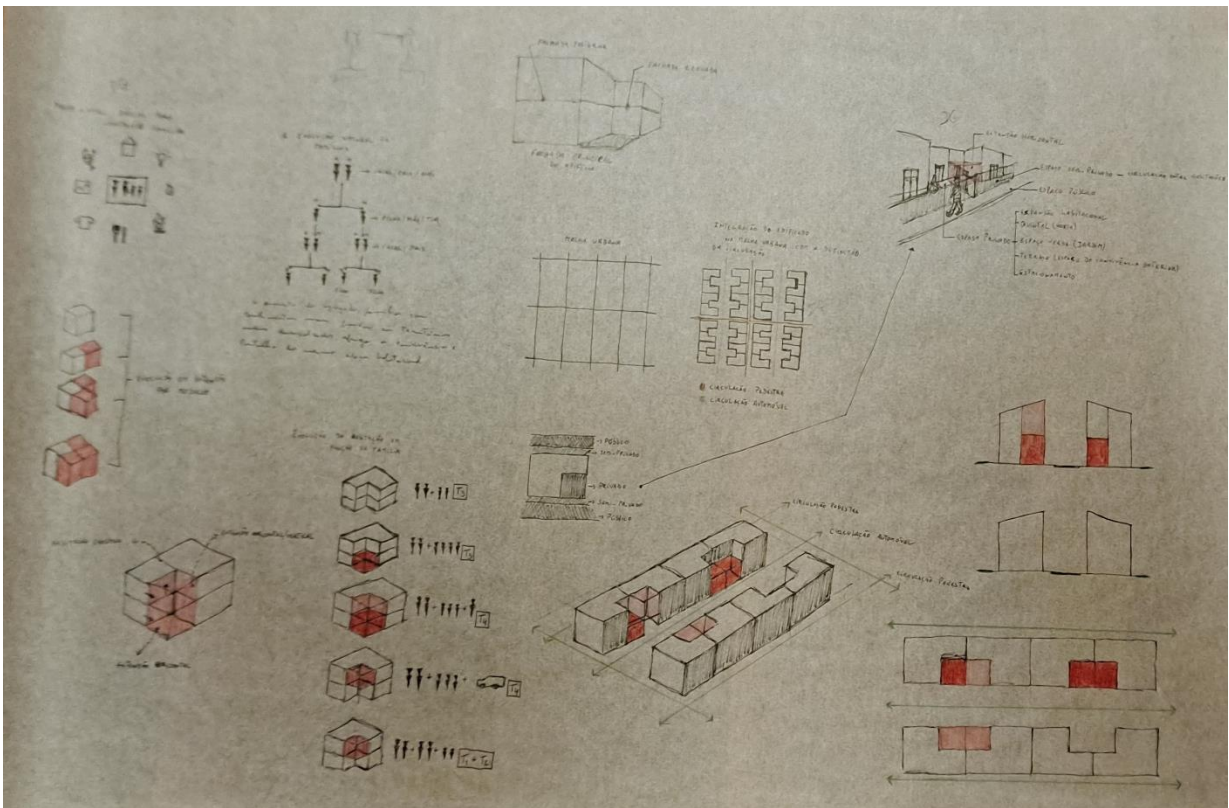
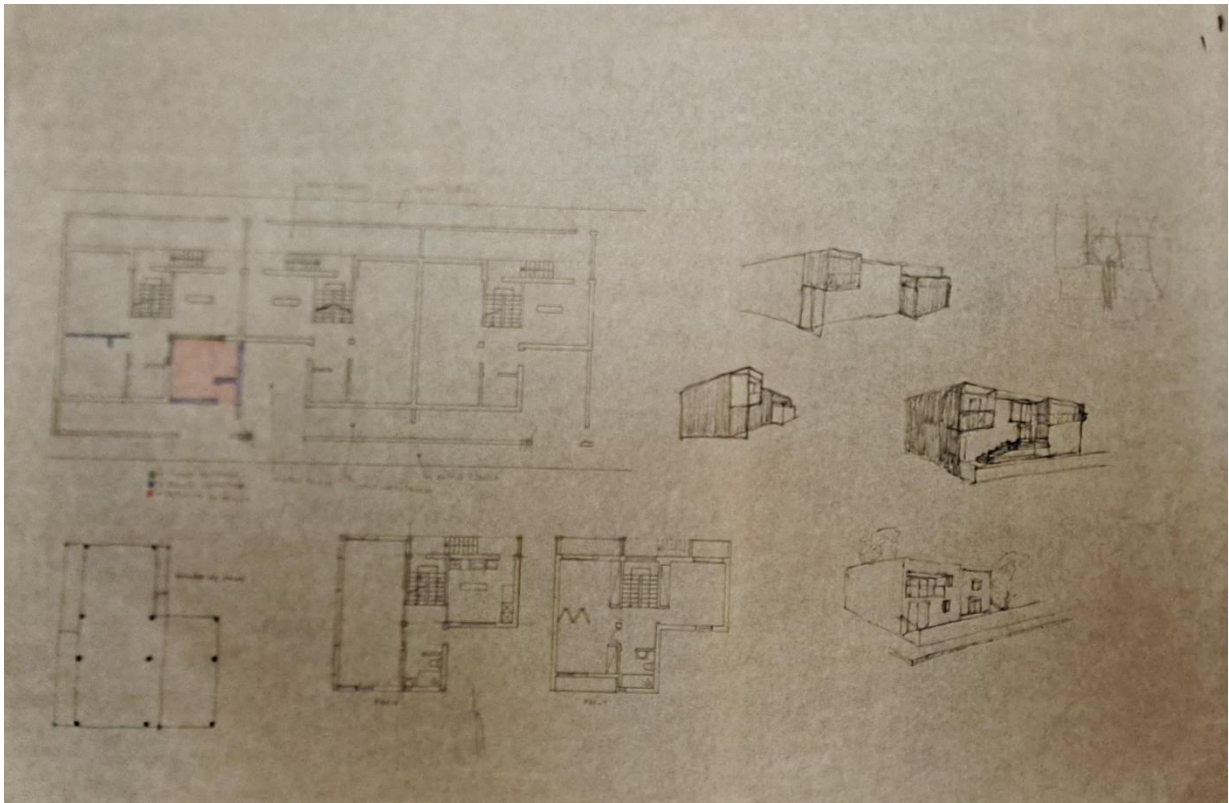


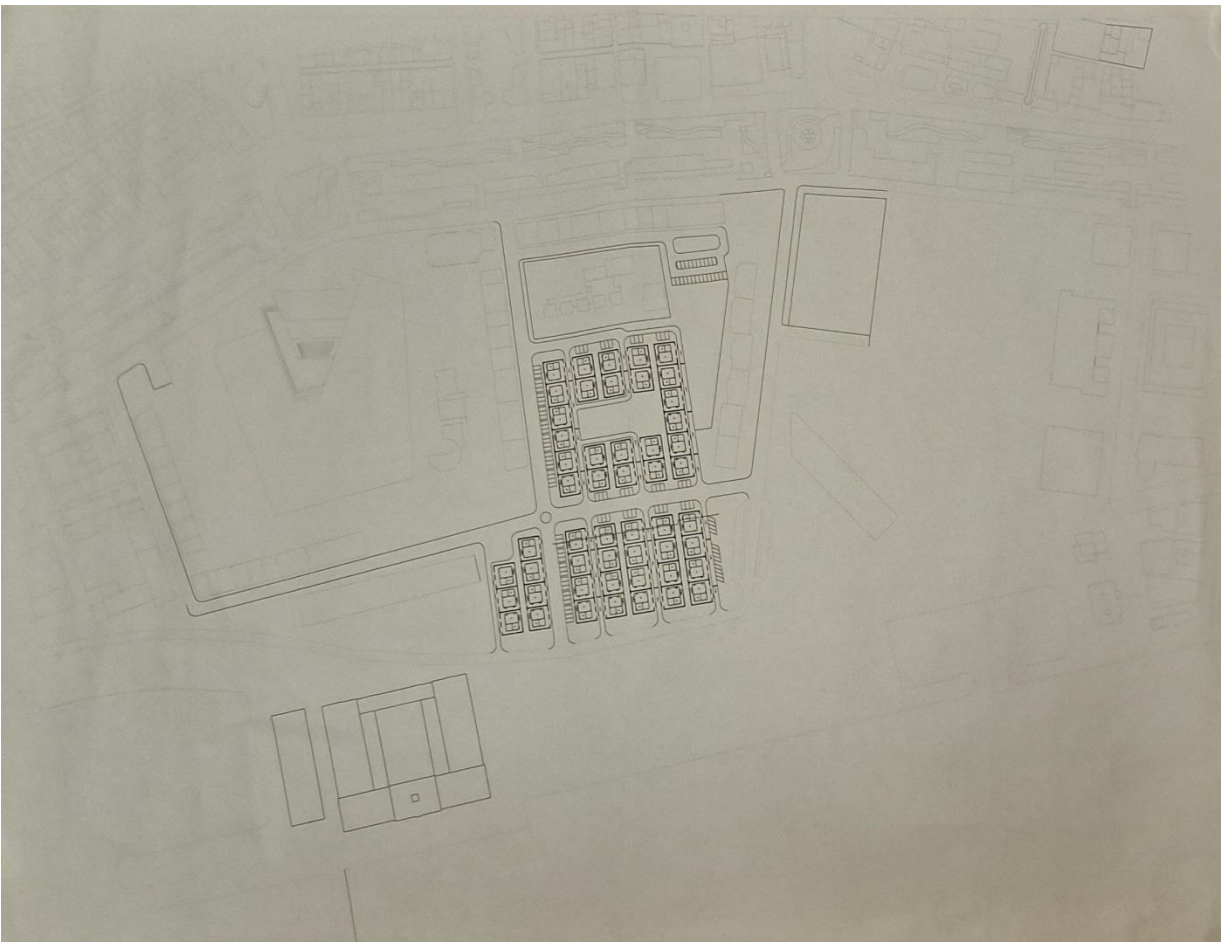
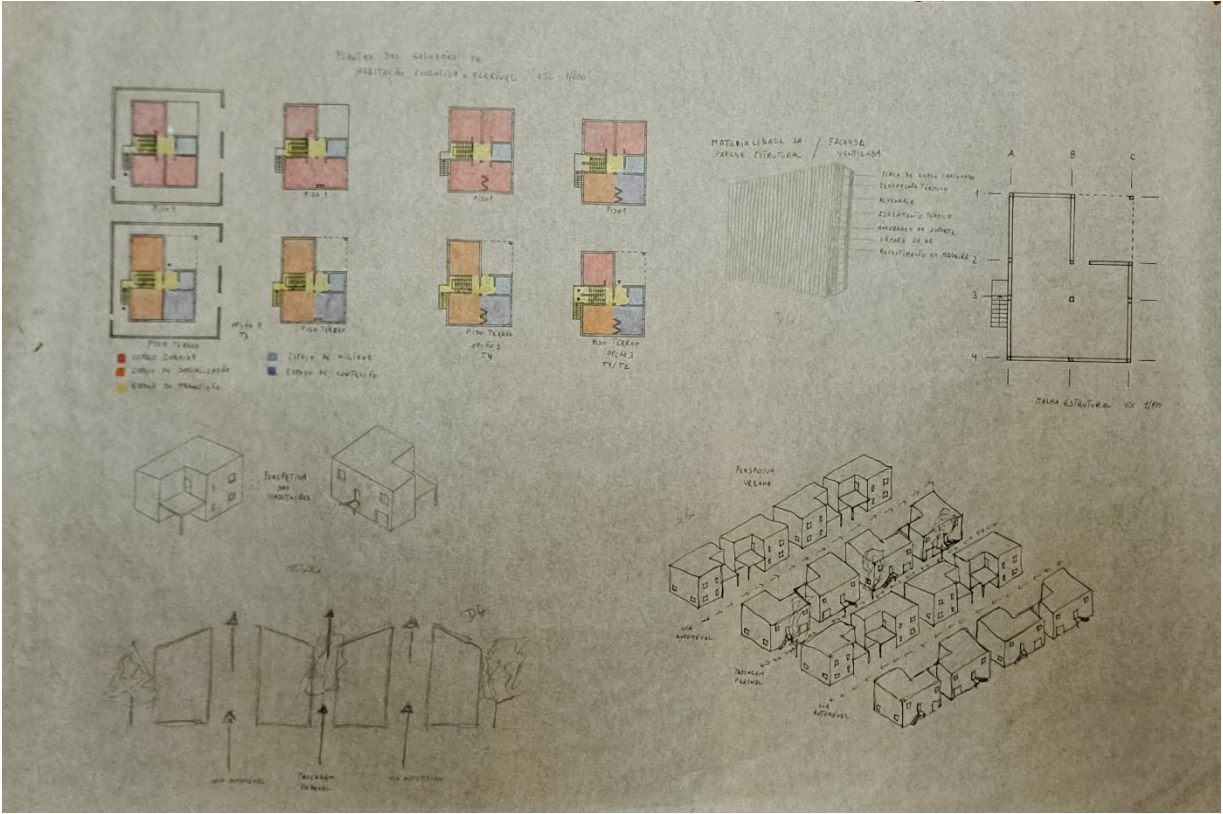
Anexos II – Processos do desenvolvimento da proposta habitacional, urbana, redes viárias e dos espaços verdes.

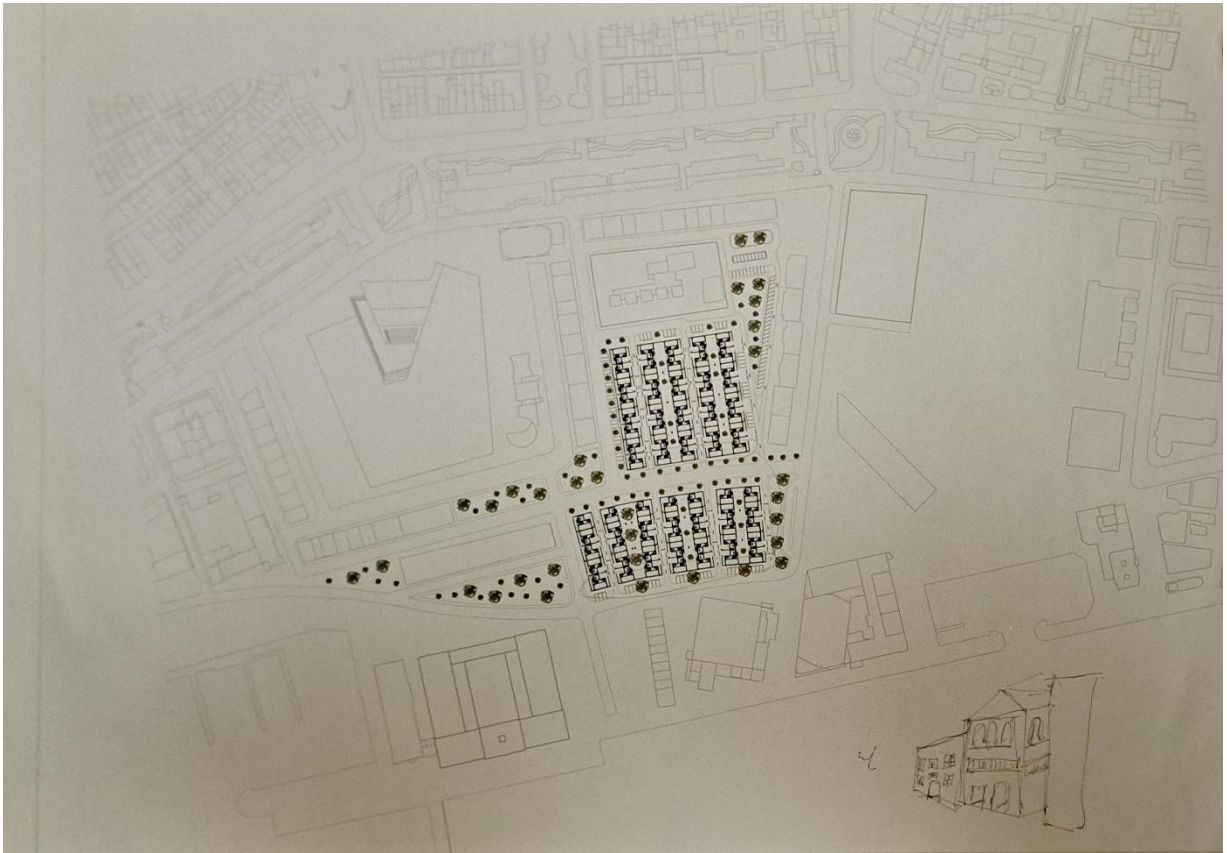
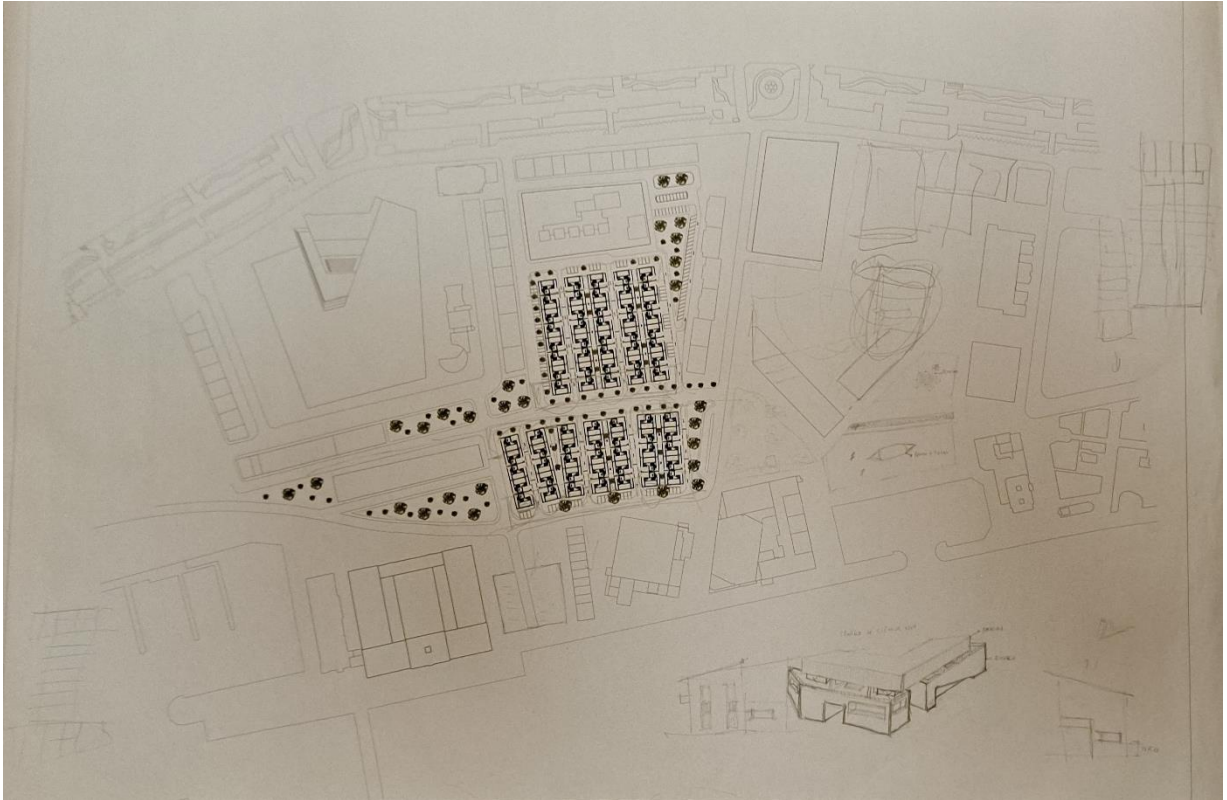




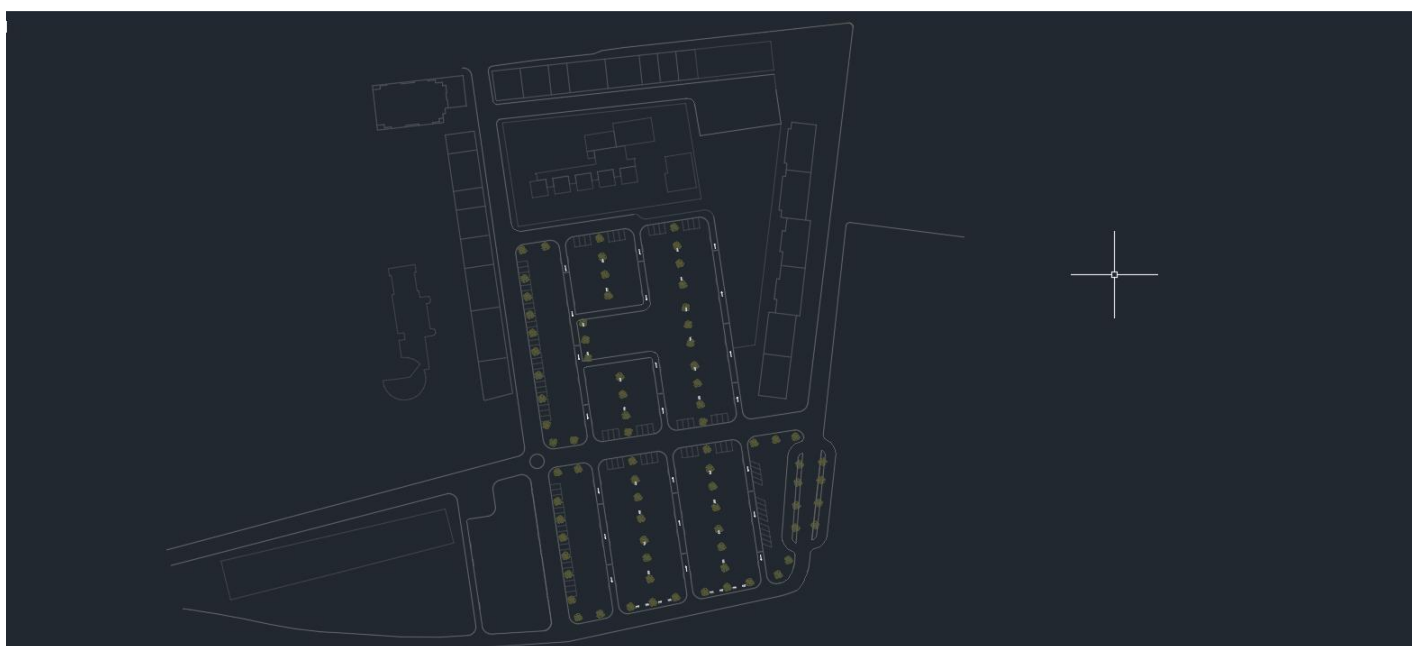
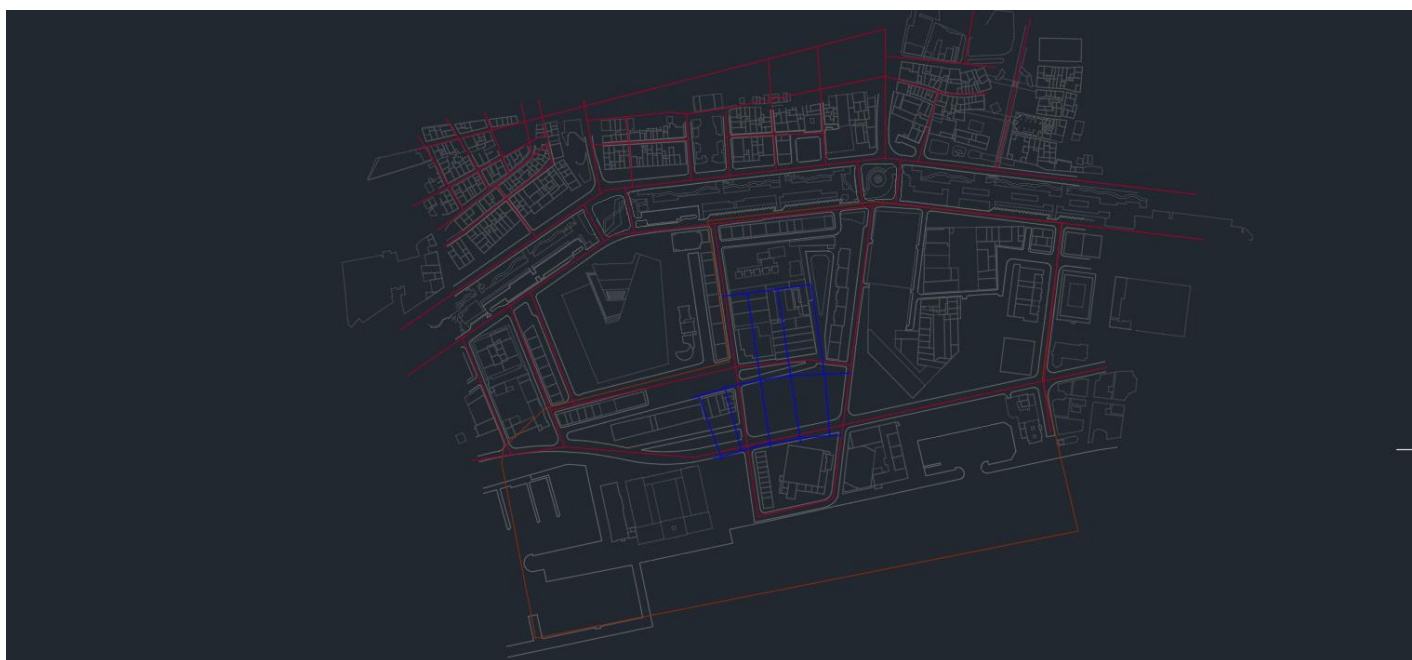


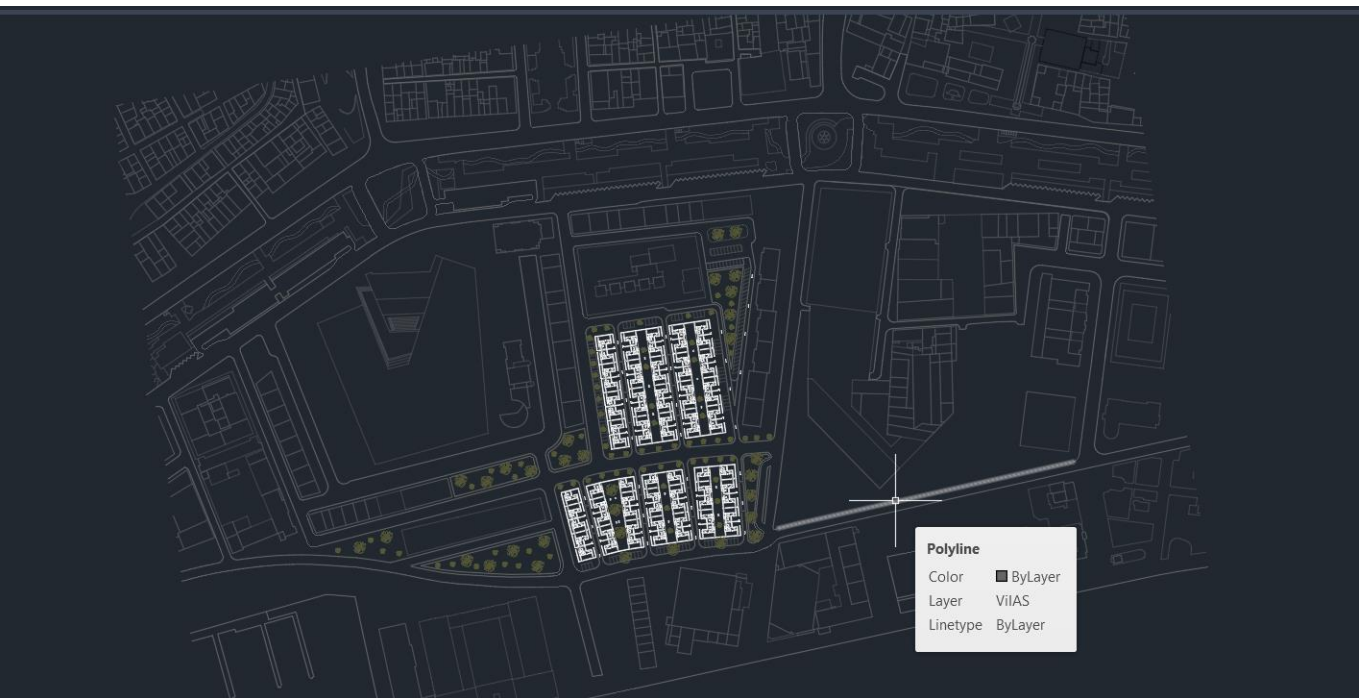
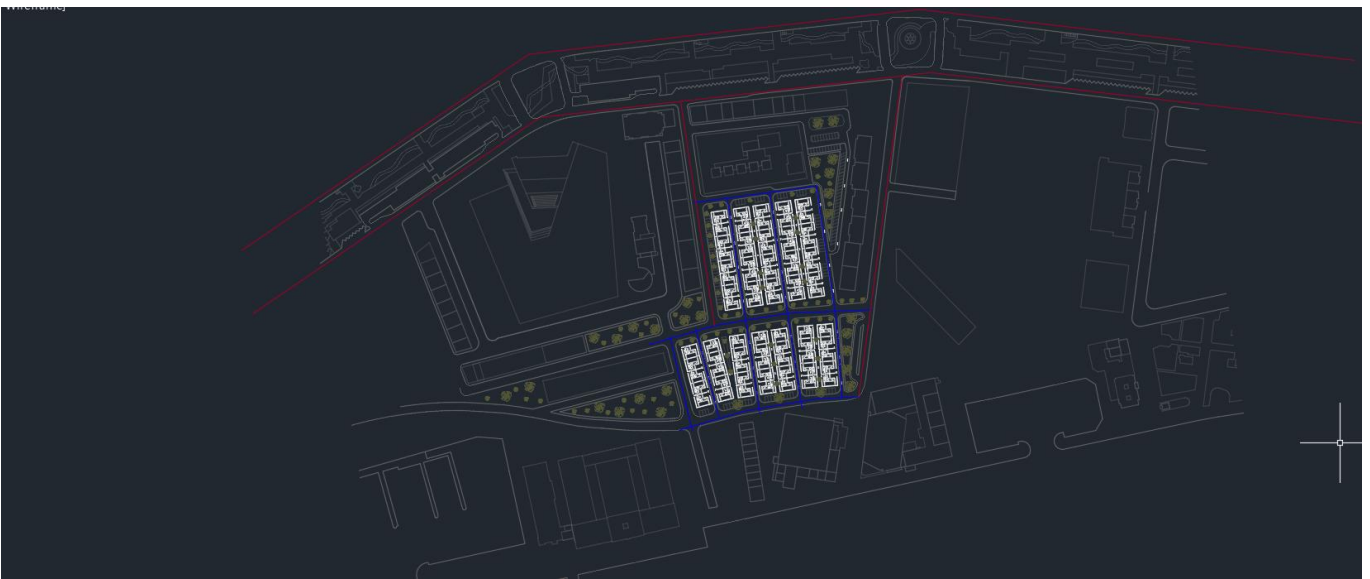
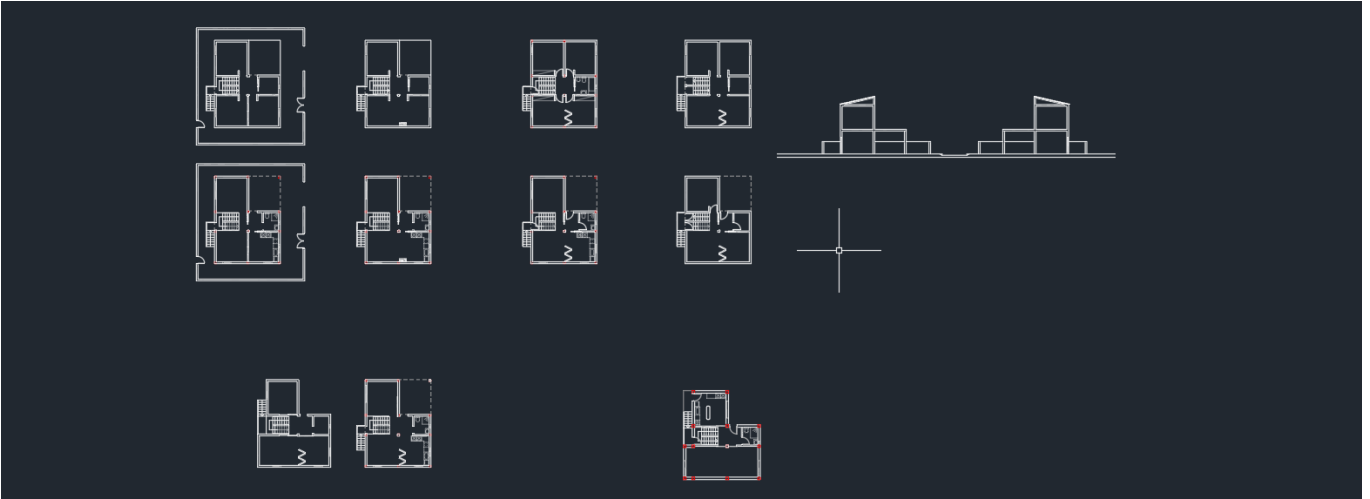






Anexos III – Desenvolvimento Digital.





Anexos IV – Perguntas e Respostas.

1. Qual a importância da tua pessoa na reintegração social até ao momento destes jovens?
2. Quais foram os maiores desafios que enfrentaste durante todo este período com estes jovens?
3. Que tipos de programas ou serviços achas que seriam benéficos para os jovens?
4. Como te sentes em relação ao teu ambiente social atual e às oportunidades disponíveis para os agentes que promovem estas ações?
5. Achas que às tuas perspetivas são levadas em consideração pelos serviços e organizações sociais?

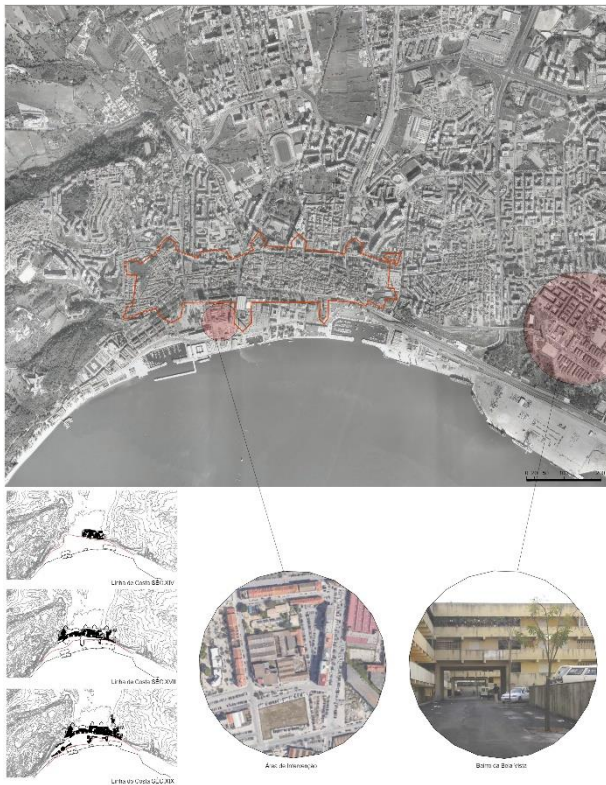
VALDEMAR CORREIA

1. A minha importância é tentar fazer com que os jovens se sintam úteis, e acreditem nas suas capacidades, sejam elas quais forem. Por ex. Um menino mais forte, (fisicamente) não consegue fazer alongamentos dinâmicos ou estáticos como um menino magro, mas o mais forte, têm mais força a rematar uma bola que o outro isto virado para os desportos com bola ou mais físicos. Então aqui a que fazer com que ambos se sintam confortáveis e úteis no desporto. Para além de sentirem competentes com o seu corpo, procuro também que tenham oportunidades, sejam elas participação em atividades culturais, recreativas, desportivas, procurando que desenvolvam as suas capacidades interpessoais. Procuro também estar disponível, acompanhar os seus percursos, servir de referência, ser ombro amigo, mas também rígido para evitar percursos desviantes.
2. Os maiores desafios, são às drogas, as faltas e abandono escolar e a falta de equipamentos sociais e projetos sobretudo para jovens a partir dos 16 anos.
3. São necessários espaços polivalentes, que possibilitem ao mesmo tempo apoio ao estudo/escolar, mas também ser um espaço informal que permita fazer atividades que gostem. Assim, evita-se que passem longos períodos na rua, sem ocupação e beneficiam de acompanhamento.
4. Em relação a mim e aos jovens que acompanho, até temos um bom ambiente social, mas falta um espaço para a Juventude. Devíamos ter mais espaços físicos para podermos partilhar, mais desporto ao ar livre, mais informação política, mais cultura e música. Cabe às associações, juntas de freguesia e Câmaras municipais e ao próprio promoverem mais ações e respostas para todos os jovens, sobretudo os que vivem em contextos socioeconómicos mais desafiantes.
5. Sim são levadas a sério, mas infelizmente as coisas levam algum tempo devido a elevada burocracia e aos orçamentos.

BERNARDO RAMOS

1. Trabalho como voluntário neste projeto há mais de 15 anos. Desempenho as funções de treinador, fazendo ainda parte da direção. O principal objetivo da Escola de rugby da Galiza, é possibilitar que crianças e jovens de meios socio económicos fragilizados, possam ter mais oportunidades para um crescimento equilibrado e justo na nossa sociedade. É sobretudo através de uma grande amizade que diariamente estabelecemos ligações com os jovens e suas famílias, para em conjunto irmos de encontro às necessidades de cada um.
2. Dificuldade no acesso ao ensino superior, remuneração pouco justa nos locais de trabalho, famílias ausentes e desestruturadas têm sido dos maiores desafios encontrados no trabalho com estes jovens.
3. Regularmente acontece que estes jovens não terminam os seus estudos, visto que precisam de entrar no mercado de trabalho para assim ajudar as suas famílias que enfrentam dificuldades financeiras. Os apoios deveriam centrar se precisamente nestes incentivos à continuação da vida académica.
4. Vivo numa realidade bastante diferente daquela que os jovens enfrentam diariamente. Existirá sempre um grande fosso no que diz respeito a oportunidades justas para todos os que fazem parte da sociedade, cabe-nos a todos tornar visíveis os apelos, muitas vezes silenciosos, daqueles que estão mais expostos às condições vulneráveis da vida.
5. Sim, por pertencer a um projeto que é reconhecido a nível institucional, sinto que todo o trabalho desenvolvido é levado com muito respeito e admiração.

Anexos V – Painéis da PFM.



P 01 PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL

Enquadramento Geral

Francoise Pires Garcia | 2015/1471 | Universidade de Lisboa | Faculdade de Arquitetura | Projeto Final de Vestibular

Orientação Científica:
Professora Doutora Paula Duarte Pereira da Silva
Professora Doutora Ana Luísa Moreira Gomes

S/ ESC.



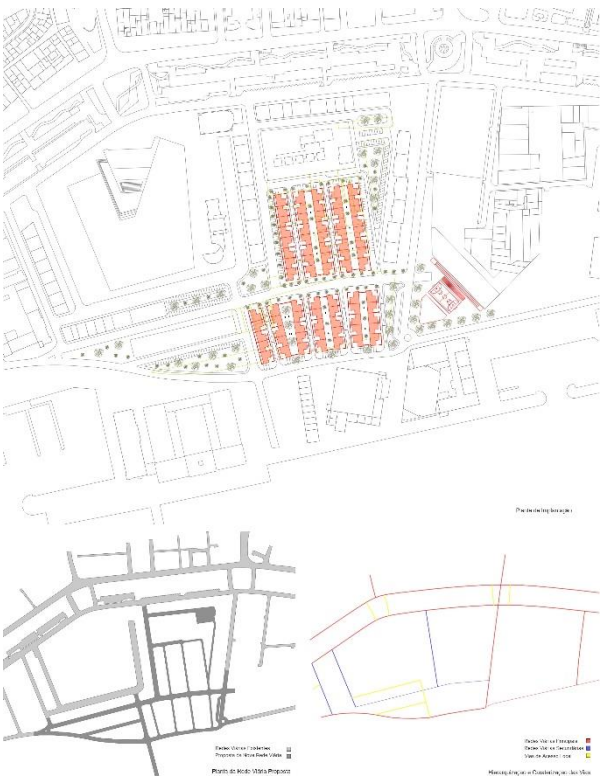
P 02 PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL

Enquadramento Local

Francoise Pires Garcia | 2015/1471 | Universidade de Lisboa | Faculdade de Arquitetura | Projeto Final de Vestibular

Orientação Científica:
Professora Doutora Paula Duarte Pereira da Silva
Professora Doutora Ana Luísa Moreira Gomes

S/ ESC.



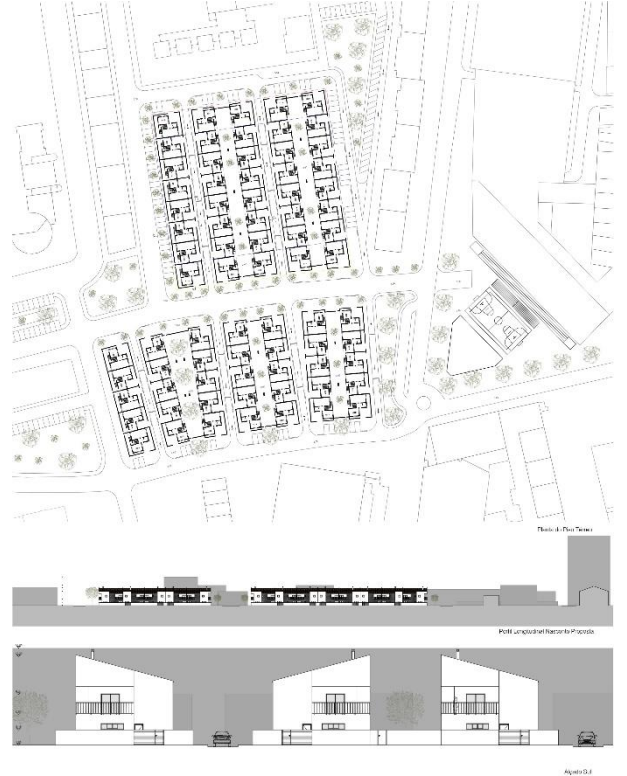
P 03 PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL

Proposta Geral

Francoise Pires Garcia | 2015/1471 | Universidade de Lisboa | Faculdade de Arquitetura | Projeto Final de Vestibular

Orientação Científica:
Professora Doutora Paula Duarte Pereira da Silva
Professora Doutora Ana Luísa Moreira Gomes

ESC. 1/1000
S/ ESC.



P 04 PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL

Proposta Urbana

Francoise Pires Garcia | 2015/1471 | Universidade de Lisboa | Faculdade de Arquitetura | Projeto Final de Vestibular

Orientação Científica:
Professora Doutora Paula Duarte Pereira da Silva
Professora Doutora Ana Luísa Moreira Gomes

ESC. 1/500
ESC. 1/100



P 05] PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL

Proposta
 Francisco Pinho Cortes | 2019/17 | Universidade do Litoral | Faculdade de Arquitectura | Projeto Final do Mestrado

Orientador Científico:
 Professor Doutor Paulo Duarte Pereira Rodrigues
 Professor Doutor João Luís Marques Gouveia

ESC. 1/500
 ESC. 1/100



P 06] PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL

Plantas das Tipologias
 Francisco Pinho Cortes | 2019/17 | Universidade do Litoral | Faculdade de Arquitectura | Projeto Final do Mestrado

Orientador Científico:
 Professor Doutor Paulo Duarte Pereira Rodrigues
 Professor Doutor João Luís Marques Gouveia

ESC. 1/100



P 07] PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL

Representação de Plantas das Tipologias com Evoluções
 Francisco Pinho Cortes | 2019/17 | Universidade do Litoral | Faculdade de Arquitectura | Projeto Final do Mestrado

Orientador Científico:
 Professor Doutor Paulo Duarte Pereira Rodrigues
 Professor Doutor João Luís Marques Gouveia

ESC. 1/100

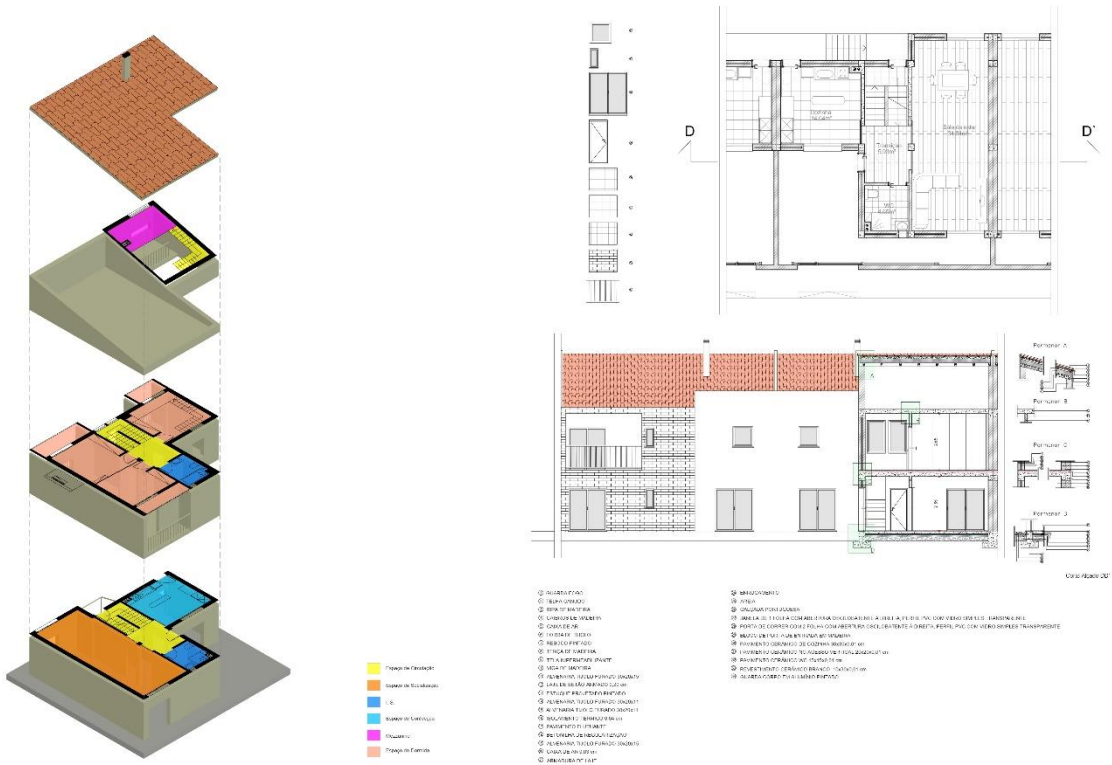


P 08] PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL

Proposta
 Francisco Pinho Cortes | 2019/17 | Universidade do Litoral | Faculdade de Arquitectura | Projeto Final do Mestrado

Orientador Científico:
 Professor Doutor Paulo Duarte Pereira Rodrigues
 Professor Doutor João Luís Marques Gouveia

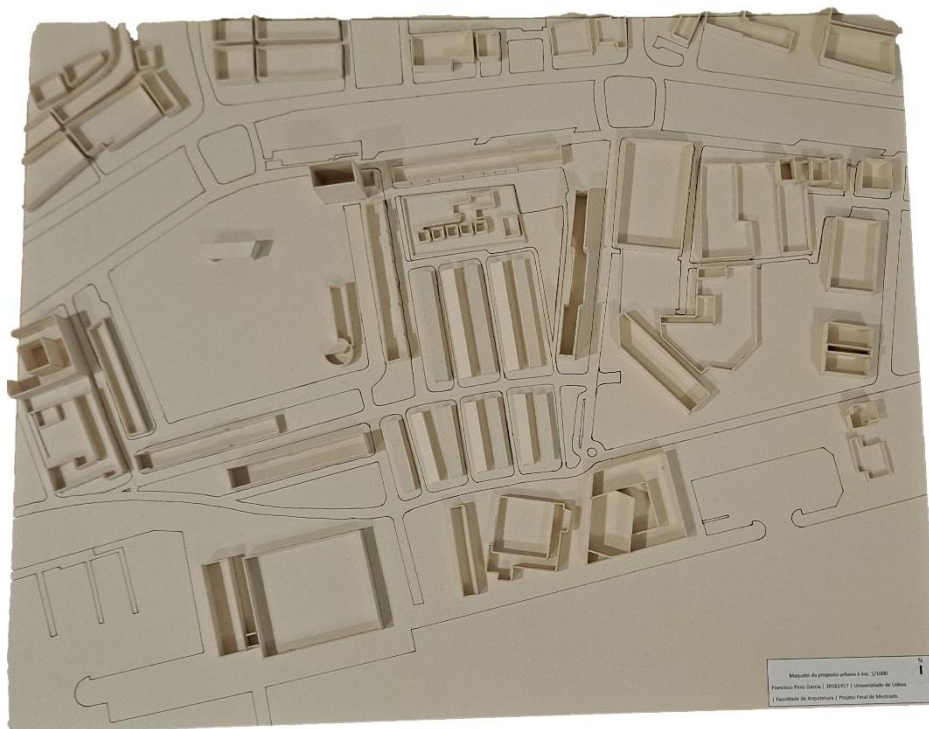
ESC. 1/500
 ESC. 1/100



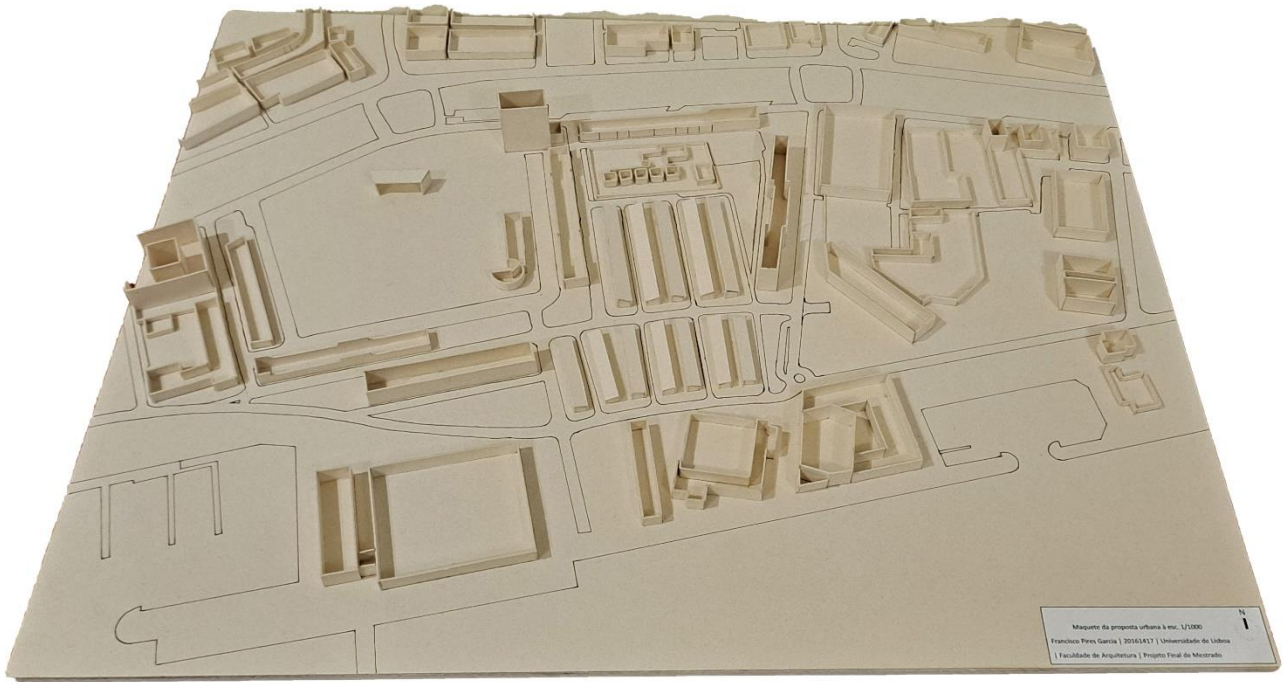
P 9] PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL
 Axonometria
 Faculdade de Engenharia (FEUC) | Universidade de Lisboa | Faculdade de Arquitetura | Projeto Final de Mestrado
 Diogo de Castro
 Pormenor do Programa de Circulação
 Processo Doutor José Luís Marques Lopes

P 10] PROJETO DE HABITAÇÃO FLEXÍVEL E EVOLUTIVA, A CUSTOS CONTROLADOS, PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM SETÚBAL
 Pormenores Construtivos
 Faculdade de Engenharia (FEUC) | Universidade de Lisboa | Faculdade de Arquitetura | Projeto Final de Mestrado
 Diogo de Castro
 Pormenor do Programa de Circulação
 Processo Doutor José Luís Marques Lopes

Anexos VI – Maquetes da PFM.



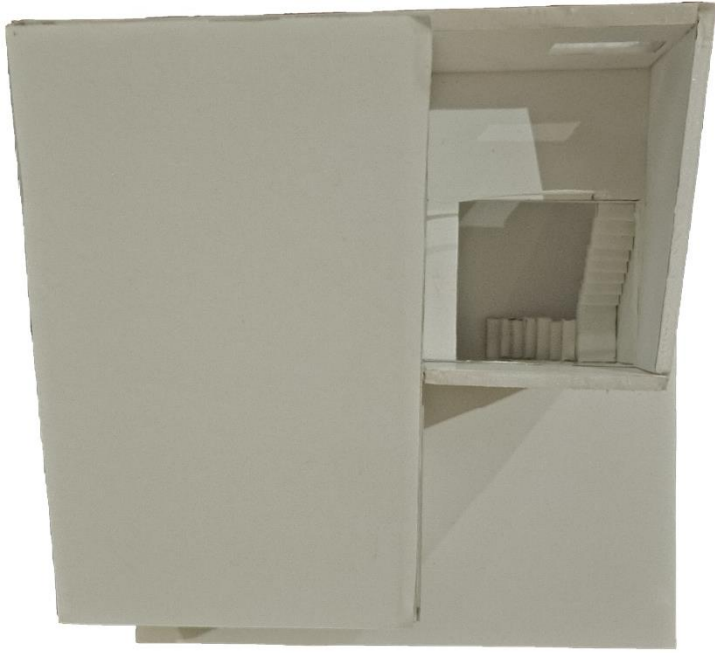
Maquete da proposta urbana a escala 1:1000
 Faculdade de Engenharia (FEUC) | Universidade de Lisboa
 Faculdade de Arquitetura | Projeto Final de Mestrado



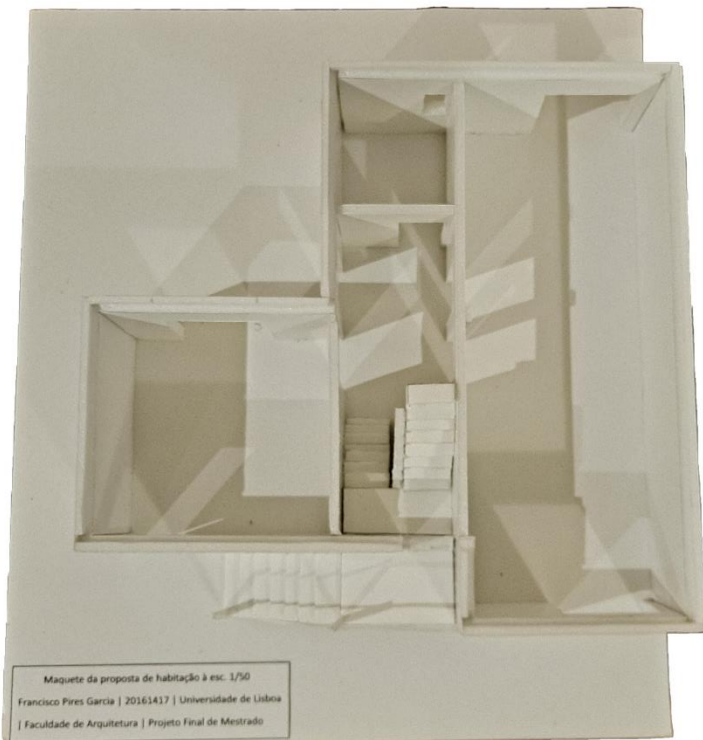








Maquete da proposta de habitação à esc. 1/50
Francisco Pires Garcia | 20161417 | Universidade de Lisboa
| Faculdade de Arquitetura | Projeto Final de Mestrado



Maquete da proposta de habitação à esc. 1/50
Francisco Pires Garcia | 20161417 | Universidade de Lisboa
| Faculdade de Arquitetura | Projeto Final de Mestrado